



DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Comissão Gestora Municipal para o PME 2027-2037
Faxinal do Soturno, 2026**

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE FAXINAL DO SOTURNO: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Considerações Iniciais

O Diagnóstico Educacional do Município de Faxinal do Soturno constitui a base técnica, política e participativa para a elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2027–2037. Sua finalidade é identificar, analisar e explicar os principais problemas educacionais presentes no território municipal, considerando os avanços alcançados durante a vigência do Plano Municipal de Educação anterior, as dificuldades que permanecem, as novas demandas surgidas ao longo do período e as transformações ocorridas no contexto educacional, social, econômico e territorial do município.

O Plano Municipal de Educação anterior foi elaborado em 2015, em consonância com o Plano Nacional de Educação instituído pela Lei nº 13.005/2014, e estruturou suas proposições a partir de diagnósticos das diferentes etapas e modalidades da educação, estabelecendo metas e estratégias para o decênio. O documento anterior já adotava a perspectiva de relacionar a realidade municipal às metas nacionais e registrava que os diagnósticos deveriam subsidiar a definição das metas e estratégias municipais.

Para a elaboração do novo PME, entretanto, o diagnóstico assume uma abordagem metodológica mais aprofundada. Conforme as orientações da Rede de Cooperação Técnica para os Planos Decenais de Educação – RS, o planejamento deve partir dos problemas concretos identificados no território, seus descritores, suas causas e suas causas críticas, para posteriormente subsidiar a formulação dos objetivos, metas e estratégias.

Dessa forma, o presente diagnóstico realiza uma ponte entre o PME anterior e o novo PNE 2027–2037, não se limitando à verificação do cumprimento das antigas metas. Busca compreender o que mudou, o que avançou, o que permaneceu como desafio, por que determinados problemas persistem e quais questões devem constituir prioridade para o próximo decênio.

O novo PNE, instituído pela Lei nº 15.388/2026, estabelece 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias e determina que os planos estaduais e municipais sejam elaborados em consonância com o Plano Nacional. A nova metodologia enfatiza qualidade, aprendizagem, equidade, inclusão, intersetorialidade, uso de evidências, participação social e análise dos problemas educacionais.

Faxinal do Soturno está localizado na região da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, e possui área territorial de 169,514 km². Conforme o Censo Demográfico de 2022, o município possuía 6.702 habitantes, apresentando densidade demográfica de 39,54 habitantes por km². Para 2025, o IBGE estima uma população de 6.846 habitantes.

O município apresenta características de pequeno porte e uma organização territorial que articula a área urbana e as comunidades rurais. Essa configuração constitui elemento importante para o planejamento das políticas públicas municipais, especialmente aquelas relacionadas à educação, saúde, assistência social, mobilidade, cultura e desenvolvimento econômico, considerando as especificidades dos diferentes territórios e das populações neles residentes.

No aspecto econômico, Faxinal do Soturno apresenta atividades relacionadas aos setores de serviços, comércio, agropecuária e indústria, compondo uma economia diversificada e vinculada às características regionais da Quarta Colônia. Para fins de planejamento educacional, essa realidade reforça a importância de considerar as características sociais, culturais e econômicas do território na definição das políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à formação dos estudantes, à educação do campo, à educação profissional e à articulação entre educação e desenvolvimento local.

O gráfico abaixo apresenta um panorama dos principais indicadores educacionais e socioeconômicos de Faxinal do Soturno. O município possui população estimada de 6.846 habitantes em 2025, PIB per capita de R\$ 44.544, IDH de 0,72 e Índice de Gini de 0,47, segundo as fontes indicadas. Na educação básica, são 6 escolas, 90 professores e 994 estudantes, distribuídos entre 1 creche (107 estudantes), 3 escolas de pré-escola (139), 4 unidades com anos iniciais (342), 2 com anos finais (254), 1 escola de ensino médio regular (134) e 1 escola com EJA (18). A Educação Especial registra 52 estudantes, enquanto não há registros de matrículas em Educação Profissional e Tecnológica ou Educação Superior no município. A rede escolar está dividida igualmente entre

FAXINAL DO SOTURNO

Indicadores

Educacionais

6.846

População estimada (2025)

	Município	Estado	Brasil
PIB per capita (2023)	R\$ 44.544	R\$ 59.736	R\$ 53.887
IDH ¹	0,72	0,746	0,786
Índice de Gini ¹	0,47	0,54	0,52

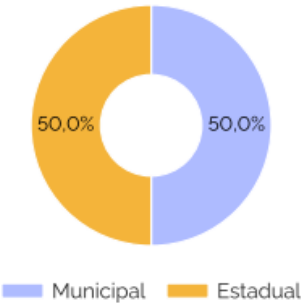
Fonte: IBGE, IPEA, PNUD e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
¹ Município e estado: IDH e Índice de Gini de 2010, do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Censo Demográfico — IBGE/IPEA). Brasil: IDH de 2023 (ONU/PNUD) e Índice de Gini de 2023 (PNAD/IBGE).



Etapa e modalidade de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores ²	Número de estudantes
Creche	1	20	107
Pré-escola	3	10	139
Anos iniciais	4	26	342
Anos finais	2	29	254
Ensino médio regular	1	20	134
EJA	1	14	18
Educação especial	6	-	52
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	6	90	994

Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)
¹Considera todas as redes.
²O quantitativo de professores por etapa pode incluir um mesmo profissional mais de uma vez, caso atue em mais de uma escola.

Escolas por rede



Fonte: Censo Escolar (2025)

municipal e estadual, com 50% para cada uma, evidenciando a participação conjunta das duas redes na oferta educacional local. Fontes: Censo Escolar (2025) e Censup (2024); indicadores socioeconômicos: IBGE, IPEA e PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano.

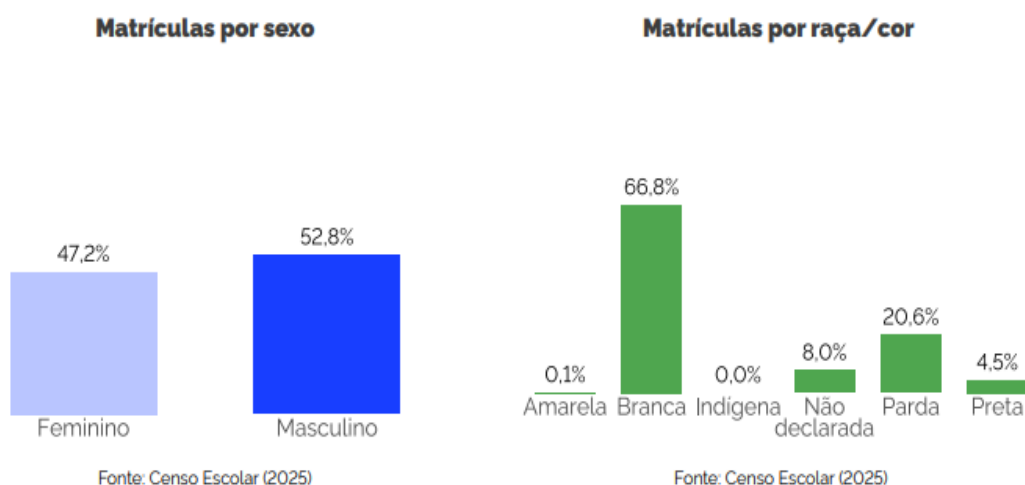
No campo educacional, a caracterização socioeconômica do município deve ser considerada em conjunto com a distribuição territorial da população, as condições de acesso aos serviços públicos e as características das comunidades urbanas e rurais. Esse contexto constitui referência para a elaboração do Plano Municipal de Educação 2027–2037, contribuindo para que suas metas e estratégias estejam articuladas às necessidades concretas da população e às características do território municipal.

A rede educacional de Faxinal do Soturno é composta por sete escolas públicas de Educação Básica, sendo quatro estabelecimentos municipais e três estaduais, contemplando diferentes etapas e modalidades de ensino. Na rede municipal, destacam-se a Escola Municipal de Educação Infantil Beija-Flor, voltada ao atendimento da primeira infância, especialmente das crianças de 6 meses a 3 anos e 11 meses; a Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Freire e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Rita de Cássia, que atendem à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental; e a Escola Municipal de Educação Especial Jeviani Santini – CAEE, destinada ao atendimento educacional especializado e às ações de Educação Especial. Na rede estadual, o município conta com a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Adelina Zanchi e a Escola Estadual de Ensino Fundamental São Domingos Sávio, está localizada no interior do município, além da Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis, que atende o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. A organização dessas instituições evidencia uma rede diversificada e articulada entre as diferentes dependências administrativas, garantindo atendimento às principais etapas da Educação Básica e contribuindo para a oferta educacional no município e para a continuidade das trajetórias escolares dos estudantes.

Considerando a modalidade regular e a EJA, o município contabilizou 653 matrículas no ensino regular e 381 na Educação de Jovens e Adultos, conforme dados derivados do Censo Escolar de 2024. A distribuição por faixa etária demonstra a presença de 124 estudantes de até 3 anos, 136 de 4 a 5 anos, 348 de 6 a 10 anos, 242 de 11 a 14 anos, 160 de 15 a 17 anos e 24 estudantes com 18 anos ou mais.

Os dados evidenciam que a rede educacional de Faxinal do Soturno atende uma população escolar distribuída entre a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, constituindo um sistema educacional que envolve diferentes etapas, modalidades e responsabilidades entre as redes municipal, estadual e privada. Para fins de elaboração do novo Plano Municipal de Educação – PME 2027–2037, essa caracterização inicial é fundamental, pois permite compreender o tamanho e a composição da população atendida e estabelecer uma base objetiva para a análise posterior de acesso, permanência, aprendizagem, equidade, educação integral, inclusão, formação dos profissionais e financiamento.

O gráfico apresenta o perfil das matrículas escolares de Faxinal do Soturno por sexo e raça/cor, com base no Censo Escolar 2025. Em relação ao sexo, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada, com 52,8% das matrículas de estudantes do sexo masculino e 47,2% do sexo feminino. Quanto à raça/cor, a maioria dos estudantes é declarada branca (66,8%), seguida por parda (20,6%), preta (4,5%), não declarada (8,0%) e amarela (0,1%); não há registro de estudantes declarados indígenas (0,0%). Esses dados são importantes para o diagnóstico educacional do município, pois permitem conhecer o perfil dos estudantes e subsidiar políticas de equidade, inclusão e enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando as diferentes características da população escolar. Fonte: Censo Escolar (2025).



É importante destacar que o Censo Escolar constitui fonte oficial de informação educacional, sendo seus resultados utilizados para o acompanhamento das políticas públicas e para o planejamento educacional. O INEP disponibiliza atualmente os microdados do Censo Escolar de 2025, 2024, 2023 e anos anteriores, possibilitando a construção de séries históricas e a comparação da evolução das matrículas ao longo do período de vigência do PME 2014–2024.

O diagnóstico da educação de Faxinal do Soturno constitui uma etapa fundamental para a elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME), uma vez que possibilita conhecer, de forma sistematizada e fundamentada, a realidade educacional do município, seus avanços, desafios, necessidades, potencialidades e especificidades territoriais. Mais do que reunir dados estatísticos, o diagnóstico deve possibilitar uma leitura crítica da trajetória das políticas educacionais desenvolvidas no município, permitindo compreender quais objetivos e metas estabelecidos no plano anterior foram alcançados, quais permanecem como desafios e quais novas demandas emergiram ao longo do período de sua vigência. Nesse sentido, o diagnóstico constitui a base para a definição das prioridades educacionais do próximo decênio e para a construção de políticas públicas capazes de responder às necessidades concretas da população.

De acordo com o *Caderno de Orientação para a Cooperação Técnica com Municípios para a Elaboração de Planos Decenais de Educação* (2026), o

diagnóstico deve ser compreendido como o primeiro movimento para a identificação dos principais problemas educacionais presentes nos territórios. Para sua elaboração, recomenda-se considerar o acompanhamento dos indicadores do Plano Nacional de Educação, as informações provenientes do Censo Escolar e do Censo Demográfico, bem como os estudos, registros e resultados relacionados ao monitoramento do Plano Municipal de Educação vigente. O documento destaca ainda que a consistência e a profundidade do diagnóstico são fundamentais para subsidiar posteriormente a definição de objetivos, metas e estratégias voltados à garantia do direito à educação de qualidade.

Nesse processo, a análise da realidade de Faxinal do Soturno deve considerar não apenas os indicadores educacionais, mas também as características demográficas, sociais, econômicas, culturais, ambientais e territoriais que interferem na organização e no desenvolvimento da educação municipal. A orientação do Ministério da Educação ressalta que o planejamento educacional deve adotar uma perspectiva sistêmica e intersetorial, reconhecendo que os desafios educacionais não são responsabilidade exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, mas estão relacionados a diferentes políticas públicas e às condições de vida da população. Por essa razão, indicadores relacionados à pobreza, às desigualdades sociais, às condições de saúde, à segurança alimentar, às diferentes formas de violência e às desigualdades de gênero e raça também devem ser considerados na compreensão da realidade educacional.

A construção deste diagnóstico parte, portanto, de uma perspectiva que busca articular dados, evidências e participação social. A realidade educacional do município precisa ser analisada a partir de diferentes fontes de informação, mas também confrontada com os conhecimentos e experiências daqueles que vivenciam cotidianamente as políticas públicas: profissionais da educação, estudantes, famílias, gestores, conselhos, fóruns, representantes de outras áreas do poder público e demais segmentos da sociedade. O Caderno de Orientação destaca que o envolvimento de múltiplos atores contribui para a legitimidade do diagnóstico, pois possibilita que diferentes perspectivas sobre os problemas educacionais sejam consideradas na sua identificação, análise e formulação de propostas de superação.

Assim, o diagnóstico municipal não deve se limitar à apresentação de informações sobre matrículas, escolas, profissionais ou indicadores de desempenho. É necessário avançar para a compreensão dos problemas educacionais, buscando identificar como eles se manifestam no território, quais fatores contribuem para sua existência ou manutenção e quais deles podem ser considerados causas críticas. O documento orienta que esse processo seja desenvolvido a partir do levantamento dos problemas, sua descrição objetiva, identificação das causas, análise das relações existentes entre elas e seleção das causas críticas, podendo ser utilizada a metodologia da Árvore do Problema para compreender as conexões entre diferentes fatores.

Nesse sentido, a análise da educação municipal deverá considerar tanto os avanços produzidos ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação quanto os desafios que permanecem ou que assumiram novas características.

Dessa forma, o diagnóstico de Faxinal do Soturno deverá possibilitar uma leitura articulada entre o que foi planejado, o que foi realizado, o que ainda precisa ser enfrentado e quais novas necessidades surgiram durante a vigência

do plano anterior. O acompanhamento da trajetória dos indicadores é essencial para identificar tendências e compreender se determinada situação representa um avanço, uma permanência, uma regressão ou uma transformação da realidade municipal. A análise histórica também permite evitar interpretações isoladas de dados e contribui para que as decisões do novo plano estejam fundamentadas em evidências e nas especificidades do território.

O gráfico abaixo, com dados retirados do FNDE, apresenta a situação do município em relação aos recursos do Fundeb e do Salário-Educação, comparando as previsões de 2025 e 2026. Observa-se que os recursos provenientes de Fundos Estaduais passam de R\$ 4.924.408 em 2025 para R\$ 4.968.449 em 2026, enquanto a Complementação-VAAR aumenta de R\$ 261.194 para R\$ 320.844, indicando crescimento dos recursos vinculados ao atendimento das condicionalidades e indicadores educacionais. O município atende aos critérios apresentados para recebimento do VAAR, como seleção técnica de diretores, participação no Saeb, redução das desigualdades, regulamentação do ICMS Educacional e avanços nos indicadores de aprendizagem. Para 2026, a previsão total do Fundeb (União + Estado) é de aproximadamente R\$ 5,29 milhões. Além disso, o município recebeu R\$ 269.859 de Salário-Educação em 2025, recurso destinado ao financiamento de programas, projetos e ações da educação básica pública.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO - FUNDEB | PREVISÃO DE REPASSE 2025

R\$4.924.408	R\$0	R\$0	R\$261.194
Fundos Estaduais	Complementação VAAF	Complementação VAAT	Complementação VAAR

Fonte: FNDE (2026)

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO - FUNDEB | PREVISÃO DE REPASSE 2026

R\$4.968.449	R\$0	R\$0	R\$320.844
Fundos Estaduais	Complementação VAAF	Complementação VAAT	Complementação VAAR

Fonte: FNDE (2026)

ATENDIMENTO DAS CONDICIONALIDADES E INDICADORES PARA RECEBIMENTO DO VAAR EM 2026

Seleção por critérios técnicos do cargo de diretor escolar	✓
Participação (≥80%) no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb	✓
Redução das desigualdades	✓
Regulamentação do ICMS Educacional no estado	✓
Referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular	✓
Avanço no indicador de atendimento	✓
Avanço no indicador de aprendizagem	✓

Previsão do Fundeb (União + Estado) para 2026

R\$ 5,29 mi

Fonte: FNDE (2026)

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

É uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no parágrafo 5 do art. 212 da Constituição Federal.

R\$269.859
Salário-Educação
repasado 2025

Valor repasado para o município em 2025

R\$ 269.859

Fonte: FNDE (2025)

Outro aspecto fundamental é a necessidade de priorizar os problemas mais relevantes e estruturantes. O Caderno de Orientação recomenda que o planejamento não se disperse em uma grande quantidade de questões, mas concentre esforços naqueles problemas cuja superação possa produzir impactos significativos na garantia do direito à educação. A partir dessa priorização, será possível estabelecer objetivos, metas e estratégias coerentes com a realidade municipal e com a capacidade de atuação do poder público.

Dessa forma, o diagnóstico da educação de Faxinal do Soturno será organizado a partir de cada uma das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação vigente no período anterior, possibilitando realizar uma análise sistemática do seu cumprimento ao longo da vigência do plano. Para cada meta, serão apresentados os principais resultados alcançados, os avanços registrados, os aspectos que permaneceram como desafios e as mudanças ocorridas na realidade educacional do município. A análise buscará, ainda, relacionar os resultados aos dados e indicadores disponíveis, identificando, quando necessário, os problemas, suas causas e os fatores que contribuíram

para o alcance ou não dos objetivos propostos. Esse percurso permitirá realizar uma avaliação da trajetória do antigo PME e, ao mesmo tempo, constituir uma base consistente para a elaboração do novo Plano Municipal de Educação, considerando aquilo que deve ser mantido, ampliado, reformulado ou incorporado diante das novas necessidades e características da realidade de Faxinal do Soturno.

DIAGNÓSTICO – META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Meta: Universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 35% das crianças de até 3 (três) anos de idade.

A Meta 1 do Plano Municipal de Educação (2015–2025) teve como foco garantir o acesso das crianças à Educação Infantil, assegurando a universalização da pré-escola e a ampliação da oferta de vagas em creche. Ao longo da vigência do plano, o município de Faxinal do Soturno apresentou avanços significativos na consolidação dessa política pública, especialmente no atendimento às crianças de 4 e 5 anos.

A universalização da pré-escola foi alcançada, garantindo o acesso das crianças na faixa etária obrigatória à rede municipal de ensino, em consonância com a legislação vigente. O município manteve o atendimento regular e buscou assegurar a permanência das crianças por meio da oferta de transporte escolar para os estudantes residentes no meio rural, contribuindo para a efetivação do direito à educação.

No atendimento às crianças de 0 a 3 anos, a realidade municipal apresentou uma característica distinta daquela observada em grande parte dos municípios brasileiros. Durante a vigência do Plano Municipal de Educação, houve ampliação da oferta de vagas em creche, mediante a reorganização dos espaços escolares, a criação de novas turmas e investimentos na estrutura física das unidades educacionais. A Meta 1 do Plano estabelecia a ampliação do atendimento em creche para, no mínimo, 35% das crianças de até 3 anos de idade, percentual que foi alcançado pelo município de Faxinal do Soturno durante o período de vigência do plano.

Entretanto, ainda que a meta foi alcançada, especialmente nos últimos anos, verificou-se uma redução da demanda por matrículas nessa faixa etária. Dessa forma, embora o município tenha ampliado sua capacidade de atendimento e alcançado o percentual estabelecido na meta, a dinâmica demográfica e a diminuição da procura por vagas passaram a constituir uma característica relevante da realidade municipal, devendo ser considerada no planejamento da política de educação infantil para o próximo decênio.

Com o objetivo de compreender essa realidade, a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu ações de busca ativa em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, realizando levantamento das crianças em idade de creche e contato direto com as famílias que ainda não haviam efetuado matrícula. O diagnóstico revelou que, embora existam vagas disponíveis, muitas famílias optam por manter as crianças sob os cuidados da própria família, especialmente nas comunidades rurais, enquanto outras preferem encaminhá-las para espaços privados de recreação infantil,

conhecidos localmente como "escolhinhas". Também foram identificadas famílias que manifestaram não ter interesse na matrícula na rede pública, mesmo diante da disponibilização de uma linha alternativa de transporte escolar organizada pelo município para facilitar o acesso às escolas.

Esse cenário demonstra que o principal desafio atual não consiste apenas na ampliação da oferta de vagas, mas na compreensão dos fatores sociais, culturais, econômicos e familiares que influenciam a decisão das famílias em relação ao ingresso das crianças na Educação Infantil. Dessa forma, torna-se necessária a continuidade das ações de busca ativa, do trabalho intersetorial entre Educação, Saúde e Assistência Social e da sensibilização das famílias acerca da importância da Educação Infantil para o desenvolvimento integral da criança.

Durante o período de vigência do PME também foram realizados investimentos na melhoria da infraestrutura das escolas de Educação Infantil, aquisição de mobiliário, brinquedos pedagógicos, materiais didáticos e equipamentos, buscando qualificar os ambientes de aprendizagem. As propostas pedagógicas foram atualizadas em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e, posteriormente, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fortalecendo práticas centradas nas interações, nas brincadeiras e no desenvolvimento integral das crianças.

O município promoveu ações permanentes de formação continuada para professores, equipes diretivas e demais profissionais da Educação Infantil, além de fortalecer as políticas de inclusão escolar, assegurando matrícula, Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais de apoio quando necessários e acompanhamento pedagógico às crianças público-alvo da Educação Especial.

A articulação entre Educação, Saúde e Assistência Social também foi ampliada ao longo da vigência do plano, favorecendo o acompanhamento do desenvolvimento infantil, da alimentação escolar, das situações de vulnerabilidade social e do atendimento multiprofissional às crianças que necessitam de acompanhamento especializado.

Embora a maior parte dos objetivos previstos tenha apresentado avanços importantes, permanecem desafios relacionados à ampliação da qualidade da oferta, ao fortalecimento das políticas de inclusão, à continuidade da formação dos profissionais, ao aperfeiçoamento do monitoramento da demanda por vagas e à compreensão dos fatores que influenciam a baixa procura por creches no município.

Assim, verifica-se que a Meta 1 foi amplamente desenvolvida durante a vigência do Plano Municipal de Educação, alcançando importantes resultados, especialmente na universalização da pré-escola e na qualificação da Educação Infantil. Para o novo Plano Municipal de Educação, torna-se necessário consolidar os avanços obtidos, fortalecer as ações intersetoriais e desenvolver estratégias que respondam às novas demandas demográficas e sociais do município.

O gráfico abaixo, com fonte do SIMEC – MEC, apresenta a situação de Faxinal do Soturno no Programa eManutenção, voltado ao apoio financeiro para a expansão e manutenção da oferta de Educação Infantil. Em 2025, o município teve 12 matrículas ampliadas, correspondentes a novas vagas na Educação Infantil, e recebeu/investiu R\$ 104.548 em recursos do programa. Esses recursos têm como objetivo apoiar a expansão da oferta e o funcionamento das

novas matrículas, contribuindo para ampliar o atendimento às crianças e fortalecer a capacidade do município de garantir o acesso à Educação Infantil.

FAXINAL DO SOTURNO



Educação
Infantil

Objetivo 1 – Acesso na EI
PNE 2026-2036

eiManutenção

Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil

Clique aqui
e saiba mais!



O QUE É?

O Programa consiste na transferência de recursos financeiros aos entes subnacionais para apoio na oferta da educação infantil.

OBJETIVO

Apoiar a expansão da oferta e regular o funcionamento das novas matrículas, seja em novos estabelecimentos ou em novas turmas de educação infantil, até que estas sejam computadas para recebimento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO

12

Matrículas ampliadas em 2025

R\$ 104.548

Investidos em 2025

Fonte: SIMEC/MEC (2025)

Avaliação das Estratégias da Meta 1

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1. Levantar a demanda de crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos não matriculadas.	Realizada.	Foram realizados levantamentos periódicos pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e dos Agentes Comunitários de Saúde, identificando as crianças fora da escola e realizando busca ativa junto às famílias.
2. Universalizar o atendimento às crianças de 4 e 5 anos.	Realizada.	O município garantiu a universalização da matrícula na pré-escola, assegurando atendimento às crianças da faixa etária obrigatória.

3. Publicar nos meios de comunicação a obrigatoriedade da matrícula.	Realizada.	As orientações às famílias ocorreram principalmente por meio das escolas, redes sociais institucionais, campanhas de matrícula e busca ativa, campanhas permanentes em rádio e jornais conforme previsto originalmente. (também em canais oficiais da prefeitura)
4. Ampliar vagas para crianças de 0 a 3 anos.	Realizada.	Houve ampliação da oferta de vagas e reorganização da rede. Contudo, atualmente o principal desafio é a baixa procura pelas famílias, e não a insuficiência de vagas. Cumpru-se os 35% de atendimento a crianças de 0 a 3 anos.
5. Buscar recursos para construção, reforma e ampliação das creches.	Parcialmente realizada.	Foram realizados investimentos em melhorias e adequações dos espaços existentes. Não houve necessidade de expansão significativa por meio da construção de novas unidades diante da redução da demanda.
6. Priorizar atendimento integral para crianças em vulnerabilidade social.	Realizada.	O município prioriza o atendimento conforme critérios de necessidade social e disponibilidade de vagas.
7. Garantir transporte escolar para crianças da Educação Infantil do meio rural.	Realizada.	O transporte escolar foi mantido e, inclusive, foi disponibilizada linha alternativa para facilitar o acesso das crianças às escolas municipais, embora muitas famílias tenham optado por não utilizar o serviço.
8. Garantir inclusão e Atendimento Educacional Especializado.	Realizada.	O município assegura matrícula, atendimento especializado, profissionais de apoio quando necessários e acompanhamento às crianças público-alvo da Educação Especial.
9. Garantir mobiliário, brinquedos e	Realizada.	Houve aquisição contínua de materiais pedagógicos, brinquedos, mobiliário e

materiais pedagógicos.		equipamentos para qualificar os espaços educativos.
10. Revisar e aperfeiçoar as propostas pedagógicas.	Realizada.	As propostas pedagógicas foram atualizadas em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a BNCC.
11. Promover formação continuada dos profissionais.	Realizada.	A Secretaria Municipal de Educação desenvolveu formações continuadas por meio de programas federais, estaduais e iniciativas próprias do município.
12. Disponibilizar profissionais de apoio especializados.	Realizada, devendo ser mantida em crescimento.	O município conta com atendimento intersetorial e encaminhamentos para profissionais especializados, porém a ampliação da equipe multiprofissional permanece como demanda para o próximo decênio.
13. Garantir rotinas pedagógicas adequadas.	Realizada.	As escolas desenvolvem planejamentos alinhados às Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e à BNCC, contemplando cuidado, educação, alimentação, higiene e aprendizagem.
14. Garantir alimentação escolar adequada.	Realizada.	A alimentação escolar é acompanhada por nutricionista, com cardápios específicos para cada faixa etária e atendimento às restrições alimentares quando necessário.
15. Definir metas de expansão em regime de colaboração.	Realizada	O município acompanhou as políticas nacionais e estaduais e participou dos programas de apoio à Educação Infantil. Houve regime de colaboração para atender mais crianças, tais quais transporte adequado e salas anexas de atendimento, quando necessário.

Síntese da avaliação

A análise da Meta 1 evidencia que o município de Faxinal do Soturno obteve resultados expressivos ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação (2015–2025), especialmente no que se refere à universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade, garantindo o acesso à etapa obrigatória

da Educação Básica e promovendo condições para sua permanência, inclusive por meio da oferta de transporte escolar aos estudantes residentes na zona rural.

Das quinze estratégias previstas para a meta, quatorze foram integralmente realizadas e uma foi parcialmente realizada, estas relacionadas principalmente à expansão física da rede de creches e à definição de metas de expansão em regime de colaboração. Ressalta-se, contudo, que a execução parcial dessas estratégias não decorre da ausência de ações do poder público, mas da mudança no contexto demográfico e social do município. Nos últimos anos, verificou-se redução da demanda por vagas em creche, mesmo com a existência de oferta suficiente e a adoção de medidas de busca ativa, transporte escolar e articulação intersetorial com a Secretaria Municipal de Saúde.

O diagnóstico aponta que o principal desafio para o próximo decênio não está na ampliação quantitativa das vagas, mas na compreensão dos fatores que levam parte das famílias a optar por não matricular as crianças de 0 a 3 anos na rede pública, seja pela permanência dos filhos sob os cuidados familiares, especialmente nas comunidades rurais, seja pela preferência por espaços privados de recreação infantil. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer as ações de sensibilização das famílias quanto à importância da Educação Infantil, ampliar as estratégias de busca ativa, consolidar o trabalho intersetorial entre Educação, Saúde e Assistência Social e monitorar continuamente a demanda real do município.

Além disso, o novo Plano Municipal de Educação deverá priorizar a manutenção e a qualificação do atendimento já ofertado, investindo na formação continuada dos profissionais, na melhoria da infraestrutura, na ampliação da inclusão escolar, no fortalecimento das propostas pedagógicas e na garantia de um atendimento cada vez mais humanizado e alinhado às necessidades das crianças e de suas famílias. Dessa forma, o município poderá consolidar os avanços alcançados e estabelecer metas compatíveis com sua realidade atual, assegurando o direito à Educação Infantil com equidade, qualidade e atenção ao desenvolvimento integral das crianças.

DIAGNÓSTICO – META 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9(nove) anos para toda a população de 6(seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95%(noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

A Meta 2 do Plano Municipal de Educação teve como finalidade assegurar o acesso, a permanência e a conclusão do Ensino Fundamental para a população de 6 a 14 anos, buscando garantir não apenas a matrícula, mas também uma trajetória escolar regular, com aprendizagem e conclusão na idade adequada.

Em Faxinal do Soturno, o Ensino Fundamental é ofertado por instituições das redes municipal e estadual, contemplando escolas localizadas na zona urbana e rural. A organização da oferta possibilita o atendimento aos estudantes dos anos iniciais e finais, incluindo uma escola localizada na comunidade de Santos Anjos, que desempenha importante papel na garantia do direito à educação para os estudantes residentes no meio rural.

Os dados analisados demonstram que o município apresenta 100% de escolarização da população de 6 a 14 anos, evidenciando ampla cobertura do atendimento escolar nessa faixa etária. Em 2024, foram registradas 346 matrículas nos anos iniciais e 254 nos anos finais do Ensino Fundamental,

demonstrando a presença significativa dessa etapa na organização educacional do município.

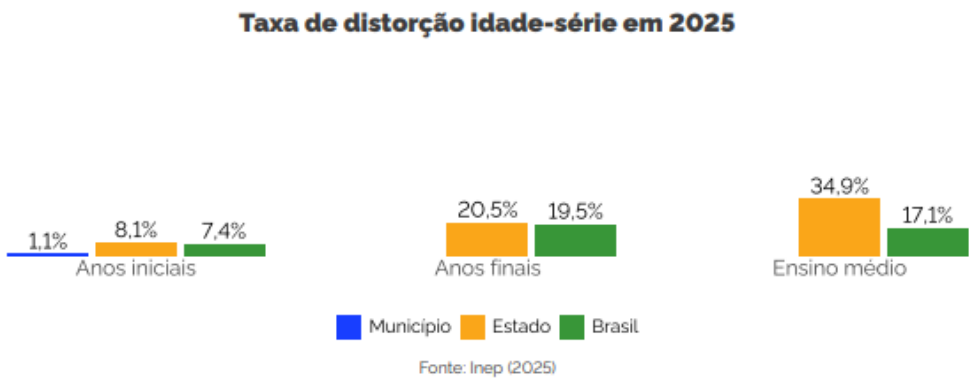
Ao longo da vigência do PME, foram desenvolvidas ações voltadas à garantia da matrícula e da permanência dos estudantes, incluindo acompanhamento da frequência, busca ativa, articulação com as famílias e atuação conjunta com as áreas da Saúde e da Assistência Social. Essas ações contribuíram para identificar situações de infrequência, risco de abandono e vulnerabilidade, possibilitando intervenções junto aos estudantes e suas famílias.

Em relação ao fluxo escolar, os indicadores apontam avanços na redução da distorção idade-série, especialmente nos anos iniciais. Nos anos finais, embora ainda sejam observados percentuais mais elevados de distorção, também houve evolução positiva, demonstrando os efeitos das ações de acompanhamento pedagógico, recuperação das aprendizagens e correção do fluxo escolar.

Os índices de aprovação também apresentam resultados satisfatórios, principalmente nos anos iniciais, indicando avanços no acompanhamento individual dos estudantes e na prevenção do fracasso escolar. Entretanto, a melhoria dos indicadores de aprovação precisa estar permanentemente articulada à garantia da aprendizagem, evitando que a aprovação ocorra sem

que sejam consolidadas as habilidades e competências previstas para cada etapa.

Um dos principais desafios identificados para o próximo decênio está



Percentual de escolas com infraestrutura disponível

Modalidade	Água Potável	Energia Elétrica	Esgoto	Quadra	Pátio	Cozinha	Banheiro	Lab. de Ciências	Lab. de Informática
Convencionais	100%	100%	100%	25%	75%	100%	100%	0%	25%
Campo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indígenas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quilombolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Escolar (2025)

*O percentual considera as escolas que possuem algum tipo de esgoto (rede pública, fossa, fossa séptica ou fossa comum), energia elétrica (rede pública, gerador fóssil, renovável ou outros), pátio coberto e quadra de esportes (coberta ou descoberta).

relacionado à recomposição das aprendizagens, especialmente diante dos impactos acumulados nos processos educacionais dos últimos anos. Torna-se necessário manter ações de avaliação diagnóstica, recuperação paralela, reforço escolar, acompanhamento individualizado e intervenções pedagógicas direcionadas aos estudantes que apresentam dificuldades.

Outro desafio consiste na infrequência escolar. Embora o município desenvolva ações de busca ativa e acompanhamento da frequência, ainda são identificadas situações que exigem maior aproximação entre escola, família e rede de proteção. O documento registra que a conscientização das famílias sobre a importância da frequência regular e da permanência dos estudantes permanece como uma necessidade para o fortalecimento da trajetória escolar.

A inclusão escolar também constitui dimensão importante da Meta 2. O município vem assegurando o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial, com matrícula, atendimento especializado, acompanhamento pedagógico e apoio quando necessário. A continuidade e o aperfeiçoamento dessas ações permanecem como compromisso para o próximo decênio.

No que se refere à população residente no meio rural, o município mantém a oferta escolar e o transporte, buscando assegurar que as características territoriais não constituam impedimento ao acesso e à permanência. As propostas pedagógicas também procuram considerar as diferentes realidades socioculturais dos estudantes.

Durante a vigência do PME, também foram ampliadas as oportunidades de participação dos estudantes em projetos de leitura, atividades culturais, esportivas, feiras, mostras pedagógicas e outras ações complementares ao currículo. Essas experiências contribuem para a formação integral, o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento do protagonismo dos estudantes. Contudo, ainda existe a necessidade de ampliar a participação em olimpíadas, concursos, atividades científicas e outras iniciativas de abrangência regional e nacional.

A prática esportiva também vem sendo desenvolvida nas escolas, contribuindo para o desenvolvimento físico, social e emocional dos estudantes. Permanecem, contudo, desafios relacionados à ampliação das modalidades ofertadas, melhoria dos espaços e materiais e criação de ações mais sistemáticas de identificação e desenvolvimento de potencialidades esportivas.

O gráfico apresenta indicadores de rendimento escolar e a média de estudantes por turma em 2025. No 5º ano do Ensino Fundamental, o município alcançou 100% de aprovação, com 0% de reprovação e 0% de abandono, indicando um resultado bastante positivo no rendimento escolar. Para o 9º ano do Ensino Fundamental e o Ensino Médio regular, não há dados municipais apresentados no gráfico. Em relação ao número médio de alunos por turma, os anos iniciais possuem média de 14,2 estudantes por turma no município, abaixo das médias do Estado (18,5) e do Brasil (22), o que representa uma condição favorável para o acompanhamento pedagógico e o desenvolvimento das aprendizagens. Nos anos finais e no Ensino Médio, os dados apresentados referem-se às médias estadual e nacional. Fonte: Inep (2025).

Indicadores de rendimento em 2025

	5º Ano EF	9º Ano EF	EM Regular
Taxa de Aprovação	100%	-	-
Taxa de Reprovação	0%	-	-
Taxa de Abandono	0%	-	-

Fonte: Inep (2025)

Média de alunos por turma em 2025

	Município	Estado	Brasil
Anos Iniciais	14,2	18,5	22
Anos Finais	-	20	25,1
Ensino Médio	-	19,8	26,2

Fonte: Inep (2025)

Dessa forma, a análise da Meta 2 demonstra que o município avançou significativamente na garantia do acesso ao Ensino Fundamental e na melhoria do fluxo escolar, tal como dizem os dados do Inep. O principal desafio para o

próximo decênio passa a ser qualificar ainda mais a trajetória escolar, garantindo que os estudantes não apenas estejam matriculados e permaneçam na escola, mas aprendam, desenvolvam-se integralmente e concluam o Ensino Fundamental na idade adequada.

Para o novo Plano Municipal de Educação, torna-se necessário consolidar as ações já desenvolvidas e fortalecer especialmente as políticas de recomposição das aprendizagens, alfabetização, acompanhamento individualizado, redução da distorção idade-série, prevenção da infrequência e do abandono, inclusão, formação continuada dos profissionais, participação das famílias e articulação intersetorial.

Avaliação das Estratégias da Meta 2

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1. Assegurar o direito à educação, matrícula e permanência dos estudantes.	Realizada.	O município assegura o acesso ao Ensino Fundamental e realiza acompanhamento das matrículas e da permanência. Foram desenvolvidas ações de busca ativa em parceria com a Saúde e os Agentes Comunitários de Saúde, visando identificar estudantes fora da escola ou em situação de risco de evasão.
2. Atualizar a proposta curricular, sob a responsabilidade dos órgãos competentes.	Realizada.	As propostas curriculares foram revisadas e adequadas às normativas educacionais vigentes e à BNCC, buscando fortalecer a aprendizagem, a inclusão e a equidade. A continuidade da atualização curricular deverá acompanhar as novas demandas educacionais e as orientações nacionais e estaduais.
3. Prever no Projeto Político-Pedagógico (PPP) ações voltadas ao acesso, permanência e participação dos estudantes.	Realizada.	As escolas incorporaram ações de acompanhamento da frequência, aproximação com as famílias, busca ativa e participação da comunidade escolar em seus processos pedagógicos, fortalecendo a relação entre escola e família.
4. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários	Realizada.	As escolas realizam acompanhamento da frequência e do rendimento escolar, possibilitando identificar situações de infrequência e risco de evasão. Permanece como

de programas de transferência de renda.		desafio ampliar o envolvimento das famílias e fortalecer o acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade.
5. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola.	Realizada.	Foram desenvolvidas ações articuladas entre Educação, Saúde, Assistência Social e escolas para identificar estudantes fora da escola ou com frequência irregular. Apesar dos resultados positivos, a busca ativa precisa permanecer como ação permanente.
6. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, diferentes estratégias de ensino e aprendizagem.	Realizada, devendo ser ampliada.	As escolas desenvolveram práticas pedagógicas diversificadas, acompanhamento da aprendizagem e ações de apoio aos estudantes com dificuldades. O desafio para o próximo período consiste em ampliar metodologias que favoreçam a aprendizagem, a recomposição das aprendizagens e a inclusão.
7. Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local.	Realizada.	A organização escolar considera as características da comunidade e as necessidades dos estudantes. O transporte escolar é mantido para assegurar o acesso, inclusive com organização de rotas alternativas quando necessário.
8. Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, garantindo a oferta de atividades culturais e educativas.	Realizada.	As escolas desenvolvem projetos e atividades culturais e educativas em articulação com instituições e órgãos públicos, favorecendo a formação integral, a valorização da diversidade e a aproximação dos estudantes com a comunidade.
9. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das	Realizada.	As escolas promovem reuniões, atendimentos individuais, eventos e diferentes canais de comunicação com as famílias. Apesar dos avanços, permanece a necessidade de ampliar a participação familiar, especialmente nos casos de

relações entre escolas e famílias.		infrequência e dificuldades de aprendizagem.
10. Estimular a oferta do Ensino Fundamental dos anos iniciais para as populações do campo.	Realizada.	O município mantém a oferta do Ensino Fundamental e assegura o atendimento aos estudantes residentes em áreas rurais, considerando suas especificidades socioculturais e garantindo transporte escolar quando necessário.
11. Desenvolver formas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	Realizada.	A rede de ensino mantém condições para acolhimento, matrícula e acompanhamento dos estudantes que eventualmente se encontrem nessa situação, garantindo o direito à educação e a continuidade dos estudos.
12. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.	Realizada, devendo ser ampliada.	As escolas desenvolvem projetos de leitura, feiras, mostras pedagógicas, atividades culturais, artísticas e esportivas. A participação em olimpíadas, concursos e certames ainda ocorre de forma pontual, sendo necessária maior divulgação, incentivo e estabelecimento de parcerias.
13. Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas.	Realizada, devendo ser ampliada.	São desenvolvidas atividades esportivas, jogos, práticas corporais e participação em eventos e competições escolares. Permanecem desafios relacionados à ampliação das modalidades, infraestrutura, materiais e identificação sistemática de talentos esportivos.

Síntese da avaliação

A análise da Meta 2 evidencia que o município de Faxinal do Soturno apresentou avanços significativos na garantia do direito ao Ensino Fundamental, especialmente no acesso e na permanência dos estudantes. As ações de busca ativa, acompanhamento da frequência, atualização curricular, formação continuada, inclusão escolar, transporte e aproximação entre escola e família contribuíram para o fortalecimento da política educacional municipal.

Os indicadores analisados demonstram evolução positiva na redução da distorção idade-série e nos índices de aprovação, especialmente nos anos iniciais. Nos anos finais, embora ainda existam maiores desafios relacionados

ao fluxo escolar, também foram observados avanços decorrentes do acompanhamento pedagógico e das ações de correção das defasagens.

Considerando as estratégias analisadas, observa-se que a maior parte foi realizada, embora algumas necessitem ser mantidas e ampliadas. Destacam-se como desafios para o próximo decênio a recomposição das aprendizagens, a redução da distorção idade-série, o fortalecimento da frequência escolar, a prevenção do abandono, a ampliação da participação das famílias e a garantia de que todos os estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade adequada.

Também se identifica a necessidade de ampliar as oportunidades de desenvolvimento integral por meio de atividades culturais, científicas, tecnológicas, esportivas e extracurriculares, fortalecendo o protagonismo dos estudantes e diversificando suas experiências educativas.

Assim, para o novo Plano Municipal de Educação, a Meta 2 deverá avançar de uma perspectiva centrada exclusivamente na garantia do acesso para uma abordagem que articule acesso, permanência, aprendizagem, equidade, inclusão e conclusão na idade adequada.

O diagnóstico aponta, portanto, que o município possui uma base consolidada de atendimento escolar, mas precisa continuar qualificando as ações pedagógicas e intersetoriais para enfrentar as situações que ainda interferem na trajetória educacional dos estudantes. A continuidade da busca ativa, do acompanhamento individualizado, da formação dos profissionais, da recomposição das aprendizagens e da articulação com as famílias e a rede de proteção constitui condição fundamental para a consolidação dos avanços alcançados.

DIAGNÓSTICO - META 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 80% (oitenta por cento).

Avaliação das Estratégias da Meta 3

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1. Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho,	Realizada.	A estratégia foi desenvolvida por meio do incentivo a práticas pedagógicas interdisciplinares e da articulação entre teoria e prática, buscando tornar o ensino médio mais significativo e atrativo para os estudantes. As instituições de ensino promoveram ações voltadas à diversificação curricular, ao desenvolvimento de projetos pedagógicos, ao uso de recursos tecnológicos e à participação dos estudantes

linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais		em atividades científicas, culturais e esportivas. Também foram oportunizadas formações continuadas aos professores, contribuindo para o aprimoramento das práticas educacionais e para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem. Essas ações favoreceram a permanência dos estudantes na escola e o fortalecimento da qualidade da educação ofertada.
2. O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação - CNE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;	Realizada	As redes de ensino promoveram a implementação das diretrizes curriculares nacionais e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assegurando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes do ensino médio. As propostas pedagógicas foram revisadas e adequadas às normativas vigentes, buscando garantir a formação básica comum, a equidade educacional e a melhoria da qualidade do ensino. As ações desenvolvidas contribuíram para a organização curricular, o fortalecimento das práticas pedagógicas e a ampliação das oportunidades de aprendizagem dos estudantes.
3. Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5o do art. 7o desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que	Realizada	As redes de ensino atuaram em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes, promovendo a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos direitos e objetivos de aprendizagem

configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;		para o ensino médio. As propostas pedagógicas foram adequadas às normativas vigentes, contribuindo para a organização curricular, a melhoria da qualidade do ensino e a garantia de uma formação integral aos estudantes.
4) Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.	Parcialmente Realizada.	Foram promovidas atividades culturais, esportivas e educativas que oportunizaram aos estudantes o acesso a diferentes espaços de aprendizagem e desenvolvimento. As escolas incentivaram a participação em projetos, eventos culturais, competições esportivas e ações integradas ao currículo escolar, favorecendo a formação integral dos estudantes, a socialização, o protagonismo juvenil e o fortalecimento dos vínculos com a comunidade.
5) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.	Realizada	As instituições de ensino desenvolveram ações de acompanhamento pedagógico dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, por meio de avaliações diagnósticas, recuperação paralela, reforço escolar e atendimento individualizado sempre que necessário. Essas ações contribuíram para a melhoria do desempenho escolar, para a redução das defasagens de aprendizagem e para a permanência dos estudantes na escola, buscando assegurar a progressão escolar compatível com sua faixa etária.

6) Universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior	Realizada	As escolas de ensino médio incentivaram a participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), promovendo orientações, divulgação de informações e ações de preparação para a avaliação. O exame tem sido reconhecido como importante instrumento de avaliação da aprendizagem, acesso à educação superior e ampliação das oportunidades acadêmicas e profissionais dos jovens. As ações desenvolvidas contribuíram para fortalecer a cultura avaliativa, estimular a continuidade dos estudos e ampliar as perspectivas de formação dos estudantes concluintes do ensino médio.
7) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;		Foram asseguradas oportunidades de acesso ao ensino médio e à educação profissional, observando os princípios da inclusão, da equidade e da diversidade. As redes de ensino buscaram ampliar as possibilidades de formação dos estudantes, incentivando a continuidade dos estudos e a qualificação para o mundo do trabalho. As ações desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento das trajetórias educacionais dos jovens, respeitando as especificidades das populações do campo, das pessoas com deficiência e dos diferentes grupos sociais atendidos.
8) Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o	Realizada	As escolas realizaram o acompanhamento

monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;		sistemático da frequência, do rendimento escolar e da permanência dos estudantes, especialmente daqueles beneficiários de programas de transferência de renda. Em parceria com as famílias e com os serviços de assistência social, saúde e proteção à infância e juventude, foram desenvolvidas ações preventivas e de orientação voltadas à redução da evasão escolar e ao enfrentamento de situações de vulnerabilidade social. O monitoramento contínuo possibilitou a identificação de fatores que interferem na aprendizagem e na permanência dos estudantes, favorecendo intervenções mais efetivas e o fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade.
9) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;	Realizada	O município desenvolve ações de acompanhamento da frequência escolar e busca ativa dos estudantes em situação de abandono, evasão ou infrequência, por meio da articulação entre as instituições de ensino e a rede de proteção social. O trabalho conjunto com os serviços de assistência social, saúde e demais órgãos de atendimento à adolescência e juventude contribui para a identificação de estudantes fora da escola e para o encaminhamento das situações que demandam intervenção. Embora o município apresente índices satisfatórios de atendimento escolar nessa faixa etária,

		permanece a necessidade de fortalecer continuamente as estratégias de monitoramento e acompanhamento, visando assegurar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica por todos os jovens.
10) Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar; .	Parcialmente Realizada	O município busca promover oportunidades educacionais, culturais e de qualificação social e profissional para jovens e adultos, especialmente aqueles que se encontram fora da escola ou apresentam defasagem na trajetória escolar. As ações desenvolvidas visam ampliar o acesso ao conhecimento, fortalecer a cidadania e favorecer a inclusão social e produtiva dos participantes. Embora existam iniciativas voltadas à formação e ao desenvolvimento pessoal, observa-se a necessidade de ampliar e fortalecer programas que atendam às demandas locais, assegurando oportunidades de qualificação e de continuidade dos estudos para a população urbana e do campo, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a melhoria das perspectivas de inserção social e profissional.
11) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as	Realizada	O município busca garantir o acesso dos estudantes ao Ensino Médio por meio da oferta de vagas em instituições da rede pública, considerando as características e necessidades da população escolar. A organização da

necessidades específicas dos (as) alunos (as);		oferta nos diferentes turnos e o acesso ao transporte escolar contribuem para a permanência dos estudantes e para a continuidade dos estudos. Observa-se a necessidade de monitoramento permanente da demanda local, visando assegurar atendimento adequado aos estudantes da zona urbana e rural, reduzindo possíveis dificuldades de acesso e fortalecendo a permanência e o sucesso escolar.
12) Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	Realizada	No município, a demanda por atendimento a estudantes filhos de trabalhadores itinerantes é reduzida. Entretanto, as redes de ensino mantêm-se atentas à garantia do direito à educação desses estudantes, promovendo estratégias de acolhimento, matrícula e acompanhamento quando necessário. O compromisso com a inclusão e a continuidade dos estudos possibilita que eventuais situações sejam atendidas de forma adequada, respeitando as especificidades de cada estudante e assegurando a qualidade do processo educativo.
13) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede	Realizada	As instituições de ensino do município desenvolvem ações voltadas à promoção do respeito, da inclusão e da valorização da diversidade, buscando prevenir situações

de proteção contra formas associadas de exclusão;		de preconceito, discriminação e exclusão. Projetos pedagógicos, atividades de conscientização, acompanhamento das equipes escolares e articulação com a rede de proteção contribuem para a identificação e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade. Apesar dos avanços, permanece a necessidade de fortalecer ações preventivas e o trabalho intersetorial, visando garantir um ambiente escolar acolhedor, seguro e favorável à permanência de todos os estudantes.
14) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	Realizada	O município incentiva a participação dos estudantes em atividades voltadas às áreas tecnológicas, científicas e de inovação por meio de projetos pedagógicos, feiras de ciências, pesquisas escolares, utilização de recursos tecnológicos e ações desenvolvidas pelas instituições de ensino. Essas iniciativas contribuem para despertar o interesse dos adolescentes pela investigação científica, pelo pensamento crítico e pelas novas tecnologias. Embora sejam observados avanços na participação estudantil, ainda se faz necessário ampliar as oportunidades de acesso a projetos, parcerias e experiências práticas que fortaleçam o protagonismo juvenil e estimulem a continuidade dos estudos nessas áreas do conhecimento.

SÍNTESE DE AVALIAÇÃO DA META 3

A Meta 3 do Plano Municipal de Educação de Faxinal do Soturno apresenta avanços no atendimento da população de 15 a 17 anos, por meio da garantia do acesso à escolarização e do acompanhamento da permanência dos estudantes no Ensino Médio. As ações desenvolvidas pelas redes de ensino, em parceria com a rede de proteção social, têm contribuído para a identificação e o acompanhamento de situações de evasão, infrequência e vulnerabilidade social.

Destacam-se as estratégias de busca ativa, o monitoramento da frequência escolar, a articulação com os serviços de saúde, assistência social e proteção à juventude, bem como as ações voltadas à promoção da inclusão, do respeito à diversidade e do enfrentamento de situações de discriminação. Também são desenvolvidas iniciativas que incentivam a participação dos estudantes em atividades culturais, científicas e tecnológicas, favorecendo seu protagonismo e ampliando suas perspectivas educacionais e profissionais.

Embora os indicadores demonstrem resultados positivos, ainda existem desafios relacionados à ampliação das oportunidades de qualificação social e profissional, ao fortalecimento das ações de permanência escolar e ao acompanhamento contínuo dos jovens em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, considera-se que a Meta 3 encontra-se em processo de consolidação, exigindo a continuidade das políticas públicas e das ações intersetoriais para garantir o acesso, a permanência e a conclusão do Ensino Médio com qualidade para todos os estudantes do município.

DIAGNÓSTICO – META 4 - Universalizar para a população de 4 (quatro) à 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A Educação Especial encontra seu amparo inicial na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 205 define a educação como um direito de todos. Em consonância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 58, estabelece a educação especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Complementando esse entendimento, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 15) conceitua a Educação Especial como uma "[...] modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o AEE – Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem comum do ensino regular."

No momento a Educação especial está norteadada pelo Decreto Nº 12.686 e 20 de outubro de 2026 e portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, as quais dispõem sobre a política nacional de educação especial inclusiva e a rede nacional de educação especial inclusiva.

No âmbito da rede pública municipal, o município de Faxinal do Soturno conta com a Escola Municipal de Educação Especial Jeviani Santini – Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), instituição responsável por oferecer suporte multidisciplinar e acompanhamento especializado aos estudantes nas áreas de educação especial, fonoaudiologia e psicologia. De acordo com o Decreto Nº 12.686 e 20 de outubro de 2026, art. 9º, o AEE, na Educação Básica, poderá, excepcionalmente, ser realizado em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública de ensino ou de instituições sem fins lucrativos, conveniadas à Secretária de Educação ou com órgão equivalente dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

No âmbito da rede pública estadual, o município de Faxinal do Soturno conta com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado por meio de Salas de Recursos Multifuncionais conduzidas por educadoras especiais. Essas salas estão localizadas e em funcionamento na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Adelina Zanchi e na Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis.

A partir do ano de 2014, foi criado, através de autorização do Conselho Municipal de Educação, o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), com espaço físico para a realização dos atendimentos. Atualmente, a instituição conta com quatro salas para atendimento (educação especial, fonoaudiologia e psicologia), uma sala de reuniões, uma sala de materiais lúdicos e pedagógicos, banheiros, cozinha e recepção. Os atendimentos são destinados aos alunos das escolas municipais de ensino, isto é, educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais), que são encaminhados pelas mesmas, conforme tiver necessidade de avaliação, acompanhamento e intervenção.

De acordo com o Decreto Nº 12.686 e 20 de outubro de 2026, art. 5º, o AEE é atividade pedagógica de caráter complementar à escolarização de Pessoas com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista, e suplementar à escolarização de Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação. A matrícula do AEE não poderá ser substitutivo à matrícula e à frequência da classe comum. De acordo com o art. 6º da referida lei, são objetivos do AEE: qualificar as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial; identificar estudantes que são o público da educação especial, por meio de estudo de caso; desenvolver e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que assegurem acesso, permanência, aprendizagem e participação dos estudantes em todas as atividades educacionais; contribuir para o desenvolvimento de recursos didáticos e estratégias pedagógicas; sistematizar e articular o trabalho dos diferentes profissionais da educação envolvidos com o atendimento aos estudantes que são o público da educação especial; promover condições para a continuidade de estudos dos estudantes que são o público da educação especial até os níveis e as etapas de ensino mais elevados; e fomentar e integrar as ações intersetoriais, notadamente entre as áreas que compõem a rede de proteção social.

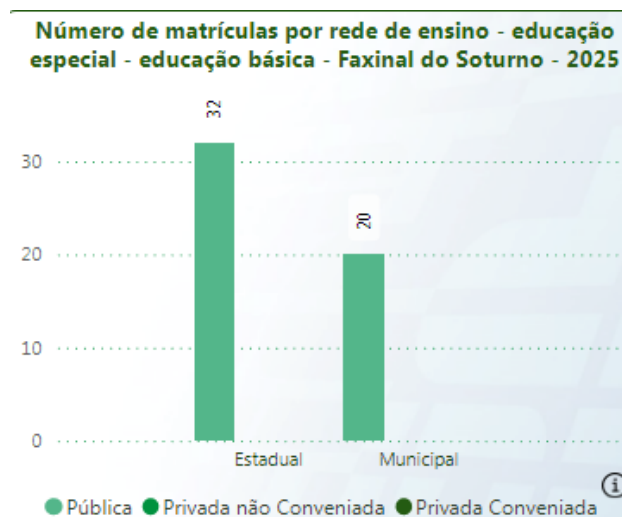
A partir da publicação da nova legislação que norteia o AEE (Decreto Nº 12.686 e 20 de outubro de 2026 e portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026), foi constituída uma nova metodologia para a produção e sistematização de registros e informações, entre elas, Estudo de Caso, Plano de Atendimento Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI). Tais documentos são de realização obrigatória. O Estudo de Caso tem o objetivo de identificação do estudante público alvo da educação especial, análise das

potencialidades e possíveis barreiras, bem como definição de estratégias e recursos de acessibilidade. Ressalta-se que o Estudo de Caso é feito em articulação com professores da escola e profissionais da rede de proteção social (saúde, assistência social e órgãos de proteção da criança e do adolescente). O PAEE possui natureza pedagógica e deriva do Estudo de Caso, sendo de competência do AEE. O PEI é um documento de registro pedagógico, realizado pelo (a) professor (a), em espaço escolar, podendo haver o trabalho colaborativo nas escolas, assim como ações de articulação intersetorial.

Nos termos do Decreto Nº 12.686 e 20 de outubro de 202, art. 14, § 2º, a oferta do profissional de apoio escolar será avaliada pelo Estudo de Caso e independará de resultado de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde. O profissional de apoio escolar atuará em consonância com o PAEE e o PEI, realizando as seguintes ações: na locomoção, no acesso e na participação dos estudantes em todos os espaços e atividades pedagógicas; na higiene e na alimentação, guardado o respeito ao corpo e à privacidade, ao tempo e às escolhas dos estudantes; na interação social e na comunicação, a partir do reconhecimento das diferentes formas de expressão dos estudantes e da pluralidade dos meios e modos de comunicação; e na utilização de eventuais tecnologias e recursos auxiliares desenvolvidos pelo AEE, de modo a favorecer o convívio entre pares e a livre expressão dos estudantes nas atividades e nos espaços escolares. O profissional de apoio deverá ter formação inicial de no mínimo nível médio e formação continuada, com carga horária de no mínimo 180 horas, que deverá ser promovida em colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e os Municípios.

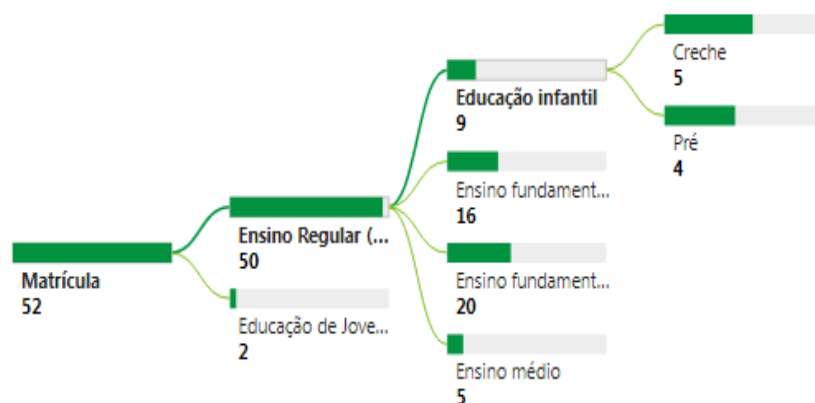
A Meta 4 do Plano Municipal de Educação (2015–2025) teve como foco universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, preferencialmente na rede regular de ensino.

Pode-se inferir que o município de Faxinal do Soturno obteve avanços na consolidação dessa política, pois oferta o acesso e a matrícula, tanto na rede regular de ensino, como no Atendimento Educacional Especializado, respeitando a obrigatoriedade da matrícula na rede básica. De acordo com o Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica, no ano de 2025, conforme gráfico abaixo, havia no município de Faxinal do Soturno, 52 matrículas de alunos públicos alvo da educação especial. Deste montante, 50 matrículas se davam em ensino regular e 2 na etapa de educação de jovens e adultos; 20 destes alunos estavam matriculados nas escolas municipais e 32 alunos nas escolas estaduais.



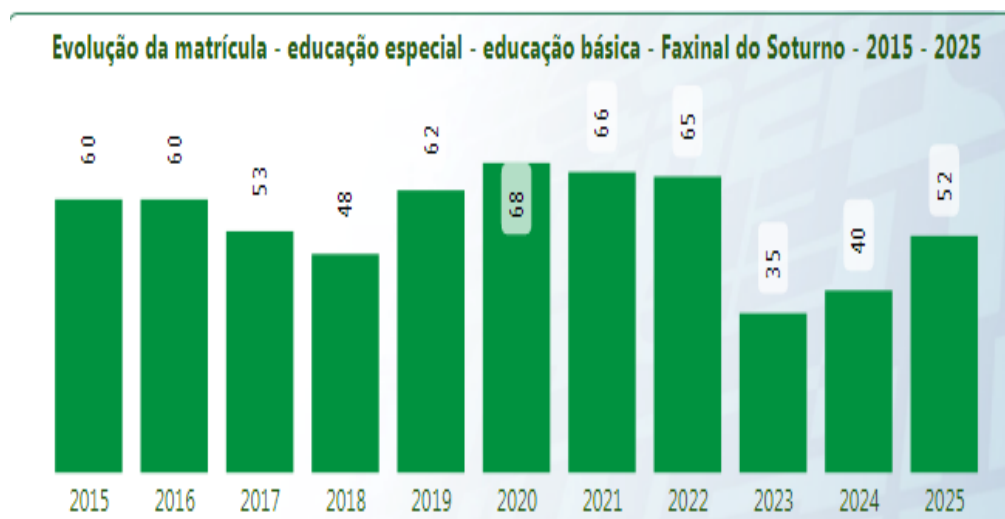
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica, 2026.

Ademais, o Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica, do ano de 2025, aponta o número de matrículas por etapa de ensino, conforme exposto abaixo:



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica, 2026.

O gráfico abaixo demonstra oscilações na evolução da matrícula de alunos que são público da educação especial. Como desafios, há o período de Pandemia de Covid-19 que impulsionou a evasão escolar e o abandono, principalmente dos estudantes da educação especial; condições de saúde e de comportamento associadas às deficiências; subnotificação dos casos de estudantes público da educação especial; falta de profissional de apoio escolar no âmbito das escolas estaduais; resistência dos familiares para que a criança frequente a escola; a não obrigatoriedade da matrícula de crianças de 06 meses a 03 anos e 11 meses, em que os pais optam por não realizar a matrícula já na educação infantil, o que limita também a matrícula no Atendimento Educacional Especializado no âmbito da educação pública; dificuldades na oferta de recursos de acessibilidade, adaptações arquitetônicas, materiais pedagógicos e tecnologias assistivas.



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica, 2026.

Como estratégia, o município possui as ações realizadas pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), a fim de acompanhar e incentivar a permanência dos alunos público alvo da educação especial em ambiente escolar e no AEE, através de ações de acolhimento, orientação, reuniões intersectoriais e elaboração de planos terapêuticos, bem como ensino colaborativo, adaptação e flexibilização curricular; realização de busca ativa em parceria entre Secretaria Municipal de Saúde e de Educação, a fim de identificar as demandas e sensibilizar a população quanto a importância da matrícula e frequência escolar; comissão intersectorial para a FICAI (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente), a qual notifica e realiza busca ativa dos alunos faltantes; discussão de casos durante reunião mensal da Rede de Apoio ao Educando (RAE) sobre a situação referida; criação do Fórum Municipal de Educação que poderá contribuir para o acompanhamento e a avaliação das políticas educacionais do município, constituindo-se como espaço de participação democrática e controle social; e parcerias com o Ministério Público para o fortalecimento das ações.

Não se obteve achados sobre a relação entre o total de pessoas de 4 a 17 anos público alvo da educação especial e a quantidade destas que estão matriculadas na escola.

O município garante a matrícula na rede regular de ensino e a oferta do AEE aos estudantes que são público da educação especial, a partir dos 4 anos de idade conforme a obrigatoriedade prevista na legislação, e também aos menores de 4 anos, quando matriculados na escola municipal de educação infantil. Salienta-se que para o atendimento no AEE, é obrigatória a matrícula na escola, sendo, portanto, dupla matrícula. O encaminhamento ao AEE ocorre em situações distintas, quando a criança já possui um laudo médico sinalizando ser público alvo da educação especial e a partir da observação pedagógica realizada pelos professores em sala de aula, a fim de avaliação e estimulação global, devido à identificação de possíveis barreiras à aprendizagem e ao desenvolvimento. O processo é favorecido pela formação continuada dos profissionais da educação, embora ainda seja importante fortalecer ações de capacitação voltadas à identificação precoce das necessidades educacionais e à qualificação dos encaminhamentos.

No âmbito das escolas municipais, os atendimentos educacionais especializados são realizados pelo CAEE, e das escolas estaduais pelas educadoras especiais que estão alocadas nas referidas escolas. Dos 52 alunos que estão matriculados na escola, de acordo com o Censo Escolar de 2025, 20 alunos são referenciados às escolas municipais e 32 às escolas estaduais. O AEE é ofertado à todos alunos público alvo da educação especial e/ou aqueles que necessitam de avaliação e acompanhamento, com o critério de matrícula obrigatória na escola regular, sendo o encaminhamento realizado pelo corpo escolar. Observa-se um avanço em relação à meta, pois a maioria dos alunos frequenta o AEE. Dos que não frequentam, notam-se algumas barreiras referentes a: questões logísticas e de locomoção; falta de adesão pelos familiares, tendo em vista que a educação especial é uma modalidade de ensino não obrigatória; questões clínicas e de saúde dos alunos, que interferem na participação regular por estarem realizando algum tratamento de saúde; algumas crianças, apesar de serem público da educação especial, não necessitam de acompanhamento no AEE, por exemplo: crianças com apenas deficiência física; dificuldades sociais, funcionais e emocionais das famílias; vulnerabilidade econômica.

Como estratégia, acontece o acompanhamento na escola para identificação de crianças que ainda não apresentam diagnóstico, e quando são percebidas demandas, ocorre o encaminhamento ao AEE, visando análise mais profunda do caso, por meio de entrevista familiar, observações, avaliação e intervenção/estimulação global do desenvolvimento; quando identificadas outras barreiras que demandem atendimentos de outras áreas, são realizados encaminhamentos para os profissionais e/ou serviços especializados (clínico, neurologista, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, Conselho Tutelar, etc), buscando articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência); discussão de casos difíceis na reunião da RAE, visando também articulação intersetorial; parceria, acolhimento e orientação com familiares; realização de busca ativa. Tais estratégias são desenvolvidas de forma humanizada, colaborativa e individualizada, considerando as necessidades da criança e das suas famílias, garantindo acesso, permanência e evolução na escola e no AEE.

O gráfico abaixo apresenta a situação de Faxinal do Soturno em relação à Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI), evidenciando uma estrutura de atendimento voltada à inclusão dos estudantes público da Educação Especial. Em 2025, o município registrava 52 matrículas de estudantes da Educação Especial, sendo que as 52 estavam em classes comuns, demonstrando a adoção da perspectiva de inclusão escolar. O município também contava com 5 escolas com Salas de Recursos Multifuncionais e 3 escolas da rede municipal com oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de 2 matrículas em cursos da RENAFOR, contribuindo para a formação dos profissionais. Assim, os dados indicam que Faxinal do Soturno possui uma importante estrutura de inclusão e vem avançando na garantia do acesso e da participação dos estudantes da Educação Especial, embora a ampliação e qualificação do AEE e dos recursos de apoio possam fortalecer ainda mais essa política. Fontes: Censo Escolar (2025) e SECADI/MEC (2025).



PNEEI

Política Nacional de Educação Especial Inclusiva

Objetivo 10 – Ed. Especial e Bilingue de Surdos
PNE 2026-2036

Clique aqui
e saiba mais!



O QUE É?

Instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, a PNEEI é um conjunto de ações e programas que buscam reafirmar o compromisso do governo com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e promover a Educação Especial como um conjunto de princípios, diretrizes, profissionais, recursos e práticas para assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. A política foi lançada em outubro de 2025.

OBJETIVO

Garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO

52

Número de matrículas de
estudantes que são parte do
Público da Educação Especial

Fonte: Censo Escolar (2025)

52

Matrículas em
classes comuns

Fonte: Censo Escolar (2025)

2

Matrículas em cursos
da RENAFOR

Fonte: SECADI/MEC (2025)

5

Número de escolas com Salas
de Recursos Multifuncionais

Fonte: Censo Escolar (2025)

3

Número de escolas da rede
municipal com oferta de AEE
(Atendimento Educacional
Especializado)

Fonte: Censo Escolar (2025)

Avaliação das Estratégias da Meta 4

1) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento	Realizada Parcialmente	Justificativa: O município contabiliza as matrículas dos estudantes público-alvo da educação especial, na educação regular da rede pública, conforme previsto na legislação. Contudo, o atendimento educacional especializado complementar e suplementar é oferecido pelo poder público através das entidades escolares. As instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, até então, não realizam o atendimento
--	------------------------	---

educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.		educacional especializado, e também não atendem a faixa etária de 4 a 17 anos.
2) Promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Realizada	Justificativa: O município disponibiliza vagas na educação infantil para crianças de 06 meses a 3 anos, atendendo à demanda apresentada pelas famílias. Embora a matrícula escolar nessa faixa etária não seja obrigatória e nem todas as famílias procurem o serviço, todas as crianças matriculadas são acompanhadas pela equipe escolar/educadores especiais. Quando são identificadas possíveis barreiras ao desenvolvimento, as crianças são encaminhadas para avaliação e acompanhamento necessários, inclusive para atendimento educacional especializado. Como desafio, destaca-se o acesso e matrícula das crianças nessa

		faixa etária da educação infantil, bem como se torna necessário o fortalecimento da identificação precoce pelos profissionais da educação, sendo importante a realização de formação continuada para o aperfeiçoamento sobre as questões do desenvolvimento infantil, além da articulação com a rede de saúde, visando ampliar a busca ativa pelas crianças que ainda não frequentam a educação infantil.
3) Implementar ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.	Realizada Parcialmente	Justificativa: O município garante a oferta do AEE aos estudantes das escolas urbanas e do campo, bem como a participação dos professores em formações continuadas. Não há, no município, escolas indígenas ou de comunidades quilombolas. A sala de recursos multifuncionais está implementada, contudo destaca-se a necessidade de ampliar os investimentos para o alinhamento com as exigências da sala de recursos multifuncionais exigidas pelo MEC, a qualificação dos espaços, bem como recursos multifuncionais, materiais e equipamentos destinados ao AEE, visando fortalecer e qualificar o atendimento oferecido. No âmbito do município, as salas de recursos e os materiais das salas de recursos foram centralizadas no CAEE, a partir do ano de 2014 pelo Conselho Municipal de Educação, bem como os atendimentos educacionais especializados; no âmbito do Estado, o atendimento educacional especializado é

		realizado no ambiente escolar, em que há salas de recursos multifuncionais, descentralizadas em duas das escolas, de modo que para a utilização da terceira escola, há um termo de cooperação.
4) Garantir oferta de cursos de formação continuada na especificidade que se fizer necessário, para professores em exercício da rede municipal de ensino.	Realizada	Justificativa: O município garante a oferta de formação continuada aos professores da rede municipal de ensino, por meio de cursos, oficinas e outras ações formativas promovidas ao longo do ano. Também são estabelecidas parcerias com instituições de ensino superior da região, contribuindo para a qualificação permanente dos profissionais e o aprimoramento das práticas pedagógicas, conforme as demandas da rede.
5) Firmar parceria entre município e universidades para desenvolvimento de cursos de capacitação em libras e Braille para professores da rede municipal.	Não realizada	Justificativa: O município não possui, no momento, demanda de estudantes que necessitem do uso de libras ou Braille na rede regular de ensino, razão pela qual não foram buscadas formações específicas nessas áreas. Entretanto, o município garante ações de formação continuada conforme as necessidades identificadas pela rede.
6) Disponibilizar, na SMED, um profissional responsável pela educação especial, com formação específica, para atuar na educação inclusiva, o qual poderá implementar projetos específicos em busca de recursos e de	Não realizada	Justificativa: A Secretaria Municipal de Educação (SMED) não dispõe, em sua estrutura organizacional, de um profissional específico com formação na área de Educação Especial para atuar diretamente na coordenação e organização das ações de Educação Inclusiva. Dessa forma, não há, no âmbito da SMED, um responsável técnico exclusivo para a

unicidade nas ações desenvolvidas pelo CAEE.		implementação de projetos específicos, articulação de recursos e acompanhamento das políticas voltadas à educação especial. As ações e projetos relacionados à área são desenvolvidos pelos profissionais que compõem a coordenadoria da SMED, conforme as demandas existentes.
7) Garantir que o profissional responsável pela educação especial na SMED estabeleça parceria com Conselho Municipal de Educação, para que juntos acompanhem o trabalho desenvolvido pela educação inclusiva, bem como, pela administração dos recursos orçamentários específicos para o atendimento desta modalidade.	Realizada Parcialmente	Justificativa: Não existe profissional responsável pela educação especial na SMED, entretanto ocorre articulação, pois a profissional de educação especial que atua no CAEE compõe participação no Conselho Municipal de Educação, o que favorece espaços de deliberação e diálogo das ações desenvolvidas para a educação inclusiva. Quanto ao acompanhamento da administração dos recursos orçamentários específicos para o atendimento desta modalidade, tal atribuição permanece sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, não sendo realizada diretamente pelo profissional da educação especial.
8) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e	Realizada	Justificativa: O município garante a oferta do AEE aos estudantes público-alvo da educação especial matriculados na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do CAEE e dos profissionais da educação especial, de forma complementar e suplementar ao ensino regular, não substituindo a escolarização comum. A partir

suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação escolar, ouvidos a família e o aluno.		dos anos finais do ensino fundamental, nas escolas estaduais, o AEE é ofertado no próprio contexto escolar, por meio das salas de recursos multifuncionais e atuação do educador especial, mantendo o caráter complementar e suplementar ao ensino regular. A identificação das necessidades educacionais ocorre por meio de avaliação pedagógica, observação do estudante no ambiente escolar, diálogo entre professores, educadores especiais, família e equipe envolvida, incluindo estudos de caso e articulação com a rede de apoio quando necessário.
9) Realizar adaptações, via Conselho Municipal de Educação, (uma vez que o município possui Sistema Próprio) adaptações necessárias frente a legislação vigente, como adequação de tempo na escola para alunos autistas, reorganização do PNAIC, uma vez que não se pode estabelecer prazo para que as habilidades cognitivas do aluno com deficiência aprendam, entre outras que tornarem-se necessárias de acordo com a realidade local.	Realizada	Justificativa: O município desenvolve ações voltadas à educação especial e inclusiva em consonância com a legislação federal vigente, garantindo adaptações pedagógicas, flexibilizações e estratégias de atendimento conforme as necessidades dos estudantes. Ressalta-se que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) não está mais em vigor. A partir da implementação do Decreto nº 12.686/2025, houveram mudanças relativas à essa questão, em que a realização do estudo de caso, PEI e PAEE, bem como a participação do profissional de apoio escolar, norteiam as adaptações e orientações necessárias. Também, o profissional da educação especial atua em articulação com as escolas na identificação das necessidades, orientação de

		estratégias e pactuação dos apoios necessários aos estudantes. Entretanto, considerando que o município possui sistema próprio de ensino, ainda se faz necessária a formalização dessas orientações e procedimentos por meio de normativa específica junto ao Conselho Municipal de Educação, a fim de regulamentar e consolidar as práticas inclusivas no âmbito municipal.
10) Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	Não realizada	Justificativa: O município não dispõe de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas da saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, destinados a subsidiar o trabalho dos professores da educação básica no atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Atualmente, o atendimento ocorre por meio dos serviços disponíveis na rede municipal, sendo necessária a ampliação da articulação intersetorial e a implementação de ações que possibilitem o suporte especializado e colaborativo aos profissionais da educação. Entretanto, são estabelecidas parcerias com instituições de ensino superior, possibilitando ações de formação continuada, troca de conhecimentos e disponibilização de espaços para realização de estágios, contribuindo para a

		qualificação dos profissionais da rede municipal de ensino. Além disso, apesar de não ser criação própria, o município de Faxinal do Soturno conta com auxílio e parceria do Programa TEAcolhe, fortalecendo a articulação intersetorial e ampliando o suporte às demandas relacionadas aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ressalta-se a necessidade de ampliar e consolidar ações intersetoriais municipais, envolvendo as áreas da educação, saúde e assistência social, com vistas à construção de uma rede de apoio multidisciplinar que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes que são público-alvo da educação especial.
11) Rever a dependência do CAEE a uma escola municipal. Conforme legislação, o Centro de AEE deve ser independente, tendo código Inep próprio, que ocasionará dados mais precisos via censo escolar, uma vez que os alunos receberão recursos dobrados, tendo vínculo à escola e ao Centro, bem como, buscar recursos próprios que qualificaram o trabalho oferecido.	Realizada	Justificativa: No município, o CAEE não possui mais dependência à Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves, desde o ano de 2014. A partir do ano de 2018, o CAEE passou a ser vinculado como Escola Municipal de Educação Especial Jeviane Santini, onde são ofertados atendimentos especializados aos estudantes público-alvo da educação especial, incluindo o atendimento com profissionais da área de fonoaudiologia e psicologia, com atuação voltada às demandas escolares e educacionais, assim como em articulação com as escolas e a rede de apoio intersetorial.
12) Manter e ampliar programas suplementares que	Realizada Parcialmente	Justificativa: A assertiva está descrevendo duas coisas diferentes, então a resposta

promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades/superdotação;		será dividida em duas etapas. Em relação à acessibilidade, o município mantém ações voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial, com oferta de atendimento educacional especializado, transporte acessível, recursos pedagógicos adaptados e acompanhamento singular dos estudantes. Entretanto, ainda se faz necessária ampliação das ações relacionadas à acessibilidade arquitetônica e recursos de tecnologia assistiva nas escolas. Em relação à identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades/superdotação, não há programas de suplementação. No momento, não há, no município, alunos (as) diagnosticados com altas habilidades/superdotação. Identifica-se uma barreira referente à possível subnotificação desses casos, bem como inexistência de protocolo e fluxo municipal para identificação e avaliação de possíveis casos.
13) Disponibilizar material didático específico na Biblioteca Pública acerca das deficiências presentes na rede municipal, como livros em Braille e em libras;	Realizada	Justificativa: A Biblioteca Pública Municipal dispõe de materiais relacionados à inclusão e à educação especial, como livros em Braille, libras e com conteúdos generalistas sobre as deficiências. Contudo, ainda é necessária a ampliação do acervo com maior quantidade de recursos acessíveis, bem como recursos específicos que contemplem as diferentes deficiências presentes na rede municipal de ensino, garantindo maior

		acessibilidade à informação e à cultura.
14) Assegurar, durante o período estipulado, transporte com adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção (transporte com elevador).	Realizada	Justificativa: O município assegura o transporte escolar adaptado aos estudantes que apresentem dificuldade de locomoção e acessibilidade, garantindo as condições necessárias para o acesso e a permanência na escola. Quando identificado alunos com mobilidade reduzida, poderão ser providenciados os recursos adequados para garantir seu deslocamento com segurança e acessibilidade.
15) Providenciar acessibilidade na Secretaria de Educação, para que crianças com deficiência física e seus familiares tenham acesso.	Realizada Parcialmente	Justificativa: Foram realizadas adequações para melhorar o acesso à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, como construção de rampa de acessibilidade ao prédio, porém ainda existem barreiras arquitetônicas, como por exemplo escadas, que dão acesso à Secretaria em si. Sendo assim, são necessárias ações complementares para garantir acessibilidade plena a todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
16) Adaptar banheiros do CAEE para os alunos adultos (visto que, como era uma escola de educação infantil os sanitários e pias são pequenos) estas reformas devem ser em conformidade aos requisitos de infraestrutura para atendimento dos alunos com	Realizada Parcialmente	Justificativa: Os banheiros passaram por processo prévio de adaptação, como colocação de pias e sanitários adultos, bem como alargamento da porta para possibilitar passagem de aluno com cadeiras de rodas. Ainda não foi realizada colocação de barra de apoio nos banheiros. Na entrada do serviço, também foi realizada adaptação com colocação de três rampas, tanto na

deficiência (rampas, alargamentos de portas e colocação de barras nos banheiros);		passagem da rua para o prédio, como no portão e na porta de entrada. Percebe-se necessidade de maiores adaptações frente à outros tipos de deficiências, que não sejam apenas físicas. Apesar da realização de adaptações, entende-se como necessário reforma e conservação das benfeitorias já existentes.
17) Possibilitar sempre que possível e necessário a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.	Realizada Parcialmente	Justificativa: Até o momento, o município não possui estudantes matriculados que necessitem de atendimento educacional bilíngue, de intérprete de Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, ou adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. Dessa forma, ainda não houve demanda para a contratação de intérpretes ou implantação de classes/escolas bilíngues, bem como a aquisição de materiais. O município conta com profissionais da educação especial para o atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial e permanece acompanhando as necessidades da rede. Ressalta-se a importância da formação continuada e do fortalecimento das ações voltadas à acessibilidade comunicacional.
18) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional	Realizada	Justificativa: O município realiza o acompanhamento dos estudantes da educação especial, monitorando o acesso, a frequência, a permanência e o

especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.		desenvolvimento escolar dos alunos, buscando garantir o atendimento educacional adequado às suas necessidades. Esse acompanhamento ocorre por meio da atuação da equipe escolar, do CAEE, escolas estaduais e da articulação com outros setores, quando necessário. Em situações que se torne necessário o acompanhamento e apoio matricial para as crianças diagnosticadas com TEA, pode-se realizar o encaminhamento ao programa TEAcolhe. Também são desenvolvidas ações de prevenção e enfrentamento às situações de preconceito, discriminação, <i>bullying</i>, violência no ambiente escolar e/ou qualquer outra demanda que surja, com apoio do núcleo de psicologia do CAEE e/ou outros de outros setores, e demais serviços da rede, como a saúde, através do Programa Saúde na Escola (PSE), assistência social, brigada militar que realiza o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).
19) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos	Realizada	Justificativa: Ocorrem pesquisas, por parte das profissionais, voltadas ao desenvolvimento de metodologias e materiais didáticos voltados ao público-alvo da educação especial. A partir da utilização do estudo de caso, regulamentado pelo Decreto nº 12.686/2025, a equipe (AEE, professores da sala comum, família e demais profissionais) consegue visualizar e identificar questões pertinentes ao

(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;		desenvolvimento dos alunos, a partir do registro e construção conjunta de como o estudante aprende, quais estratégias já foram utilizadas, seus interesses, potencialidades e dificuldades, além dos recursos que favorecem ou dificultam seu desenvolvimento, além de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, atitudinais, instrumentais e programáticas da aprendizagem, inclusão e acessibilidade. Após a construção dos estudos de caso e da identificação das barreiras, é importante que a equipe apresente os resultados aos órgãos de gestão e equipe pedagógica, para que seja realizado um melhor estudo e planejamento das ações futuras. Valoriza-se a avaliação dos resultados, identificando o que foi efetivo e quais aspectos precisam ser ajustados, produzindo registros que podem subsidiar novas práticas e pesquisas; a socialização das experiências, a partir do compartilhamento dos resultados em reuniões pedagógicas, formações continuadas e grupos de trabalho, contribuindo para a construção de conhecimentos e para o aperfeiçoamento das práticas inclusivas na rede de ensino. Ainda se faz necessário ampliar ações relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas, parcerias institucionais, formação continuada e aquisição de novos recursos de tecnologia assistiva, visando fortalecer as
---	--	--

		condições de acessibilidade e aprendizagem.
20) Providenciar recursos tecnológicos para o público-alvo da educação especial (Resolução CNE/SEB Nº 04/2009) visando a comunicação alternativa ampliada (CAA), o uso das tecnologias assistivas e a facilidade no acesso para alunos com deficiência visual e física.	Realizada Parcialmente	Justificativa: No momento, o município ainda não dispõe de recursos tecnológicos específicos de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) e demais tecnologias assistivas implantadas de forma sistemática para atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial. Entretanto, estão sendo desenvolvidas ações voltadas à formação continuada dos profissionais da rede escolar municipal, com foco na ampliação dos conhecimentos sobre Comunicação Alternativa, especialmente para atender estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que apresentam dificuldades na comunicação. A formação dos profissionais constitui uma etapa fundamental para a futura implementação de recursos e estratégias de acessibilidade comunicacional, conforme as necessidades dos estudantes.
21) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que requeiram	Realizada Parcialmente	Justificativa: O município ainda não desenvolve pesquisas interdisciplinares e intersetoriais com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A participação de profissionais da educação especial em espaços deliberativos, como Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, entre outros, pode fortalecer tal meta. Sugere-se a criação de

medidas de atendimento especializado.		um Fórum e/ou Grupo de Estudos que envolva os profissionais da rede intersetorial, a fim de realizar pesquisas e construção de estratégias para formulação de políticas públicas que atendam as especificidades dos estudantes público-alvo da educação especial.
22) Promover a articulação entre órgãos e políticas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	Realizada Parcialmente	Justificativa: Atualmente os alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, são atendidos na rede regular de ensino, no ensino fundamental e médio, bem como, na modalidade de educação de jovens e adultos, conforme necessidade de vaga. Após os educandos excederem sua idade escolar mínima, dezoito anos, tem a oportunidade de ingressar na APAE (associação de jovens e adultos dos excepcionais), instituição filantrópica que também recebe subsídios financeiros municipais.
23) Aumentar os atendimentos clínicos do CAEE, via estágios supervisionados. Estes estágios serão coordenados pelos profissionais técnicos que atuam no CAEE, cada um	Realizada	Justificativa: O CAEE oferece atendimentos clínicos nas áreas de fonoaudiologia e psicologia, sendo que os encaminhamentos são realizados de acordo com as demandas identificadas no contexto escolar. Há vínculo e abertura de vagas para a realização de estágios supervisionados, os quais

respondendo pela sua área.		podem ser acompanhados pelos profissionais técnicos que atuam no CAEE, cada um em sua respectiva área de atuação. Em relação à educação especial, não são realizados atendimentos clínicos, mas sim atendimentos de caráter pedagógico, por meio do AEE, visando ao desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos estudantes. Nessa área, ocorre a realização de estágios supervisionados, com acompanhamento e orientação dos profissionais responsáveis pelo atendimento educacional especializado.
24) Firmar parceria entre Educação e Saúde, viabilizando atendimentos clínicos do CAEE, com fisioterapia e fonoaudiologia, bem como aquisição de materiais de reabilitação.	Realizada Parcialmente	Justificativa: O município conta, atualmente, com duas profissionais de fonoaudiologia vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais cada, sendo que metade dessa carga horária é disponibilizada para atuação junto à Secretaria Municipal de Saúde, fortalecendo o atendimento integrado aos estudantes, matriculadas nas escolas municipais e estaduais, tanto no CAEE, quanto no posto de saúde. Em relação à fisioterapia, as crianças que necessitam desse atendimento têm acesso por meio da Secretaria Municipal de Saúde, conforme avaliação e encaminhamentos realizados. Até então, não foram adquiridos materiais de reabilitação, pois não há atuação de fisioterapeuta na área da educação. Torna-se necessária a aquisição de

		materiais do núcleo de fonoaudiologia para estimulação motora oral. Dessa forma, o município garante o acesso dos estudantes a atendimentos especializados nas áreas de fonoaudiologia e fisioterapia, por meio da articulação entre os setores de Educação e Saúde, contribuindo para o desenvolvimento e a inclusão dos alunos atendidos pelo CAEE.
25) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.	Realizada Parcialmente	Justificativa: No momento, não há estudantes surdos ou surdocegos matriculados no município que demandem a atuação de tradutor/intérprete de LIBRAS, guia-intérprete ou professor bilíngue. Esses profissionais podem ser disponibilizados conforme a identificação da necessidade dos estudantes, estabelecendo o atendimento adequado quando houver demanda. Atualmente, o trabalho do núcleo de educação especial está sendo, tanto pedagógico, quanto institucional, em que a necessidade de ampliar a contratação deve ser avaliada conforme as demandas. Na Escola Estadual de Ensino Fundamental São Domingos Sávio ainda não há a presença física de profissional da educação especial na escola, nem sala de recursos multifuncionais própria, sendo os alunos atendidos nas dependências da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Adelina Zanchi. Devido ser uma escola rural, torna-se importante a alocação da profissional de educação

		especial na referida escola. Salienta-se que as escolas estaduais não possuem profissional de apoio escolar, embora possa ser judicializado o pedido quanto à contratação deste profissional. A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza a contratação do profissional de apoio escolar, conforme necessidade dos estudantes, mas necessita ainda de ampliação. Há uma barreira que se refere à pouca disponibilidade em assumir a função e/ou alta rotatividade de profissional de apoio escolar, que prejudica a continuidade do acompanhamento.
26) Realizar concurso público para profissionais da educação especial cada para atendimento dos estudantes do CAEE (pois as crianças com deficiência poderão frequentar o atendimento 3 vezes na semana e no contraturno, como determina a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), bem como, possibilitar o atendimento individual, tão necessário a esta modalidade de educação) e também para o contato com as escolas e trabalho na SMED;	Realizada	Justificativa: Quanto à necessidade de realização de concurso público para profissionais da educação especial, esta meta foi alcançada, conforme a demanda existente no município, considerando o número de estudantes público-alvo da educação especial. A ampliação do quadro de profissionais deverá ocorrer de acordo com as necessidades identificadas, garantindo recursos humanos suficientes para assegurar o atendimento educacional especializado e os apoios necessários à inclusão escolar. A nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Decreto nº 12.686/2025) não determina uma quantidade fixa de atendimentos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) por semana ou por mês. A frequência, duração e organização dos atendimentos devem ser definidas a partir da

		autonomia das profissionais, e das informações do estudo de caso, Planos Educacionais Individualizados (PEI) e Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).
27) Definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	Não realizada	Justificativa: No ano de 2026 foi criado o Fórum Municipal de Educação, órgão que poderá contribuir para o acompanhamento e a avaliação das políticas educacionais do município, constituindo-se como espaço de participação democrática e controle social. Por meio de suas atribuições de monitoramento do Plano Municipal de Educação, poderá ser acompanhada a implementação de ações voltadas à Educação Especial, promovendo discussões sobre a qualidade dos serviços ofertados e contribuir na análise de indicadores, estratégias e encaminhamentos que favoreçam a garantia do atendimento educacional adequado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
28) Promover, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais	Realizada	Justificativa: A obtenção de dados detalhados sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação é realizada por órgãos federais responsáveis pelas pesquisas estatísticas e educacionais, como IBGE e INEP. O município utiliza as informações disponíveis nos sistemas oficiais, especialmente os dados do

do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.		Censo Escolar, para subsidiar o planejamento e a organização da oferta de atendimento educacional especializado. Há uma inconsistência nessa meta, pois o município não consegue promover esta ação, mas sim coletar informações nos sites e nos órgãos competentes.
29) Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observando o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	Realizada	Justificativa: Entende-se que o incentivo na elaboração de conteúdos e práticas relacionadas à Inclusão nos cursos de licenciatura e demais cursos de profissionais das instituições de ensino superior, não compete ao município, conforme as diretrizes nacionais estabelecidas pelos órgãos competentes. Ao município cabe incentivar e promover a formação continuada dos profissionais da educação da rede municipal, buscando parcerias e ações que contribuam para a qualificação das práticas inclusivas.
30) Incentivar a realização de discussões entre SMED e as Universidades existentes no município, sobre o currículo dos cursos de Licenciatura	Realizada	Justificativa: Atualmente, no município de Faxinal do Soturno, encontra-se uma Instituição privada de ensino superior, a Unopar Anhanguera, que oferece cursos de Licenciatura, com a realização de aulas semipresenciais. O quadro

Plena para que garantam a temática da Inclusão com maior carga horária;		profissional pode ter a composição de professores vinculados às SMEDs, que atuam nos municípios da quarta colônia e região, favorecendo a troca de experiências entre a formação docente e a realidade escolar atual. No âmbito público, o Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), oferta cursos pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) de nível superior e técnico.
31) Não se encontra no documento.		
32) Buscar e incentivar as parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.	Realizada	Justificativa: O município dispõe de instituições comunitárias que promovem atividades esportivas, recreativas e de convivência, das quais participam crianças, adolescentes e adultos da comunidade faxinalense. Esses espaços complementam as ações desenvolvidas pela rede pública de ensino e favorecem a inclusão das pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais.
33) Buscar e incentivar as parcerias com instituições	Realizada Parcialmente	Justificativa: O Município mantém parceria com a APAE, instituição filantrópica sem fins lucrativos conveniada com o

comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede pública de ensino;		poder público, a qual participa das formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação. Entretanto, a parceria não contempla a oferta de formações às escolas da rede pública nem a produção ou disponibilização de materiais didáticos acessíveis para os estudantes público-alvo da educação especial. É necessário ampliar a cooperação para o desenvolvimento de ações voltadas à formação continuada e à produção de recursos pedagógicos acessíveis, conforme previsto na meta. Existem outros projetos de cunho social, conveniados ao município, mas que não realizam formações, nem produção e disponibilização de materiais didáticos acessíveis.
34) Buscar e incentivar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	Realizada	Justificativa: O Município mantém parceria com a APAE, instituição filantrópica sem fins lucrativos conveniada com o poder público, que por ser uma associação de pais e amigos dos excepcionais, pode contribuir para essa meta, por favorecer a participação das famílias na organização da instituição. Também, promovem visitas e momentos de interação social entre os alunos da APAE e das outras escolas, sensibilização da comunidade sobre os direitos da pessoa com deficiência, participação da família e do público-alvo da educação especial. Sendo assim, a instituição promove, mas é importante ampliar a participação de diferentes representantes para a

		construção de um sistema educacional inclusivo.
--	--	---

Síntese da avaliação

A análise da Meta 4 evidencia que o município de Faxinal do Soturno apresentou avanços importantes na consolidação da política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação (2015–2025). O município garante o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio da atuação da Escola Municipal de Educação Especial Jeviane Santini – Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), das Salas de Recursos Multifuncionais da rede estadual e da articulação entre Educação, Saúde, Assistência Social e demais serviços da rede de proteção. Das estratégias previstas para a meta, observa-se que parte significativa foi integralmente alcançada, destacando-se a oferta do Atendimento Educacional Especializado, a formação continuada dos profissionais, a consolidação institucional do CAEE com código INEP próprio, o fortalecimento do acompanhamento dos estudantes, a garantia do transporte escolar acessível, a ampliação dos estágios supervisionados e o incentivo às parcerias comunitárias voltadas à inclusão. Outras estratégias foram parcialmente alcançadas, principalmente aquelas relacionadas à acessibilidade arquitetônica, formação continuada quanto ao uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), da infraestrutura do CAEE, da oferta de profissionais de apoio escolar, da implementação de programas voltados às altas habilidades/superdotação e da ampliação das parcerias para formação continuada e produção de materiais acessíveis. Também permaneceram os desafios referentes à estrutura administrativa da Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, o desenvolvimento de pesquisas intersetoriais e à definição de indicadores municipais de avaliação da política de Educação Especial.

O diagnóstico evidencia que os principais desafios para o próximo decênio estão relacionados ao fortalecimento da identificação precoce das necessidades educacionais especiais, à ampliação da busca ativa de crianças ainda não matriculadas, ao aperfeiçoamento da articulação entre Educação, Saúde e Assistência Social, à redução das barreiras arquitetônicas, comunicacionais e tecnológicas e ao fortalecimento das ações voltadas à permanência dos estudantes na escola e no Atendimento Educacional Especializado. O documento também aponta como desafios a demora no acesso a avaliações e serviços especializados, a resistência de parte das famílias à adesão aos atendimentos, a vulnerabilidade social de algumas famílias, a necessidade de ampliar recursos humanos especializados e a inexistência de dados consolidados sobre a totalidade da população público-alvo da Educação Especial no município.

Além disso, o novo Plano Municipal de Educação deverá priorizar a consolidação da política municipal de Educação Especial Inclusiva, fortalecendo a gestão da modalidade, ampliando os investimentos em acessibilidade física, comunicacional e tecnológica, qualificando continuamente os profissionais da

educação, ampliando a oferta de tecnologias assistivas, fortalecendo o trabalho colaborativo entre as escolas e o CAEE e consolidando a atuação intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social e órgãos de proteção. Também será fundamental investir na produção de indicadores, pesquisas e protocolos que subsidiem o planejamento das políticas públicas, garantindo um atendimento cada vez mais qualificado, equitativo e centrado nas necessidades dos estudantes e de suas famílias. Dessa forma, o município poderá consolidar os avanços obtidos, enfrentar os desafios ainda existentes e fortalecer uma educação inclusiva comprometida com o acesso, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Das 34 estratégias previstas para a Meta 4, 16 foram integralmente alcançadas, 13 foram parcialmente alcançadas e 4 não foram alcançadas. Uma delas, a meta 31, não foi possível de ser avaliada. Os resultados demonstram avanços expressivos na consolidação da política municipal de Educação Especial, especialmente na garantia do Atendimento Educacional Especializado, na formação continuada dos profissionais, no fortalecimento institucional do CAEE, no acompanhamento dos estudantes e na articulação com a rede de proteção. Entretanto, permanecem desafios relacionados à ampliação da acessibilidade, da estrutura administrativa da Educação Especial, dos recursos de tecnologia assistiva, da oferta de profissionais especializados e do fortalecimento das ações intersetoriais e de pesquisa, aspectos que deverão constituir prioridades no próximo Plano Municipal de Educação.

Ressalta-se, ainda, que parte das estratégias elencadas na Meta 4 encontra-se desatualizada em relação ao contexto atual da Educação Especial e às transformações ocorridas durante a vigência do Plano Municipal de Educação. Ao longo da última década, houve alterações na legislação, na organização das políticas públicas, na estrutura da rede municipal de ensino e nas demandas da população, tornando algumas estratégias insuficientes ou incompatíveis com a realidade atualmente vivenciada pelo município. Nesse sentido, recomenda-se que o próximo Plano Municipal de Educação contemple estratégias atualizadas, alinhadas ao cenário atual, às normativas vigentes e às necessidades efetivamente identificadas na rede municipal de ensino, garantindo maior efetividade no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas de Educação Especial.

DIAGNÓSTICO – META 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

A Meta 5 teve como objetivo garantir que todas as crianças estivessem alfabetizadas até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, constituindo uma das principais prioridades para a garantia do direito à aprendizagem. Para alcançar esse objetivo, o Plano Municipal de Educação estabeleceu estratégias relacionadas à organização curricular, avaliação e monitoramento da aprendizagem, utilização de práticas pedagógicas inovadoras, apoio à alfabetização das crianças do campo, formação continuada dos professores e inclusão dos estudantes com deficiência.

No município de Faxinal do Soturno, observa-se que foram desenvolvidas ações importantes para o fortalecimento da alfabetização, com investimentos na qualificação das práticas pedagógicas, formação continuada dos profissionais da

educação e acompanhamento da aprendizagem. O diagnóstico atual também reconhece a necessidade de continuidade das ações de recomposição das aprendizagens e de melhoria dos indicadores educacionais, demonstrando que, embora tenham ocorrido avanços, a alfabetização permanece como uma política que necessita de acompanhamento permanente.

O gráfico abaixo com informações retiradas do SEB/MEC (2025) apresenta a situação de Faxinal do Soturno no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, cujo objetivo é garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental e recuperar as aprendizagens das crianças do 3º ao 5º ano. O Indicador Criança Alfabetizada (ICA) mostra que o município apresentou 79% em 2023, caiu para 59% em 2024 e voltou a crescer, chegando a 66% em 2025. A trajetória projetada indica avanço para 67% em 2026, 71% em 2027, 74% em 2028, 77% em 2029 e 80% em 2030, aproximando-se da meta nacional de 80% em 2030. Paralelamente, a meta municipal é mais elevada, estabelecida em 79% a partir de 2023, chegando a 80% em 2025 e mantendo esse percentual até 2030, evidenciando a necessidade de

continuidade das ações de alfabetização, formação dos profissionais e acompanhamento dos resultados para alcançar os índices previstos.

FAXINAL DO SOTURNO



Compromisso Nacional

Criança Alfabetizada

Objetivo 3 – Alfabetização

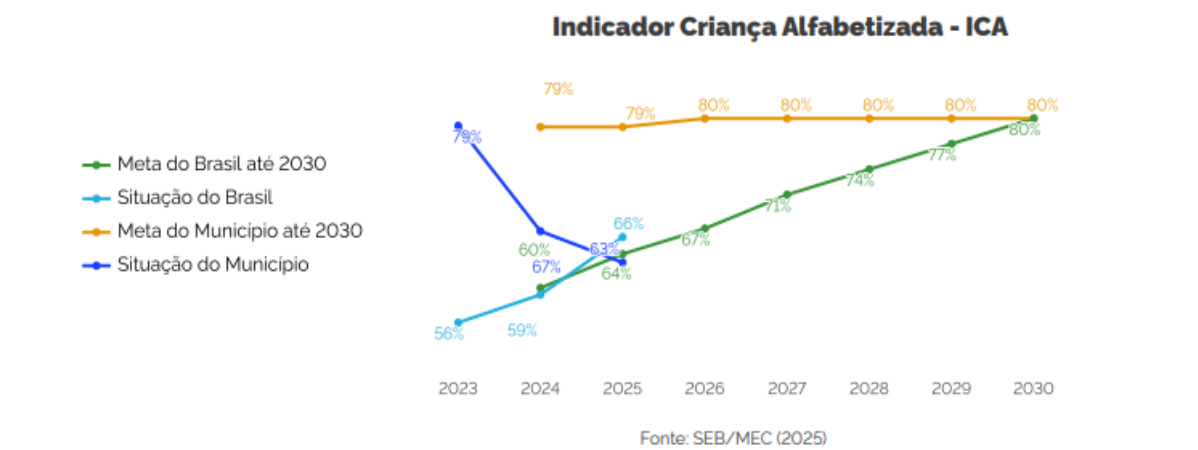
PNE 2026-2036

Clique aqui e saiba mais!



O QUE É?
Compromisso que visa articular e apoiar ações de alfabetização por meio de colaboração e corresponsabilização entre a União, os estados e os municípios. O município recebe um articulador municipal e recursos destinados à formação, à aquisição de materiais complementares e à implantação de Cantinhos de Leitura, além de ter acesso a ações formativas voltadas aos profissionais da educação.

OBJETIVO
Articular esforços para garantir a alfabetização de todas as crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, além de promover a recomposição das aprendizagens para aquelas que estão matriculadas até o 5º ano.



SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO				
Sim	R\$38.400	6	12	R\$14.820
Aderiu ou não ao PAt	Recursos investidos em Articulador Municipal 2023-2026	Escolas apoiadas com Cantinhos da Leitura 2023-2026	Cantinhos de Leitura apoiados 2023-2026	Recursos investidos em Cantinhos 2023-2026
Fonte: SEB/MEC (2025)	Fonte: SEB/MEC (2026)	Fonte: SEB/MEC (2026)	Fonte: SEB/MEC (2026)	Fonte: SEB/MEC (2026)

O gráfico acima com fonte SEB/MEC mostra que o município aderiu ao Programa Aprender e Transformar (PAt) e, entre 2023 e 2026, investiu R\$ 38.400 em ações do Articulador Municipal. Nesse período, 6 escolas foram apoiadas com Cantinhos da Leitura, além da implantação ou apoio a 12 Cantinhos de Leitura, com R\$ 14.820 investidos especificamente nessa ação. Os dados evidenciam a participação do município em políticas de fortalecimento da alfabetização e da leitura, com investimentos voltados à formação, articulação municipal e ampliação dos espaços e recursos de leitura nas escolas.

Avaliação das Estratégias da Meta 5 – Alfabetização

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1. Assegurar na Proposta Curricular os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico.	Realizada.	O município incorporou a alfabetização como prioridade no trabalho pedagógico dos anos iniciais, articulando as práticas educacionais às orientações curriculares e promovendo ações de formação e qualificação dos profissionais. O diagnóstico atual evidencia investimentos no fortalecimento da alfabetização e na qualificação das práticas pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento das aprendizagens.
2. Participar da realização e aplicação dos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular a criação de instrumentos próprios de avaliação e monitoramento.	Realizada.	O município vem desenvolvendo ações de acompanhamento da aprendizagem e utilizando processos avaliativos para identificar dificuldades e orientar as intervenções pedagógicas. O monitoramento da aprendizagem constitui instrumento importante para o planejamento das ações de alfabetização e para a identificação dos estudantes que necessitam de apoio específico. A estratégia deve permanecer como ação contínua, especialmente diante da necessidade de recomposição das aprendizagens apontada no diagnóstico.
3. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos alunos.	Realizada.	Foram desenvolvidas e incentivadas práticas pedagógicas diversificadas e ações voltadas à melhoria da aprendizagem. O município apresenta evolução positiva nos indicadores educacionais, especialmente nos anos iniciais, com melhoria do fluxo

		escolar e redução da distorção idade-série.
4. Apoiar a alfabetização de crianças do campo, com a produção de materiais didáticos específicos.	Realizada.	O município mantém atendimento educacional às comunidades do campo, garantindo acesso à escolarização e considerando as especificidades dos estudantes dessas localidades.
5. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização das crianças, incluindo novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.	Realizada.	A formação continuada dos profissionais da educação constituiu uma das ações desenvolvidas pelo município para fortalecer a alfabetização. O diagnóstico atual destaca investimentos na formação continuada e na qualificação das práticas pedagógicas, reconhecendo a formação dos profissionais como elemento fundamental para a melhoria da aprendizagem.
6. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue das pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Realizada.	O município vem desenvolvendo ações voltadas à inclusão escolar e ao acompanhamento das necessidades específicas dos estudantes. A perspectiva de educação inclusiva está presente no trabalho pedagógico das escolas, que buscam promover uma educação equitativa e humanizada.

Síntese da Meta 5

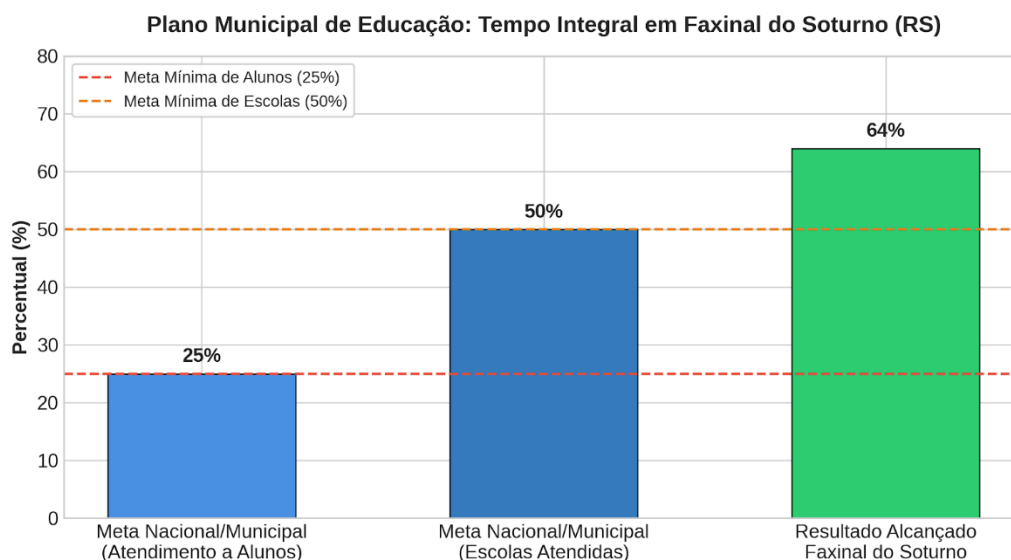
Com base no diagnóstico realizado, verifica-se que o Município de Faxinal do Soturno apresentou avanços significativos no cumprimento da Meta 5, especialmente no fortalecimento das práticas de alfabetização, na formação continuada dos professores, no acompanhamento da aprendizagem e na qualificação do trabalho pedagógico desenvolvido nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O diagnóstico atual demonstra que a alfabetização permanece como uma prioridade da rede municipal e estadual, acompanhada de ações de formação, acompanhamento da aprendizagem e recomposição das aprendizagens. As ações desenvolvidas contribuíram para a melhoria dos indicadores educacionais e para o fortalecimento do processo de alfabetização.

DIAGNÓSTICO – META 6 - Oferecer educação em tempo integral de forma a atender, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

A Meta 6 do Plano Municipal de Educação de Faxinal do Soturno, alinhada à Meta 6 do Plano Nacional de Educação, estabeleceu como objetivo oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo pelo menos 20% dos estudantes da educação básica. No Plano Municipal, a educação integral foi concebida como estratégia para promover o desenvolvimento pleno dos estudantes, articulando atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de convivência social, ampliando o tempo de permanência na escola para jornada igual ou superior a sete horas diárias.

Durante a elaboração do Plano Municipal de Educação, em 2015, o município já possuía experiências de educação integral por meio do Programa Mais Educação, do Programa AABB Comunidade e do Projeto Integrar, desenvolvido em parceria entre as Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social, contemplando estudantes das redes municipal e estadual. Naquele período, a política de educação integral encontrava-se em fase de consolidação, dependendo de programas federais, da reorganização curricular e da ampliação gradual da infraestrutura escolar.

Ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação, observa-se significativo avanço na ampliação da oferta da educação em tempo integral. O município consolidou a política pública por meio da reorganização das redes de ensino, da ampliação das matrículas em tempo integral 64% das matrículas ofertadas e da implementação de ações voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes, envolvendo atividades pedagógicas, culturais, esportivas e complementares.



De acordo com os indicadores utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o monitoramento da Meta 6 considera dois indicadores: o percentual de estudantes da educação básica pública matriculados em tempo integral (Indicador 6A) e o percentual de escolas públicas que possuem pelo menos 25% dos estudantes em jornada de tempo integral (Indicador 6B). Esses indicadores são calculados a partir dos dados do Censo Escolar.

Considerando os resultados alcançados pelo município durante a vigência do Plano, verifica-se que a Meta 6 foi cumprida, uma vez que o município atingiu os percentuais estabelecidos para a oferta da educação em tempo integral, ampliando o atendimento dos estudantes e consolidando essa política educacional como parte da organização da rede municipal de ensino.

Embora a meta tenha sido alcançada, permanecem desafios relacionados à manutenção e ao fortalecimento da qualidade da educação integral. O principal desafio deixa de ser a expansão quantitativa das matrículas e passa a concentrar-se na qualificação permanente das práticas pedagógicas, na garantia de infraestrutura adequada, na formação continuada dos profissionais e na sustentabilidade financeira da política pública, especialmente diante das mudanças ocorridas nos programas federais de financiamento da educação integral.

Nesse contexto, identifica-se como problema central a necessidade de garantir a continuidade da política de educação integral com qualidade, assegurando recursos humanos, financeiros e estruturais suficientes para sua manutenção.

As principais causas observadas relacionam-se à dependência de programas federais para financiamento, às limitações orçamentárias dos municípios, à necessidade permanente de adequação dos espaços físicos e à ampliação das equipes multiprofissionais para atender às demandas decorrentes do aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola.

A causa crítica consiste na limitação de recursos financeiros destinados à manutenção e qualificação da educação integral. Essa condição influencia diretamente as demais dificuldades, como investimentos em infraestrutura, aquisição de materiais pedagógicos, ampliação dos espaços escolares, oferta de atividades diversificadas e formação continuada dos profissionais.

Apesar desses desafios, o município demonstra capacidade de organização e gestão para manter a política de educação integral, evidenciando compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes e com a melhoria da qualidade da educação pública.

Para o próximo Plano Municipal de Educação, recomenda-se manter os índices já alcançados, ampliar o monitoramento dos indicadores do Censo Escolar, fortalecer a articulação entre Educação, Cultura, Esporte e Assistência Social, buscar novas fontes de financiamento por meio dos programas do Ministério da Educação e investir continuamente na qualificação dos profissionais e na melhoria da infraestrutura escolar. Essas ações contribuirão para garantir não apenas o cumprimento da meta, mas também a consolidação de uma educação integral de qualidade, socialmente referenciada e alinhada às necessidades da comunidade escolar.

O gráfico abaixo demonstra que Faxinal do Soturno cumpre a meta de ampliação da Educação em Tempo Integral e apresenta avanços significativos nessa política. Em 2025, 64,97% das matrículas da rede municipal de educação básica estavam em jornada de tempo integral, evidenciando um nível de atendimento expressivo e superior ao percentual de 25,82% registrado para a rede pública de ensino regular. O município possui política própria de Educação em Tempo Integral e, no ciclo 2024–2025, declarou 30 matrículas no Programa Escola em Tempo Integral, além de contar com previsão de R\$ 142.396 do Fundeb para o fomento de novas matrículas. Dessa forma, os dados indicam que o município não apenas atende à meta de expansão da jornada integral,

mas também vem avançando na consolidação dessa política, ampliando oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento integral e formação para a cidadania. Fontes: Inep (2025); SEB/MEC (2024); FNDE (01/2026 e 10/2025).

FAXINAL DO SOTURNO



Escola em
Tempo Integral

Objetivo 6 – Educação Integral
PNE 2026-2036

O QUE É?

Iniciativa destinada à ampliação de matrículas em tempo integral (com jornadas iguais ou superiores a 7 horas diárias ou 35 horas semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica. A ação envolve oferta de assistência técnica às secretarias de Educação, incluindo formações, editais e materiais de apoio.

Clique aqui
e saiba mais!



OBJETIVO

Ampliar a jornada escolar dos estudantes da educação básica, assegurando as aprendizagens, promovendo o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania.

25,82%

Percentual de matrículas em tempo integral de alunos da rede pública de ensino regular e presencial da educação básica.

Fonte: Inep (2025)

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO

64,97%

Percentual de matrículas da educação básica da rede municipal em jornada de tempo integral.

Fonte: Inep (2025)

Sim

O município apresentou política de educação em tempo integral.

Fonte: SEB/MEC (2024)

No ciclo 2024–2025, o município

declarou **30** matrículas no Programa Escola em Tempo Integral.

Fonte: SEB/MEC (2024)

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Há saldo em conta de

R\$ 0

do ciclo 2023-2024 do Programa Escola em Tempo Integral (rede municipal)

Fonte: FNDE (01/2026)

FUNDEB

R\$ 142.396

A Portaria MEC nº 669/2025 prevê fomento à criação de matrículas em tempo integral na educação básica pública.

Fonte: FNDE (10/2025)

Avaliação das Estratégias da Meta 6 – Educação Integral

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1. Promover, com apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral por meio de atividades pedagógicas, multidisciplinares, culturais e esportivas.	Realizada.	O município consolidou a oferta da educação em tempo integral, garantindo jornada ampliada e promovendo atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de desenvolvimento integral dos estudantes,

		atendendo à Meta 6 do PME.
2. Promover a reorganização predial e curricular das instituições de ensino, contemplando acessibilidade, ludicidade, práticas esportivas e culturais.	Realizada	Foram realizadas adequações curriculares e melhorias na infraestrutura escolar. Entretanto, a atualização permanente dos espaços físicos e dos recursos pedagógicos permanece como necessidade para fortalecer a educação em tempo integral.
3. Buscar subsídios junto ao Governo Federal para instalação de quadras, laboratórios, refeitórios, banheiros, equipamentos, materiais didáticos e formação de recursos humanos.	Realizada	O município buscou recursos por meio de programas federais e realizou melhorias na infraestrutura e aquisição de equipamentos conforme disponibilidade financeira. Contudo, a continuidade desses investimentos depende da oferta de programas e do financiamento dos demais entes federativos.
4. Promover a articulação da escola com diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos.	Realizada.	As escolas desenvolveram ações em parceria com espaços públicos e comunitários, promovendo atividades complementares que enriquecem o processo de ensino e aprendizagem e fortalecem a formação integral dos estudantes.
5. Orientar a aplicação da gratuidade prevista na Lei nº 12.101/2009 em atividades de ampliação da jornada escolar.	Realizada	O município desenvolveu ações em regime de colaboração com programas e instituições parceiras. Entretanto, a aplicação desta estratégia esteve condicionada à existência de políticas

		públicas e programas de apoio disponibilizados pelos demais entes federativos.
6. Garantir às escolas do campo a oferta de educação em tempo integral, considerando suas especificidades.	Realizada	O município assegurou atendimento às escolas do campo, e aos alunos do campo que vem para as escolas de tempo integral, respeitando as características locais e desenvolvendo ações compatíveis com a realidade das comunidades rurais.
7. Garantir educação em tempo integral para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades, assegurando Atendimento Educacional Especializado (AEE).	Realizada	O município assegurou matrícula, Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio quando necessários e recursos pedagógicos adequados, promovendo a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial.
8. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, combinando atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e culturais.	Realizada	As escolas organizaram suas propostas pedagógicas priorizando o desenvolvimento integral dos estudantes, articulando aprendizagem, cultura, esporte, recreação e convivência, qualificando o tempo de permanência na escola.

Síntese da avaliação

A análise da Meta 6 evidencia que o município de Faxinal do Soturno alcançou resultados significativos durante a vigência do Plano Municipal de Educação (2015–2025), consolidando a oferta da Educação em Tempo Integral e atendendo aos objetivos estabelecidos para a ampliação da jornada escolar. Ao longo do período, o município fortaleceu as ações voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de convivência, em consonância com as diretrizes da educação integral previstas no Plano Municipal de Educação.

Das oito estratégias previstas para a meta, todas foram integralmente realizadas. As estratégias referem-se, principalmente, à ampliação da

infraestrutura escolar, à captação de recursos junto aos governos federal e estadual e ao fortalecimento de programas de apoio à educação em tempo integral. Ressalta-se, entretanto, que essa execução não decorre da ausência de iniciativas do município, mas da dependência de investimentos externos, da disponibilidade de programas governamentais e das limitações orçamentárias enfrentadas pelos entes públicos.

O diagnóstico demonstra que o principal desafio para o próximo decênio não consiste na ampliação da oferta da educação em tempo integral, uma vez que a meta foi atingida, mas na consolidação e qualificação dessa política pública. Nesse sentido, torna-se fundamental garantir investimentos permanentes na manutenção da infraestrutura escolar, na atualização dos espaços educativos, na aquisição de materiais pedagógicos, na formação continuada dos profissionais e no fortalecimento das ações intersetoriais entre Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura e Esporte.

Além disso, o novo Plano Municipal de Educação deverá priorizar o monitoramento contínuo dos indicadores do Censo Escolar e do Sistema Municipal de Ensino, assegurando a manutenção dos índices já alcançados e promovendo a melhoria da qualidade das experiências educativas ofertadas aos estudantes. Também será importante ampliar as oportunidades de aprendizagem, fortalecer a inclusão escolar e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Dessa forma, o município poderá consolidar os avanços obtidos na implementação da Educação em Tempo Integral, assegurando a continuidade dessa política pública com qualidade, equidade e sustentabilidade, atendendo às necessidades da comunidade escolar e contribuindo para a formação integral dos estudantes ao longo do próximo decênio.

DIAGNÓSTICO – META 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

Nível de Ensino	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

A Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como objetivo fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades de ensino, promovendo a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos estudantes. Para isso, estabelece metas nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), considerando que a qualidade da educação deve estar associada não apenas ao desempenho dos estudantes nas avaliações, mas também à garantia de sua permanência, progressão e conclusão dos estudos na idade adequada.

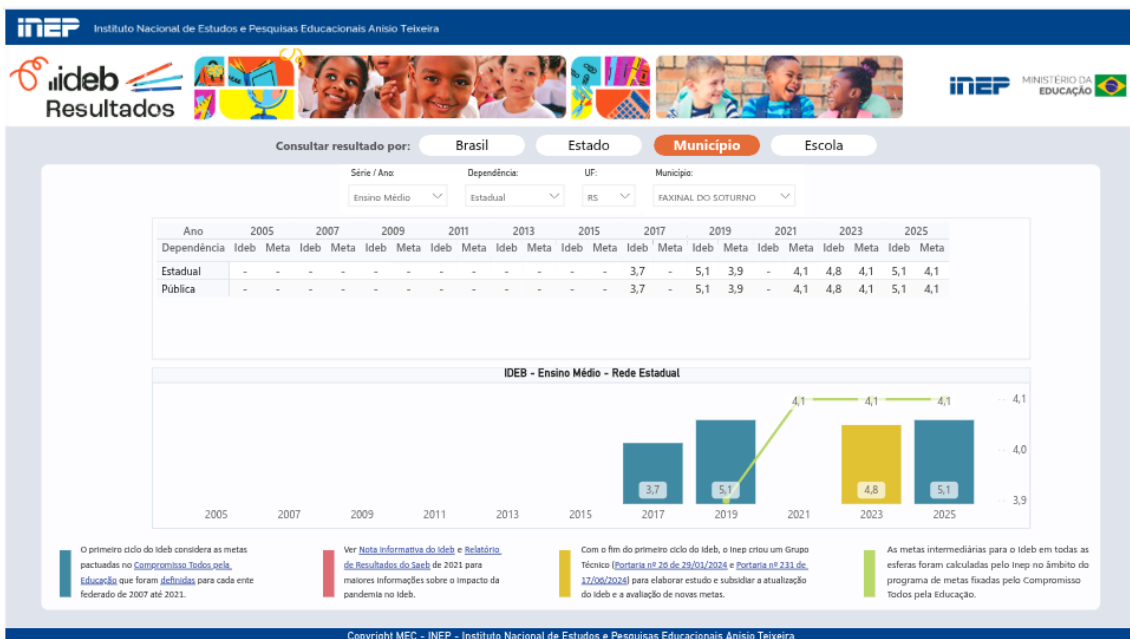
A proposta da Meta 7 envolve o desenvolvimento de políticas públicas e ações pedagógicas que contribuam para a melhoria da aprendizagem, a redução da reprovação e do abandono escolar, a valorização dos profissionais da educação, a formação continuada dos professores, a melhoria da infraestrutura escolar e a implementação de práticas pedagógicas que atendam às diferentes

necessidades dos estudantes. Dessa forma, busca-se garantir uma educação de qualidade, equitativa e capaz de promover o desenvolvimento integral dos educandos.

No âmbito escolar, o cumprimento dessa meta exige o acompanhamento sistemático dos indicadores de aprendizagem e do fluxo escolar, bem como a elaboração de estratégias para enfrentar as dificuldades identificadas. A escola desempenha papel fundamental nesse processo ao promover ações de recuperação e reforço da aprendizagem, incentivar a participação da comunidade escolar, fortalecer a gestão democrática e desenvolver práticas que favoreçam a inclusão e a permanência dos estudantes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a rede de ensino de Faxinal do Soturno está evoluindo consideravelmente, conforme os prints a seguir, retirados do site do Inep:





Boa parte dos resultados obtidos pela rede de ensino faxinalense se deve a diversas ações, tais como: oferta de formação continuada ao quadro docente ao longo do ano letivo; implementação e ampliação do turno integral (principalmente na rede municipal); certificação da região da Quarta Colônia como Geoparque Mundial da UNESCO no ano de 2023 e, conseqüentemente: garantia de vaga extra no Curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para profissionais da educação que atuam no território, bem como implementação da Lei nº 2727/22, que assegura o ensino de Educação Patrimonial nas redes de ensino; desenvolvimento de práticas pedagógicas em torno de temas contemporâneos (Educação Ambiental, Educação Étnico-Racial, Educação Fiscal, entre outros); a busca constante pelo acolhimento à comunidade escolar, bem como às suas demandas; melhoria e ampliação de atendimento especializado a alunos com necessidades educacionais especiais, entre outros.

Ainda, vale ressaltar o Diagnóstico Financeiro, tendo como ano base 2025, e a Relação Receitas Recursos FUNDEB/VAAR/ETI

DIAGNÓSTICO FIANCEIRO	2025
Valores Contribuídos do FUNDEB	5.263.566,04
Valores Recebidos do FUNDEB	4.860.556,33
Déficit do FUNDEB	403.009,71
Percentagem do FUNDEB investido em remuneração do magistério	75,12%
Valor Aplicado pelo MDE	3.600.783,92
Percentual Aplicado em Educação	25,29%
Valor recebido/aplicado do Salário Educação	272.277,27

Relação das Receitas recursos FUNDEB/VAAR/ETI

Transferências dos recursos do FUNDEB para o Município	4.860.556,33
Transferências de recursos Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	239.996,99
Transferências de recursos Complementação da União ao FUNDEB - ETI	121.036,52
Remuneração dos Depósitos Bancários recurso FUNDEB	63.009,93
Remuneração dos Depósitos Bancários recurso complementação VAAR	2.697,09
Remuneração dos Depósitos Bancários recurso complementação ETI	799,31
TOTAL DAS RECEITAS FUNDEB/VAAR	5.288.096,17

Assim, as redes de ensino de Faxinal do Soturno reafirmam o compromisso com uma educação pública de qualidade visando à construção de práticas que promovam melhores resultados de aprendizagem e uma trajetória escolar com mais qualidade, equidade e sucesso para todos.

Avaliação das Estratégias da Meta 7

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano de ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;	Realizada	A rede municipal possui o DOM (Documento Orientador do Município), enquanto a rede estadual apresenta a Matriz Curricular Referencial.

2) Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70%(setenta por cento) dos(as)alunos(as)do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50%(cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b)no último ano de vigência deste PNE, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80%(oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;	Realizada	Maioria dos alunos atingiu índices de aprovação
3) Induzir o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio de constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;	Realizada	Sempre que necessário, as equipes escolares se reúnem para estabelecer melhorias às suas práticas pedagógicas, tanto dentro de cada rede (municipal e estadual) quanto a nível de território.

4) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando o cumprimento às de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;	Realizada	A SMED e a SEDUC (por intermédio e com o apoio de suas equipes diretivas) estão em constante movimento no que diz respeito a esta estratégia, cada uma buscando fazer sua parte dentro daquilo que compete a cada uma e à coletividade.
5) Associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional;	Realizada	o IDEB do município está acima da média nacional Para aumentar o índice do IDEB o município participa de programas como PRO LEI e Alfabetiza Tchê
6) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e	Realizada parcialmente	Os instrumentos de avaliação estão continuamente sendo aprimorados. No entanto, não houve acréscimo do ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental.

rede de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;		
7) Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade de educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;	Não realizada	Não há nenhum indicador específico de avaliação da qualidade da educação especial, nem da educação bilíngue para surdos.
8) Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste plano, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal e dos municípios;	Realizada	Tendo como base muita organização, um planejamento estratégico, sólido e flexível, além de um trabalho coletivo árduo, tanto a rede municipal quanto a estadual conseguiram melhorar seus índices no IDEB (cada qual conforme a sua realidade).
9) Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público a informações técnicas de concepção e	Realizada	Toda a rede de ensino faxinalense acompanha com afinco os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB e, a partir deles, avalia quais objetivos de aprendizagem poder ser dados seguimento e quais precisam ser revistos, cada qual conforme sua realidade.

operação do sistema de avaliação;		
10) Buscar recursos para a ampliação de espaços físicos escolares com salas suficientes, ginásios ou quadras poliesportivas, praças e bibliotecas;	Realizada	A SMED e a SEDUC, com apoio das equipes diretivas de cada escola, procuram buscar o máximo de recursos para atender às demandas dos espaços físicos escolares. Projetos contemplados pelas escolas por meio do COMDICA são exemplos do cumprimento desta estratégia.
11) Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas; diversificar e buscar novas tecnologias de ensino e capacitação permanente para os educandos;	Realizada parcialmente	Tanto a rede municipal quanto a estadual possuem acesso à Internet e aparelhos de chromebooks (exceto a EMEI) para incrementar o trabalho realizado pelo professor, ressaltando que Tecnologia é tudo aquilo que foi criado para facilitar a nossa vida, como o papel, por exemplo. No entanto, há deficiência em formação continuada relacionada a esse tema aos profissionais de educação e/ou contratação de professor de informática para, de fato, capacitar os educandos ao uso destas tecnologias.
12) Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante	Realizada	Faxinal do Soturno oferece transporte gratuito a todos os estudantes da educação do campo, tanto estudantes da rede

renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;		municipal estadual. quanto
13) Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;	Realizada	Faxinal do Soturno possui uma escola estadual do campo, que segue diretrizes específicas. Aos estudantes do campo que estudam em uma escola da zona urbana, há sempre uma preocupação com seu aprendizado, visto que questões como safra e eventos climáticos podem intervir em seu processo de aprendizagem.
14) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;	Realizada	Quando o(a) professor(a) percebe “algo estranho” em algum dos seus alunos, a equipe diretiva é sempre acionada para intervir para auxiliar. Caso isso não seja suficiente, a família é contatada e, se necessário, outros órgãos entram em ação.
15) Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos	Realizada em grande parte	Todas as escolas da rede de ensino faxinalense contam com os itens citados nesta estratégia. No entanto, o acesso a transporte para a rede estadual realizar saídas

resíduos sólidos, e possibilitar o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência, ampliar os espaços físicos escolares com salas suficientes, ginásios ou quadras poliesportivas, praças e bibliotecas.		de estudos é limitado (somente de sexta-feira, com agendamento prévio).
16) Institucionalizar e manter em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;	Realizada parcialmente	Sempre que preciso e/ou solicitado, equipamentos são adquiridos para equalizar as oportunidades educacionais. No entanto, há muita deficiência de brinquedos e materiais didáticos lúdicos na EMEI.
17) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;	Realizada, devendo ser ampliada e melhorada	Esta estratégia é diariamente realizada nas escolas. No entanto, em algumas situações mais específicas, principalmente por falta de apoio e empenho familiar, algumas ações não apresentam continuidade.
18) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade	Realizada	Em contato com o CREAS, fomos informadas que há adolescentes e jovens faxinalenses que se encontram em regime de

assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;		liberdade assistida e que estes estão sendo constantemente acompanhados e assistidos.
19) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e 11.645 de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;	Realizada	Toda a rede de ensino faxinalense realiza ações educacionais em torno da história e das culturas afro-brasileira e indígena, conforme seus documentos orientadores.
20) Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural;	Realizada, mas não em sua totalidade	Quando há algum(a) aluno(a) pertencente a uma população tradicional e/ou itinerante estudando em alguma escola da rede de ensino, busca-se garantir seus direitos de aprendizagem dentro de suas convicções.
21) Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, inclusive para os alunos com deficiência;	Realizada	A única escola dentro do território faxinalense que é considerada escola do campo é a EEEF São Domingos Sávio. Esta, por sua vez, segue diretrizes específicas, organizadas pela SEDUC. Já com relação aos

		alunos com deficiência, as profissionais que atuam no CAEE (a nível municipal) estão em constante contato com as equipes pedagógicas sobre o desenvolvimento infantil dos alunos atendidos por elas (com solicitação da escola). Já a nível estadual há as salas do AEE com um profissional de educação especial que atende aos alunos com deficiência.
22) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas educacionais;	Realizada, podendo ser ampliada	Ampliar a responsabilização das famílias no que diz respeito a qualidade da educação, visto que há vários estudos que comprovam que uma criança que é educada em um ambiente que a incentivam a ser uma cidadã de bem e uma aprendiz constante apresentará uma trajetória estudantil de sucesso
23) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, como os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;	Realizada, podendo ser ampliada	Sempre que necessário, esta parceria é estabelecida, colocando em prática esta estratégia.
24) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas	Realizada, podendo ser ampliada	Exemplo: os dentistas do Posto de Saúde Central visitam as escolas e realizam um trabalho de

da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;		conscientização sobre a importância da escovação correta, com distribuição de creme dental, escova e fio dental aos alunos.
25) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e a integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;	Realizada em parte	Em Faxinal do Soturno, de maneira geral, os profissionais da educação sentem-se pouco valorizados, principalmente pela comunidade escolar, indo muito além da questão salarial. A burocracia, a falta de materiais básicos (ou a compra destes apenas para “Mostra Pedagógica”) e o excesso de cobranças são alguns dos motivos que desencadeiam esta valorização.
26) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;	Realizada	Em toda a rede de ensino há ações relacionadas ao Projeto “Mala da Leitura” e ao ProLeei (específico para profissionais da Educação Infantil).
27) Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da	Realizada, devendo ser ampliada	Ampliar a responsabilização das famílias neste processo e manter um contato mais próximo e acolhedor com tais, mostrando que a

direção e da comunidade escolar. Instituir em articulação com os estados, municípios, programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;		parceria família e escola dá resultados, comunicando constantemente os pequenos avanços e as coisas positivas que acontecem na escola, como criar redes sociais oficiais para as instituições de ensino, publicando trabalhos e ações realizadas.
28) Até 2019, ofertar turno integral para 50% dos alunos matriculados nas três modalidades de ensino e chegar até 2024 com 100% da demanda com turno integral (oficinas pedagógicas, danças, artesanato, confecção de jogos)	Estratégia não coerente com PNE 2014-2024	

Com base no diagnóstico realizado, percebe-se que o Município de Faxinal do Soturno apresenta avanços significativos na educação, uma vez que a maioria das estratégias previstas foi cumprida. Entretanto, para a continuidade do processo de qualificação da educação no território, identificam-se algumas ações e melhorias que poderão ser incorporadas ao planejamento do próximo decênio. Entre elas, destaca-se a necessidade de fortalecer a estrutura e a organização das escolas, com a criação e posterior provimento, por concurso público municipal, dos cargos de Secretário de Escola e Orientador Escolar, bem como a criação do cargo de Vice-Diretor para as escolas com mais de 100 alunos. Também se aponta a importância da efetivação do cargo de Coordenador Pedagógico, fortalecendo o acompanhamento e a orientação do trabalho pedagógico. No âmbito da Educação Infantil, sugere-se a revisão do regime jurídico das profissionais atualmente denominadas Auxiliares, com a alteração da nomenclatura para Monitora Infantil e a exigência de formação mínima em Curso Normal – Magistério para o ingresso no cargo, buscando adequar suas atribuições, responsabilidades e remuneração. Ressalta-se, ainda, a importância de promover maior integração entre as escolas das redes municipal e estadual, fortalecendo a articulação e a cooperação entre as instituições de ensino. Por fim, destaca-se a necessidade de ampliar a relação entre escola e família, criando oportunidades para que os familiares sejam convidados também para momentos positivos, de acolhimento, participação e celebração das aprendizagens dos estudantes, e não somente para tratar de dificuldades ou situações problemáticas. Essas ações poderão contribuir para o fortalecimento

da gestão escolar, da valorização dos profissionais, da articulação entre as redes e da qualidade da educação ofertada no município.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Diagnóstico:

Conforme o disposto no artigo 43 da Resolução CNE/CEB nº 7/2010 e no artigo 37 (§ 1º) da LDB nº 9.394/96, os sistemas de ensino devem assegurar gratuitamente, aos jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade regular, oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de vida e trabalho. No município de Faxinal do Soturno, essa modalidade é ofertada em regime de colaboração com a Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis.

Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos encontra-se organizada em etapas, assim descritas:

- Ensino Fundamental: Etapas 3, 4, 5 e 6
- Ensino Médio: Etapas 1,2 e 3

O processo de matrícula na EJA acontece diante da recepção e acolhimento das famílias ou estudantes. A matrícula dos menores de idade deve ser assinada pelos pais e responsáveis. Para realizar a matrícula na modalidade EJA tem-se os pré-requisitos de idade:

- Ensino Fundamental (6º ao 9º ano): Mínimo de 15 anos completos.
- Ensino Médio (1ª a 3ª série): Mínimo de 18 anos.

As matrículas podem ter o seu início do processo de forma online e também é oferecido de forma física. Adequado as solicitações do sistema ISE, quando o(a) aluno(a) e/ou responsável assinam a ficha de matrícula que contém dados dos estudantes e família, relacionados a identificação, residência, contatos, responsáveis pelo (a) estudante, declaração étnico-racial, uso do telefone no espaço escolar, autorização para uso da imagem, assim como para acesso ao aplicativo @estudante.rs.

Diferente do ensino regular, o sistema de avaliação na EJA é adaptado para a realidade de quem trabalha. A organização é semestral, onde o aluno conclui duas séries em um ano, ou seja, pode concluir o equivalente a um ano letivo em apenas 6 meses. Desta forma, cumpre-se o objetivo da modalidade que é resgatar o direito de quem não estudou na idade certa.

Sendo assim, a avaliação é formativa e contínua, onde os estudantes são avaliados diariamente considerando a frequência, participação, por meio de trabalhos avaliativos práticos e presenciais, questionários, pesquisas, debates e apresentações de trabalho.

A frequência mínima estabelecida para aprovação corresponde a 75% do total de horas letivas, sendo seu controle realizado através do aplicativo Escola RS. Ao aluno que não atingir 75% de frequência poderão serem oferecidas atividades complementares compensatórias de infrequência, nos termos da legislação.

A expressão dos resultados na EJA se dá por notas, sendo que o estudante tem a possibilidade de recuperação da aprendizagem e frequência

ao longo do semestre, como também poderá solicitar a avaliação entre períodos (entre os semestres) caso não alcance a média 6,0. Com relação ao aproveitamento dos estudos, os estudantes ainda tem a possibilidade de realizar exames nacionais de certificação, como o Encceja ou o Enem, para concluir o Ensino Médio.

Os alunos da EJA receberão o certificado de conclusão do Ensino Médio, após o término da Etapa 3.

O gráfico abaixo apresenta a situação de Faxinal do Soturno em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), no âmbito do Pacto pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na EJA, relacionado aos Objetivos 11 e 12 do PNE 2026–2036. Em 2025, o município possuía 18 matrículas na EJA, sendo 11 estudantes beneficiados pelo Pé-de-Meia EJA. Há 1 escola com turma de EJA, pertencente à rede estadual, enquanto o município não possui escola municipal com oferta de EJA. Os dados demonstram que existe atendimento à modalidade, porém a oferta ainda é reduzida e concentrada na rede estadual, indicando a necessidade de avaliar a demanda local e fortalecer políticas de busca ativa e ampliação da EJA, especialmente para pessoas que não concluíram a escolarização básica. Fontes: INEP/Censo Escolar (2025) e SGP (2024–2025).



METAS E ESTRATÉGIAS

META 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 10 (dez) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

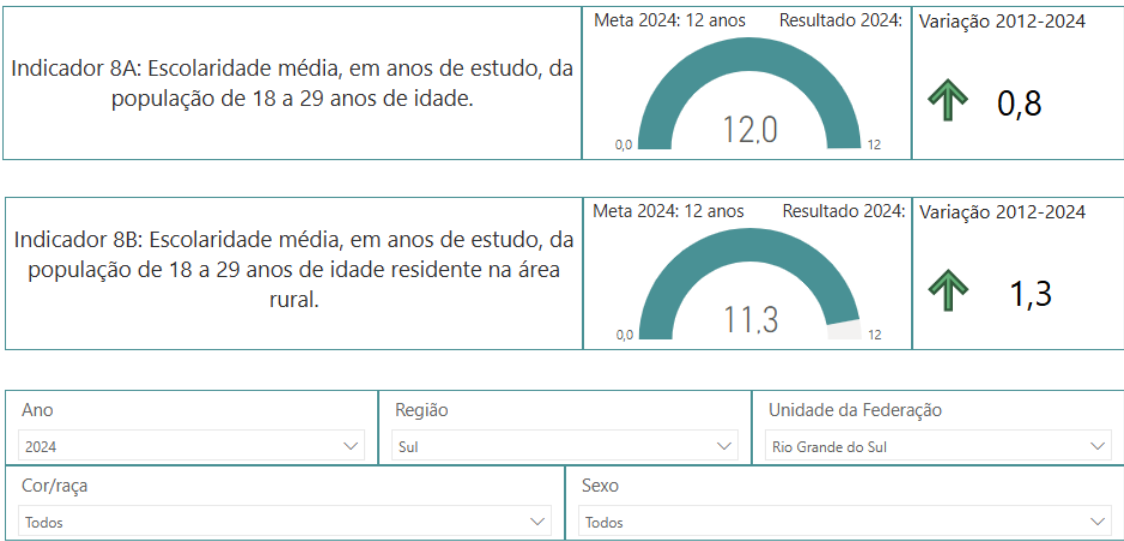
A Meta 8 do Plano Municipal de Educação (2015–2025) teve como foco elevar a escolaridade média da população maior de 18 a 29 anos, garantindo que os jovens alcancem pelo menos 10 anos de estudo.

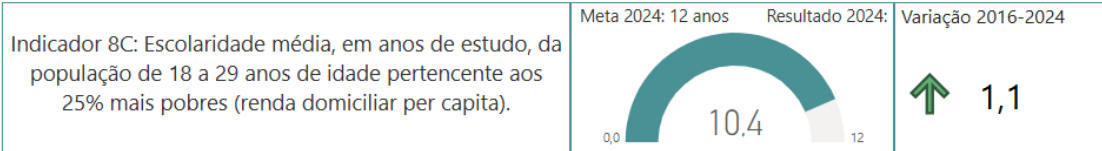
Por meio desta proposta, é fundamental fortalecer políticas de acesso, permanência e conclusão da educação básica, criando condições para que jovens que tiveram sua trajetória escolar interrompida possam retomar e concluir seus estudos.

A escola, em parceria com as famílias, a comunidade e o poder público, busca por estratégias que favoreçam o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica, valorizando os diferentes percursos de vida dos estudantes e reconhecendo a educação como instrumento de transformação social e de ampliação das possibilidades de trabalho e participação cidadã.

Nesse sentido, o desenvolvimento da Meta 8 na educação, em Faxinal do Soturno reafirma seu compromisso com uma escola acolhedora, inclusiva e democrática, que reconhece sua identidade local, respeita as diferenças e trabalha para que nenhum jovem tenha seu direito à educação negado ou interrompido pelas condições sociais, econômicas ou geográficas em que vive.

Os gráficos ilustram o crescimento da escolaridade média no território gaúcho para a população entre 18 e 29 anos.





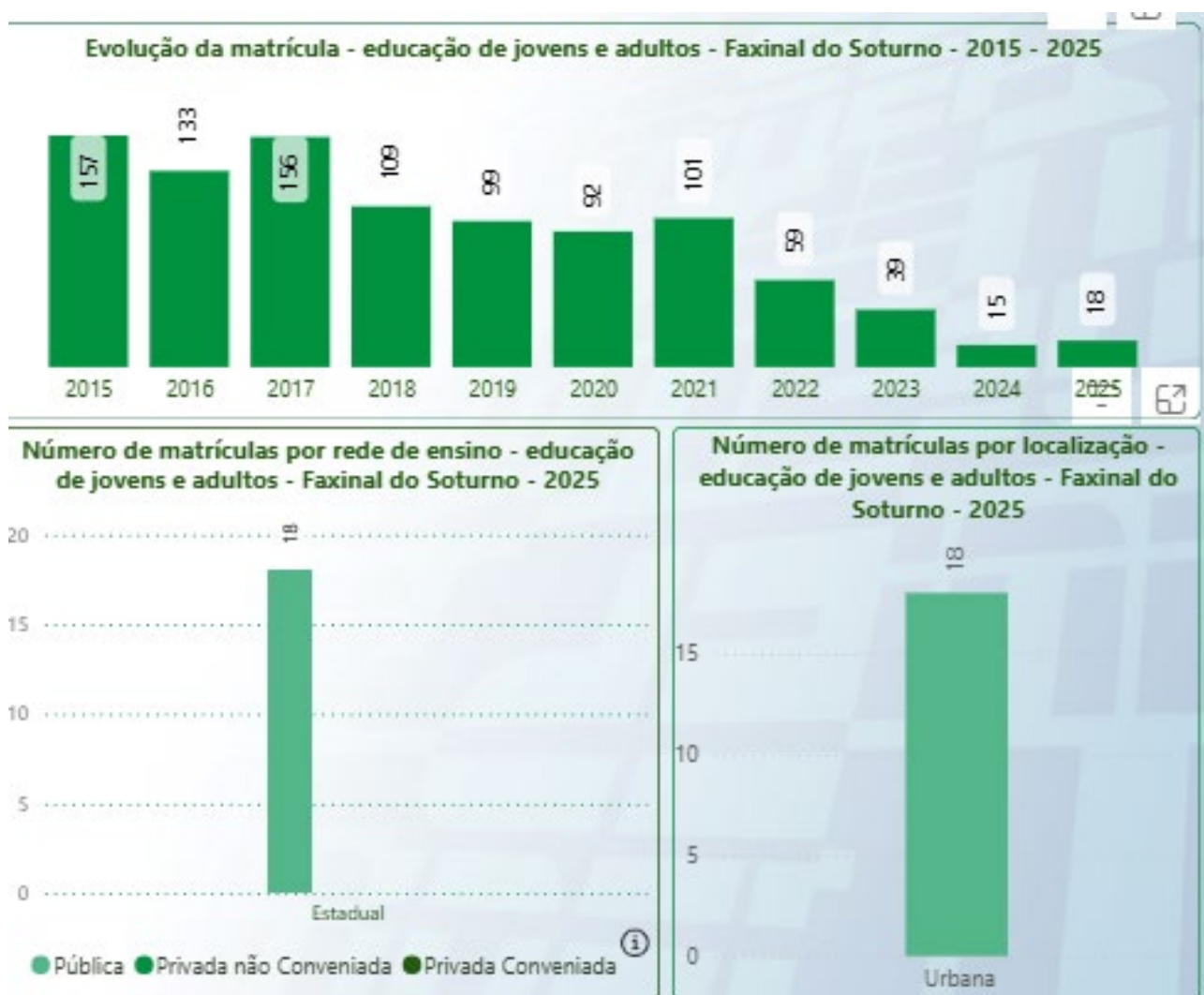
como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.		pedagógico, permitindo a identificação de dificuldades de cada estudante e o planejamento de intervenções adequadas, por meio de avaliações diagnósticas, registros individuais, planos de intervenção, recuperação contínua e acompanhamento da evolução dos estudantes, especialmente dos que vivem em situações de vulnerabilidade social, no meio rural e os que tiveram trajetórias escolares interrompidas e/ou marcadas por dificuldades de aprendizagem. A correção de fluxo é compreendida como uma ação pedagógica que assegura a aprendizagem efetiva, respeitando o ritmo, a trajetória e as condições sociais e culturais de cada aluno.
2) Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	Realizada	Existe a implementação desta estratégia diante da oferta de matrículas aos estudantes que desejarem concluir os estudos na modalidade EJA, desde que atendam a faixa etária estipulada por normativas.
3) Criar possibilidades para o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.	Realizada	A Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis que oferta a modalidade EJA, em regime de colaboração com o município de Faxinal do Soturno, realiza a divulgação dos períodos de inscrição para exames

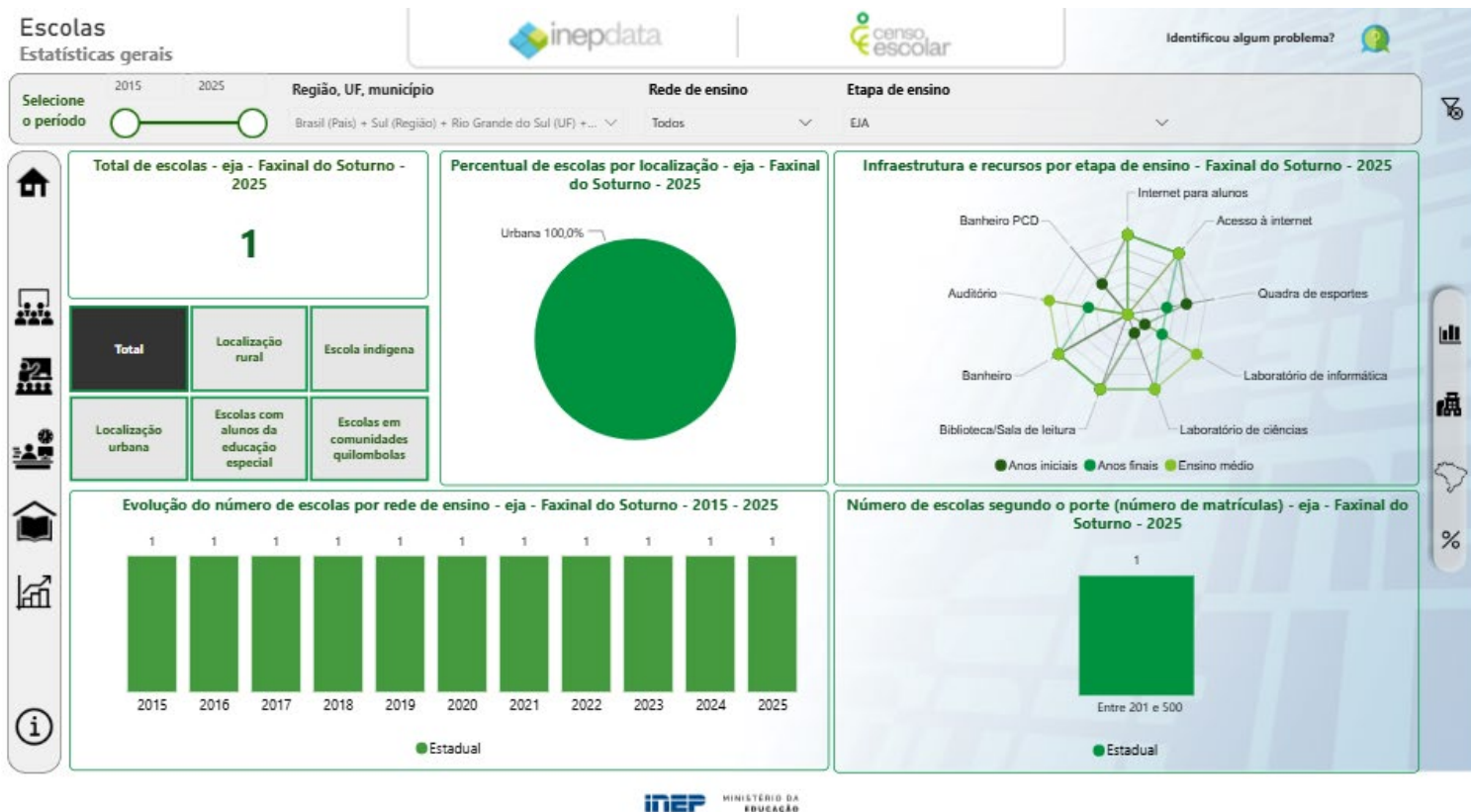
		de certificação e conclusão das etapas, bem como incentiva a participação da população em geral.
4) Proporcionar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;	Parcialmente realizada	No município, existe através da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) a oferta de qualificação profissional, porém ainda há necessidade de firmar parcerias com entidades como SENAC, SESC, SESI e SENAR objetivando a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.
5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;	Realizada	A oferta noturna desta modalidade é idealizada para quem trabalha em horário comercial ou cumpre obrigações familiares durante o dia, assegurando que a frequência mantenha-se regular. A escola monitora a frequência e quando os alunos faltam, realiza a Busca Ativa.
6) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.	Realizada	Esta estratégia é acompanhada constantemente por entidades como Conselho Tutelar e Promotoria Pública, para estudantes menores de idade, através do contato com a instituição.

META 9 - Erradicar o analfabetismo absoluto e trabalhar pela redução da taxa de analfabetismo funcional da população com 15 (quinze) anos ou mais, até o final da vigência deste PME.

A meta de reduzir taxas de analfabetismo funcional é um trabalho contínuo que vai além das primeiras letras, do domínio da leitura e da escrita básica, permite que o cidadão compreenda o mundo ao seu redor, assine documentos com autonomia, resolva problemas do cotidiano e participe ativamente da sociedade. Esta meta no município de Faxinal do Soturno é constantemente revalidada, pois há oferta de matrículas excedente a procura, através da modalidade EJA, oferecida na Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis, com horários flexíveis e formação continuada dos professores que utilizam metodologias e materiais pedagógicos adequados, assegurando que o aprendizado tenha utilidade real na vida profissional e social de cada estudante.

As imagens a seguir mostram o quantitativo de matrículas realizadas na EJA, no período de 2015 a 2025 e a infraestrutura da escola, respectivamente:





Fonte: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoIn2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>

Avaliação das Estratégias da Meta 9

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;	Realizada	A oferta da modalidade é assegurada no município de Faxinal do Soturno em regime de colaboração com a Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis.
2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.	Realizada	Como há excedente de matrículas a disposição para esta faixa etária, a presente estratégia encontra-se plenamente realizada.
3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de	Realizada	Essa estratégia está integrada as etapas oferecidas pela instituição de ensino, no município de

continuidade da escolarização básica.		Faxinal do Soturno, quando adapta metodologias de alfabetização que valorizam a bagagem e o cotidiano do estudante, para evitar o abandono escolar e garantir que o mesmo conclua todo o ciclo da Educação Básica.
4) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.	Realizada	Como a procura por matrículas nesta modalidade é inferior ao oferecido, não há necessidade de realizar chamada pública. Porém, se houvesse demanda poderiam ser utilizados instrumentos como: mídias e emissora de rádio local, canais oficiais da prefeitura municipal e da escola ofertante, fixação de informativos em locais de grande circulação de pessoas.
5) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.	Realizada	A presente estratégia é regularmente realizada para alunos que se encontram matriculados na instituição de ensino. Aos que não estão vinculados a escola e desejam a terminalidade do Ensino Fundamental ou Médio, são divulgados períodos de inscrição e realização de processos e exames avaliativos.
6) Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de	Realizada parcialmente	A instituição de ensino oferece alimentação aos estudantes matriculados, bem como encaminhamento a clínica oftalmológica para consultas, quando necessário.

óculos, em articulação com a área da saúde.		
7) Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.	Realizada	A presente estratégia é contemplada quando há interesse por parte da família e/ou estudante em regime de liberdade assistida em receber material que dê suporte a continuidade aos estudos de forma remota, conforme orientações legais.
8) Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);	Realizada	Na modalidade EJA, a presente estratégia é realizada diante da oferta de modelos adequados as necessidades dos estudantes como oferta de ambientes virtuais de pesquisa, de aprendizagem, redução da carga horária presencial por meio de projetos transversais e interdisciplinares.
9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.	Realizada	Tendo como base a flexibilização de horários a estudantes que possuem vínculo empregatício ou bolsas de Jovem Aprendiz, a instituição de ensino atende a esta especificidade e conta com parceria de empresas locais, garantindo que o aluno consiga estudar sem o risco de perder o emprego ou ter a renda reduzida.
10) Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos	Parcialmente realizada	A viabilização desta estratégia ocorrerá na integralidade quando houver a oferta de programas em parceria com instituições de ensino

níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.		superior onde os estudantes, em projetos de extensão, serão instrutores da capacitação, trazendo o conhecimento técnico para a comunidade, de forma adequada as demandas específicas de acessibilidade e inclusão no mercado de trabalho.
11) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.	Realizada	No período de vigência do PME, houve matrículas e conclusões da EJA por idosos, respaldadas por metodologias e adaptações específicas para essa faixa etária.

META 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional

A integração da Educação de Jovens e Adultos (EJA), unindo o ensino fundamental ou médio à qualificação técnica, diante da meta de oferecer no mínimo 25% das matrículas de forma integrada a educação profissional, é uma

estratégia importantíssima para inclusão das pessoas que não concluíram os estudos no tempo regular.

No entanto, o cumprimento da meta é desafiante diante da organização pedagógica, proporcionando que a formação técnica complemente a geral sem sobrecarregar o estudante, depende do investimento na infraestrutura da escola com a necessidade de criação de laboratórios que atendam a oferta da qualificação técnica, assim como a formação continuada de professores para atenderem e atuarem na modalidade oferecida. No município não há Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos) para atender a formação profissional proposta pela meta.

Avaliação das Estratégias da Meta 10

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1) Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;	Não Realizada	A instituição que atende a modalidade EJA em regime de colaboração é a Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis. Durante o período de vigência do PME (2015-2025) esta estratégia não foi desenvolvida pelos desafios que apresenta diante da formação de profissionais para atenderem a profissionalização, assim como a infraestrutura adequada com laboratórios e salas de aulas.
2)Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;	Não realizada	A ampliação de vagas na EJA é viável à medida que houver demanda, contudo, a oferta dessa modalidade com o ensino profissionalizante ainda não é uma realidade prática no município.
3)Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do	Não realizada	O cumprimento dessa estratégia exige adaptar carga horária, turnos de aula, formação continuada a professores, oferecer espaços de aprendizagem apropriados, além de

público da educação de jovens e adultos		adequar a realidade da maioria dos estudantes EJA, que já possuem jornadas de trabalho extensa.
4) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;	Não realizada	O motivo pelo qual Faxinal do Soturno durante a vigência do PME (2015-2025) ainda não atende a essa estratégia é porque a única escola que oferece a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município não dispõe de cursos técnicos ou profissionalizantes em sua grade.
5) Buscar integrar-se a programas nacionais de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;	Não realizada	Como não há Educação Profissional, a integração a programas nacionais não se aplica.
6) Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;	Possivelmente aplicável	A efetivação dessa estratégia envolve a diversificação do currículo da EJA, para que, de forma integrada entre a formação básica e a preparação para o mercado de trabalho, seja viável diante da organização curricular flexível, associada a resolução de problemas reais, oferta de itinerários que promovam reflexões combinadas com práticas voltadas às profissões, valorizando a bagagem que o aluno possui.

7) Apoiar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;	Não realizada	Como não há Educação Profissional, a produção de material didático é inviável.
8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;	Parcialmente realizada	Ocorre a oferta de qualificação profissional, porém ainda há necessidade de firmar parcerias com entidades como SENAC, SESC, SESI e SENAR objetivando a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.
9) Oferecer ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;	Parcialmente realizada	Os estudantes recebem bolsas de apoio financeiro que motivam à permanência na instituição de ensino, porém não é ofertada a Educação Profissional
10) Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação	Parcialmente realizada	A presente estratégia é contemplada quando há interesse por parte da família e/ou estudante em regime de liberdade assistida em receber material que dê suporte a continuidade aos estudos de forma remota, conforme

específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração		orientações legais, porém não é ofertada Educação Profissional.
11) Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.	Parcialmente realizada	A instituição de ensino oferta a Feira das Profissões quando profissionais e estudantes compartilham suas experiências a cerca do mundo do trabalho, porém não é ofertada Educação Profissional.

ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio Gaúcho constitui a fase de conclusão da Educação Básica, estruturada em um ciclo mínimo de três anos. Essa etapa visa consolidar a formação humana, acadêmica e cidadã do estudante, preparando-o tanto para a continuidade dos estudos quanto para o mundo do trabalho.

No município de Faxinal do Soturno, essa modalidade é oferecida na Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis, localizada na região central da cidade. A instituição apresenta infraestrutura de alvenaria em boas condições, dispondo de 15 salas de aula, auditório, biblioteca, refeitório, laboratórios, Grêmio Estudantil, CPM, Mecanografia, sala de estudos e dos professores, além de dependências administrativas (Direção, Vice-Direção, Secretaria, Orientação Escolar, Supervisão). Também possui três quadras de esportes, sendo uma coberta, vestiário e banheiros, uma pista de atletismo.

Atualmente, a escola possui 140 alunos, distribuídas em 7 turmas, sob a regência de 25 professores.

Alinhado às transformações contemporâneas e às trajetórias socioculturais dos estudantes, o Ensino Médio Gaúcho atende as constantes mudanças do mundo atual, observando as experiências históricas e sociais de cada indivíduo e da realidade que o cerca, promovendo a pesquisa integrada à realidade escolar, garantindo possibilidades de intervenção sobre o sujeito e objeto conforme a construção desse saber.

As diretrizes desta modalidade orientam as instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do RS na implementação da reforma curricular, especialmente a ampliação da carga horária da Formação Geral Básica e a organização de Itinerários Formativos de Aprofundamento - IFAs e Formação Técnica e Profissional. Esses itinerários são ofertados por meio de projetos interdisciplinares e integradores, organizados de forma a aprofundar o diálogo entre teoria e prática. São escolhidos pelos estudantes conforme a disponibilidade de oferta da escola.

As propostas dos IFAs seguem os Parâmetros Nacionais do Conselho Nacional de Educação, integrado as particularidades da escola, através de seu projeto pedagógico, valorizando a diversidade cultural e territorial do país, do

estado e da própria comunidade. As escolhas pedagógicas de cada instituição devem refletir essas considerações, criando uma abordagem educacional mais rica e conectada à realidade dos alunos.

No Ensino Médio, a proposta pedagógica se baseia na integração das disciplinas por meio dos princípios de identidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização, que estruturam o currículo ao longo de três séries. Essa organização totaliza um mínimo de 3.000 horas para toda a etapa, distribuída em três anos, com 1000 horas para cada ano, em média, divididas entre pelo menos 2.400 horas de Formação Geral Básica (FGB), voltadas aos conteúdos essenciais de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e, no mínimo, 600 horas para os Itinerários Formativos de aprofundamento em áreas específicas ou na formação técnica e profissional. Toda essa estrutura é distribuída em três anos com uma média de 1.000 horas anuais, sempre cumprindo o mínimo de 200 dias letivos por ano.

Para garantir a aprovação, o estudante deve ter frequência mínima de 75% da carga horária letiva, cujo controle é realizado diariamente por meio do registro através do aplicativo Gestor RS. O aluno que não atingir esse percentual ao longo dos trimestres, serão oferecidas atividades complementares compensatórias de infrequência para a recuperação da infrequência, em conformidade com a legislação vigente. Paralelo a isso, a escola mantém um monitoramento constante através de ações de busca ativa voltadas aos estudantes que apresentam faltas recorrentes.

A Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis contempla em seu PPP aspectos relacionados a: metodologia interdisciplinar e relacional; educadores e educandos como agentes transformadores do meio; exercício de Direitos e Deveres; desenvolvimento de atitudes de respeito, solidariedade, cooperação, posicionamento crítico, responsável e construtivo nas diferentes situações sociais.

No gráfico abaixo, há o comparativo das matrículas realizadas no Ensino Médio, no período de vigência de 2015 a 2025:



O gráfico a seguir, mostra nas colunas referentes ao ensino médio e a distorção idade série dos alunos matriculados em 2025.



Ministério da Educação

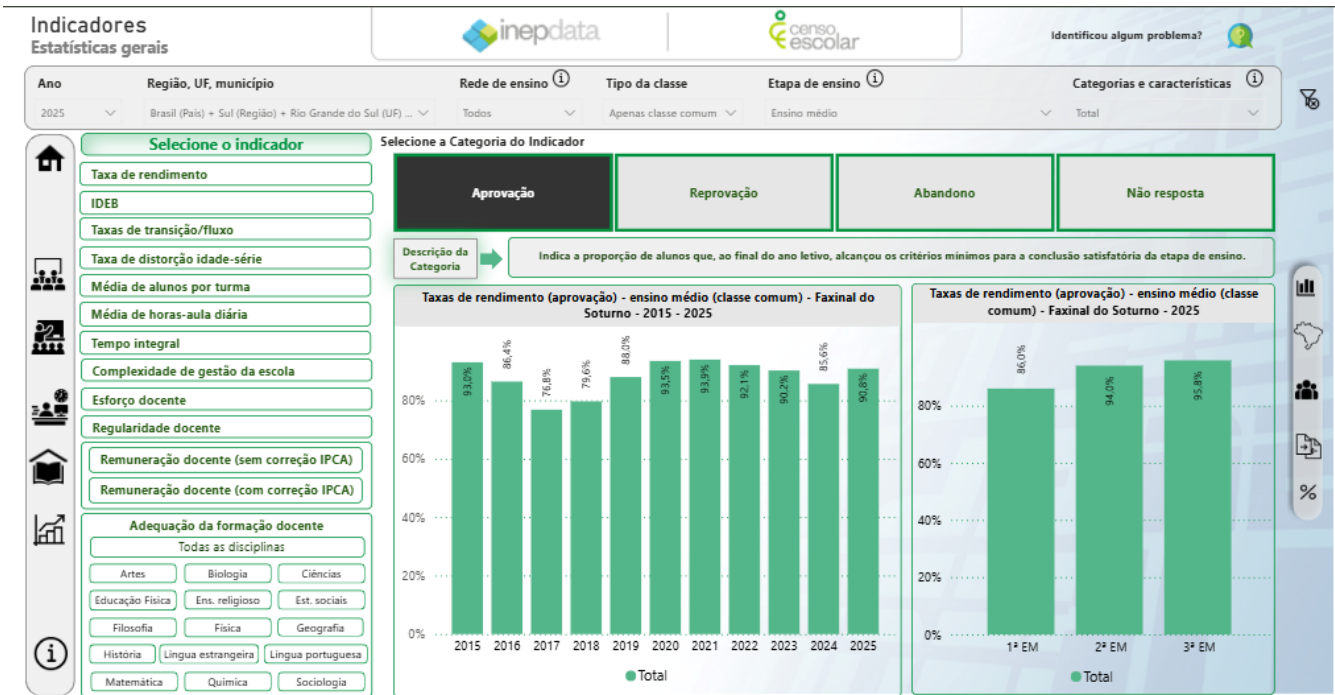
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Taxa de Distorção

Taxa de Distorção Idade-Série, por Dependência Administrativa e Localização, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio

Ano	Região	Sigla da UF	Código do Município	Nome do Município	Localização	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental						Ensino Médio			
							4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
2025	Sul	RS	4307906	Farroupilha	Rural	Pública	2,0	1,0	1,7	11,6	1,6	6,3	--	--	--	--
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Total	Total	5,1	1,6	10,8	14,3	18,2	20,8	14,2	16,7	14,0	8,3
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Urbana	Total	2,8	0,0	8,8	15,0	17,5	22,7	14,2	16,7	14,0	8,3
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Rural	Total	28,6	25,0	25,0	10,0	33,3	11,1	--	--	--	--
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Total	Estadual	5,4	3,6	10,8	14,3	18,2	20,8	14,2	16,7	14,0	8,3
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Urbana	Estadual	0,0	0,0	8,8	15,0	17,5	22,7	14,2	16,7	14,0	8,3
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Rural	Estadual	28,6	25,0	25,0	10,0	33,3	11,1	--	--	--	--
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Total	Municipal	4,8	0,0	--	--	--	--	--	--	--	--
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Urbana	Municipal	4,8	0,0	--	--	--	--	--	--	--	--
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Total	Pública	5,1	1,6	10,8	14,3	18,2	20,8	14,2	16,7	14,0	8,3
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Urbana	Pública	2,8	0,0	8,8	15,0	17,5	22,7	14,2	16,7	14,0	8,3
2025	Sul	RS	4308003	Faxinal do Soturno	Rural	Pública	28,6	25,0	25,0	10,0	33,3	11,1	--	--	--	--

Nos gráficos a seguir, observa-se as taxas de aprovação e reprovação no Ensino Médio no período de 2015 a 2025:





Fonte: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2VhNDBjNDU0MTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>

META 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

A aplicação dessa meta na realidade de Faxinal do Soturno - RS exige um olhar estratégico voltado para o desenvolvimento socioeconômico local e regional. Por ser um município de pequeno porte, focado na produção agropecuária, no comércio local e no turismo histórico-cultural, a expansão do ensino técnico precisa estar voltada diretamente as especificidades para garantir a qualidade da oferta e a permanência dos jovens na região. No entanto, a Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis, instituição vinculada à rede estadual, que atende a essa etapa de ensino no município de Faxinal do Soturno, não disponibiliza essa formação técnica.

Avaliação das Estratégias da Meta 11

Estratégias	Avaliação	Diagnóstico
1) Facilitar e incentivar o acesso às matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com		O Ensino Médio Politécnico vigorou no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2011-2014. Posteriormente teve a transição para as diretrizes nacionais do Novo Ensino Médio. A lei federal nº 13.415-2017 reestruturando o ensino médio em nível nacional. Dessa forma, em nossa

arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;		rede estadual ocorreu uma transição ao Ensino Médio Gaúcho com ampliação de carga horária e com os estudantes realizando em sua grade de formação Itinerários Formativos que podem estar vinculados ao aprofundamento por área de conhecimento ou formação técnica profissional.
2) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;		No Rio Grande do Sul ingressamos em transição ao Ensino Médio Gaúcho seguindo as diretrizes nacionais ocorreu a ampliação da carga horária e na autonomia do estudante em escolher Itinerários formativos e aumento da carga horária de componentes básicos.
3) Facilitar e incentivar o acesso às matrículas na educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;	Não realizado	Não possuímos a modalidade de ensino médio à distância.
4) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à	Não realizado	Os estudantes não realizam estágio, pois não há essa obrigatoriedade em nossa diretriz vigente.

contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;		
5) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;	Não realizado	Em nossa instituição não há oferta de cursos técnicos.
6) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;		As matrículas na rede estadual de educação são gratuitas. Na instituição de ensino tem profissionais da educação especial e quando há necessidade os estudantes são atendidos conforme a legislação vigente.
7) Oportunizar e incentivar o acesso ao financiamento estudantil da educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;		Não se aplica em nossa instituição de ensino.
8) Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;		Em nossa instituição são realizadas avaliações externas. As provas são do SAERS e SAEB. A prova do SAEB implica diretamente nos índices do IDEB.
9) Proporcionar a oferta de atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para os descendentes de índios e negros de acordo com os seus interesses e necessidades;		A instituição recebe um público diversificado. Temos estudantes da área central, zona rural, afro descendentes e área periférica do município de Faxinal do Soturno.
10) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para		

as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;		
11) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte);		Em nossa instituição não há oferta de cursos técnicos.
12) Elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;		O governo federal quanto o governo estadual disponibilizam de bolsas para auxílio e permanência do jovem na escola. Dentre as bolsas existentes pode-se citar: bolsa família (Federal), Programa Todo Jovem na Escola (estadual), Programa Pé-de-meia (Federal). Esses programas possuem como critério de ganho a frequência mínima de 75%.
13) Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;		A respeito da redução das desigualdades étnico-raciais ocorrem formações continuadas para docentes sobre Educação para relações étnico-raciais (ERER). Essa medida possui como objetivo combater o racismo estrutural e promover a equidade no ambiente escolar.
14) Estruturar sistema nacional de informação		Em relação ao mercado de trabalho. A escola

profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores;		possui diversos estudantes que realizam estágios em empresas ou no comércio do município. Outros alunos fazem parte do Programa Jovem Aprendiz em parceria com o CIEE-RS. O Jovem Aprendiz realiza um curso de capacitação teórica que o capacita para o trabalho diário.
--	--	---

O município de Faxinal do Soturno conta com o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB, fundado em 2007. Inicialmente, suas atividades foram desenvolvidas junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves. Em 2008, o Polo passou a funcionar na Rua Sete de Setembro, nº 790, Centro, endereço em que permanece atualmente.

O Polo constitui importante espaço de democratização do acesso à Educação Superior pública e gratuita, atendendo estudantes de Faxinal do Soturno e de municípios da região. Por meio da modalidade de Educação a Distância – EaD, possibilita o acesso a cursos de graduação, pós-graduação, formação continuada e qualificação profissional, especialmente para pessoas que encontram dificuldades para frequentar cursos presenciais em outros municípios.

O funcionamento do Polo ocorre em regime de colaboração entre o Município, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e as instituições públicas de Ensino Superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Compete ao Município manter a infraestrutura física, tecnológica, administrativa e de pessoal necessária à realização das atividades acadêmicas e presenciais.

O Polo não constitui uma instituição de Ensino Superior e, portanto, não possui autonomia para criar ou ofertar cursos diretamente. A abertura de cursos e de novas turmas depende das ofertas disponibilizadas pelas universidades e demais instituições públicas participantes do Sistema UAB, de acordo com os editais, critérios e disponibilidade institucional.

Quando há possibilidade de implantação de determinado curso, a oferta é divulgada à comunidade. Sua efetivação depende da procura e do preenchimento do número mínimo de vagas estabelecido pela instituição responsável. Dessa forma, a quantidade e a diversidade dos cursos em funcionamento podem variar ao longo do tempo, conforme as ofertas disponibilizadas pelas instituições e a demanda existente.

Ao Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, cabe assegurar as condições necessárias ao funcionamento do Polo, incluindo espaço físico, equipamentos, acesso à internet, manutenção, acessibilidade, recursos humanos e apoio administrativo e tecnológico.

Recentemente, o Polo recebeu novos computadores, contribuindo para a qualificação de sua infraestrutura tecnológica e para o atendimento dos estudantes. A manutenção e a atualização dos equipamentos são fundamentais

para garantir o acesso às plataformas virtuais, a realização das atividades acadêmicas e a participação nos encontros presenciais.

Atualmente, o Polo de Educação a Distância de Faxinal do Soturno conta com 29 estudantes matriculados em cursos de graduação. Destes, 8 frequentam o curso de Bacharelado em Engenharia de Produção, ofertado pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, e 21 estão matriculados no curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado pela Unipampa a nível de Brasil.

A existência desses cursos demonstra a importância do Polo para a formação acadêmica e profissional da população. Além de aproximar a Educação Superior da comunidade, a modalidade a distância contribui para reduzir dificuldades relacionadas ao deslocamento, à disponibilidade de horários e aos custos associados à realização de cursos em outros municípios.

O número de cursos e estudantes matriculados pode variar no decorrer da vigência deste Plano, considerando que as ofertas dependem das universidades participantes do Sistema UAB, dos editais da CAPES, da disponibilidade institucional e da formação do número mínimo de estudantes exigido para a abertura e manutenção das turmas.

Para contextualizar a realidade educacional do município, deverão ser considerados os dados do Censo Demográfico de 2022, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Também poderão ser utilizados os indicadores nacionais e estaduais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.

Os dados do IBGE permitem analisar o nível de instrução da população e comparar a realidade de Faxinal do Soturno com a situação estadual e nacional. Entretanto, as informações referentes aos cursos em funcionamento e ao número de estudantes matriculados no Polo deverão ser obtidas por meio dos registros administrativos locais e das instituições responsáveis pelas ofertas.

- Ensino Superior Privado

Com relação ao Ensino Superior Privado o município conta com um polo da Universidade Anhanguera localizado no município de Faxinal do Soturno, localizado na Rua Ceci Leite, número 998, no centro do município. A unidade integra a rede de polos da instituição e atende estudantes de diferentes cursos presenciais, semipresenciais e 100% on-line, conforme a oferta e a disponibilidade de vagas de cada polo.

Em Faxinal do Soturno, o polo representa uma importante possibilidade de acesso ao Ensino Superior para estudantes do município e da região, especialmente para aqueles que precisam conciliar os estudos com o trabalho e outras atividades. Sua presença contribui para a ampliação das oportunidades de formação acadêmica e de qualificação profissional, reduzindo a necessidade de deslocamento frequente para outros municípios.

Nos cursos ofertados na modalidade a distância, o processo de ensino e aprendizagem ocorre principalmente por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Nesse espaço, os estudantes têm acesso a materiais didáticos digitais, biblioteca virtual, atividades, avaliações, fóruns de interação e canais de atendimento e orientação acadêmica. Conforme a organização de cada curso, o polo também pode oferecer suporte presencial e servir como local para a realização de avaliações, atividades práticas e outros encontros obrigatórios.

A diversidade de cursos e a flexibilidade das modalidades de ensino permitem atender estudantes com diferentes interesses e necessidades, contribuindo para a formação de profissionais em diversas áreas e para o desenvolvimento educacional, social e econômico do município e da região.

DIAGNÓSTICO – META 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50 % (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Avaliação das Estratégias da Meta 12 – Ensino Público

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1.Manutenção e ampliação da estrutura física dos Polos.	Realizada. e em continuidade.	O Polo possui orçamento próprio e conta com a parceria do Município para assegurar as condições necessárias ao seu funcionamento. Durante o período de vigência do PME, foram realizadas melhorias e ações de manutenção da estrutura física e tecnológica. O Polo recebeu novos computadores, dispõe de equipamentos adequados e possui espaço com condições de acessibilidade. Essas ações contribuíram para a manutenção e a qualificação do atendimento aos estudantes e para a realização das atividades acadêmicas presenciais e a distância.
2.Realizar pesquisas de demanda.	Realizada.	Foram realizadas consultas à comunidade, principalmente por meio de formulários eletrônicos, para identificar o interesse da população e a demanda

		por cursos de Ensino Superior. Os resultados auxiliaram no levantamento das necessidades locais e na manifestação de interesse perante as instituições parceiras. Ressalta-se que o Polo não oferta cursos diretamente, pois funciona como estrutura de apoio presencial. A disponibilização de cursos e vagas depende das ofertas realizadas pelas instituições públicas de Ensino Superior vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).i
3.Aumentar a oferta de cursos de graduação.	Realizada	Durante a vigência do PME, o Polo apoiou a realização de diferentes cursos de graduação, entre eles Letras–Português e Geografia, pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Engenharia de Produção, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); e Pedagogia, por meio de oferta nacional da Unipampa. Também foram desenvolvidos cursos de curta duração em Espanhol e Inglês pelo IFSul, ampliando as oportunidades de formação da comunidade. Ressalta-se que o Polo não oferta cursos diretamente, pois funciona como estrutura de apoio presencial. A disponibilização de cursos e vagas depende

		das instituições públicas de Ensino Superior parceiras vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
4.Divulgar constantemente os cursos ofertados,	Realizada.	A divulgação dos cursos ofertados pelas instituições de Ensino Superior parceiras é realizada por meio das redes sociais, dos canais oficiais da Prefeitura Municipal e das rádios locais, buscando ampliar o acesso da comunidade às informações sobre cursos, inscrições, processos seletivos e vagas disponíveis.
5.Aumentar o número de parcerias com as instituições de ensino. Aumentar a oferta de cursos de pós – graduação – mestrado - doutorado	Não realizada	Durante o período de vigência do PME, o Polo manteve parcerias com a Unipampa, a UFPel e o IFSul, estabelecidas por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Entretanto, não houve ampliação do número de instituições de ensino parceiras. Apesar de a estratégia não ter sido alcançada quanto ao aumento previsto, as parcerias existentes foram mantidas e possibilitaram a realização de cursos de graduação e de curta duração no município.
6.Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado.	Não realizada	Durante a vigência do PME, não foram ofertados cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado por meio do Polo. A disponibilização desses cursos não

		depende diretamente do Município ou do Polo, mas das instituições públicas de Ensino Superior parceiras e das ofertas vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
--	--	--

DIAGNÓSTICO – META 13 – Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Avaliação das Estratégias da Meta 13 –

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1.Ampliar a oferta de cursos de graduação no Polo de Educação Superior.	Realizada	Durante a vigência do PME, o Polo apoiou a realização de diferentes cursos de graduação, incluindo Letras–Português, Geografia e Pedagogia, pela Unipampa, e Engenharia de Produção, pela UFPel. As ofertas ampliaram as possibilidades de acesso ao Ensino Superior no município. Ressalta-se que o Polo atua como estrutura de apoio presencial e não oferta cursos diretamente, pois a abertura de cursos e vagas depende das instituições públicas de Ensino Superior parceiras vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
2.Proporcionar aos professores municipais não habilitados a	Não se aplica	Durante o período analisado, todos os professores da Rede Municipal de Ensino

oportunidade de habilitar-se ou cursar uma segunda graduação no próprio município		possuíam curso de licenciatura e habilitação para o exercício da docência. Dessa forma, não houve necessidade de oferta específica para habilitação de professores municipais nem foi disponibilizada formação direcionada para uma segunda graduação no próprio município.
3.Oferecer à população do município e da região acesso ao conhecimento, próximo à sua residência, por meio do Polo Educacional Superior.	Realizada	O Polo Educacional Superior possibilitou à população de Faxinal do Soturno e dos municípios da região o acesso gratuito a cursos ofertados por instituições públicas de Ensino Superior. Sua estrutura de apoio presencial, com salas, equipamentos, computadores, internet e suporte administrativo e tecnológico, permitiu que os estudantes realizassem atividades acadêmicas mais próximas de suas residências, reduzindo a necessidade de deslocamentos frequentes para outros municípios.
4.Oportunizar o acesso à pesquisa e ao conhecimento por meio da biblioteca do Polo Educacional Superior.	Parcialmente realizada	O Polo disponibilizou laboratório de informática, computadores e acesso à internet, possibilitando aos acadêmicos a realização de pesquisas e o acesso a materiais e conhecimentos em formato digital. Também permaneceu disponível o acervo já existente na biblioteca. Entretanto,

		não houve atualização ou ampliação do acervo bibliográfico durante o período analisado, razão pela qual a estratégia foi considerada parcialmente realizada.
--	--	--

DIAGNÓSTICO – META 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na Pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Avaliação das Estratégias da Meta 14 - Ensino Público

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1.Ampliar a oferta de cursos de especialização no polo de Educação de Ensino Superior	Não realizada	Durante a vigência do PME, não foram ofertados cursos de especialização lato sensu por meio do Polo de Educação Superior. As oportunidades disponibilizadas pelas instituições parceiras concentraram-se em cursos de graduação e cursos de curta duração. Ressalta-se que o Polo atua como estrutura de apoio presencial e que a oferta de especializações depende das instituições públicas de Ensino Superior parceiras vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
2.Oportunizar que 100% dos professores municipais obtenha a titulação de Especialização até o final de 2025.	Parcialmente realizada	Dos 52 professores da Rede Municipal de Ensino, 49 possuíam curso de especialização, correspondendo a aproximadamente 94,2% do quadro docente. Apenas três professores ainda não apresentavam essa titulação. Embora o

		percentual de 100% previsto na estratégia não tenha sido atingido, verificou-se elevado nível de formação dos profissionais. Os professores realizaram suas especializações em diferentes instituições de Ensino Superior, e o Plano de Carreira do Magistério prevê avanço de nível conforme a titulação, constituindo incentivo à formação continuada e à qualificação profissional.
--	--	--

Profissionais da Educação

Os profissionais da educação desempenham papel fundamental na garantia do direito à aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes. Sua atuação envolve o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das práticas pedagógicas, o acompanhamento da aprendizagem, a participação na elaboração da proposta pedagógica, a articulação com as famílias e a comunidade escolar e o envolvimento em ações de formação continuada.

Até o ano de 2025, a Rede Municipal de Ensino de Faxinal do Soturno contava com 52 professores concursados, todos com curso de licenciatura e habilitação para o exercício da docência. Além dos profissionais efetivos, a Rede também contou com professores convocados para atender às necessidades de ampliação de carga horária, embora não haja dados consolidados sobre o quantitativo dessas convocações no período.

Em relação à formação acadêmica, dos 52 professores efetivos, 49 possuíam pós-graduação, correspondendo a aproximadamente 94,2% do quadro, enquanto três professores, equivalentes a 5,8%, possuíam graduação. Entre os profissionais com pós-graduação, havia também professores com titulação em nível de mestrado, embora não se disponha do quantitativo exato. Os dados demonstram o elevado nível de formação dos docentes da Rede Municipal e o investimento dos profissionais em sua qualificação.

A carreira do magistério público municipal é regulamentada pela Lei Municipal nº 2.182/2013, que estabelece o Plano de Carreira dos Professores. A legislação organiza a carreira em classes e níveis de formação, contemplando as titulações de Ensino Médio na modalidade Normal, graduação, pós-graduação em nível de especialização e pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado. O Plano prevê avanços de nível conforme a formação acadêmica, incentivando a continuidade dos estudos e a valorização profissional.

A jornada regular de trabalho dos professores é de 20 horas semanais, sendo assegurado um terço da carga horária para atividades extraclasse. Esse período é destinado ao planejamento, à avaliação da aprendizagem, à elaboração de materiais, aos registros pedagógicos, à participação em reuniões,

à formação continuada e às demais atribuições relacionadas ao trabalho docente.

A Secretaria Municipal de Educação promove regularmente ações de formação continuada, buscando atender às necessidades pedagógicas da Rede e contribuir para a atualização e o aperfeiçoamento das práticas educativas. Essas ações possibilitam momentos de estudo, reflexão, troca de experiências e aprofundamento de conhecimentos relacionados ao currículo, à inclusão, à alfabetização e a outros temas relevantes para a educação municipal.

Além dos professores, a Rede Municipal conta com auxiliares de Educação Infantil, monitores, profissionais de apoio e professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado. Esses profissionais contribuem para o funcionamento das instituições, para o cuidado e o acompanhamento dos estudantes e para a promoção de uma educação inclusiva, considerando as necessidades específicas apresentadas no contexto escolar.

Quanto à valorização profissional, o Município assegura aos professores o pagamento do piso salarial profissional nacional do magistério. De modo geral, a Rede Municipal apresenta condições adequadas quanto à valorização profissional, à formação continuada, à organização da hora-atividade e à disponibilidade de profissionais para atender às demandas das unidades escolares. Essas condições são asseguradas pelo Município e contribuem para a qualidade do trabalho pedagógico e do atendimento aos estudantes.

O município também possui instituições pertencentes à Rede Estadual de Ensino. Contudo, não foram disponibilizados dados atualizados sobre o número, o vínculo e a formação dos professores estaduais que atuavam no município até 2025. Por essa razão, o levantamento quantitativo apresentado neste diagnóstico concentra-se nos profissionais da Rede Municipal de Ensino.

DIAGNÓSTICO – META 15 – Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1(um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais de educação de que tratam o inciso I, II, e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Avaliação das Estratégias da Meta 15 - Ensino Público

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1.Assegurar que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam	Parcialmente realizada	O Município não desenvolveu programa próprio e permanente de iniciação à docência e não participou diretamente de programas como o PIBID ou a Residência Pedagógica. Entretanto, a Rede Municipal

		manteve parceria com instituições de Ensino Superior e oportunizou a realização de estágios obrigatórios e outras práticas formativas nas escolas. Os acadêmicos de cursos de licenciatura foram recebidos sempre que procuraram a Rede, mediante os procedimentos e as autorizações necessários. Essas ações contribuíram para aproximar os futuros professores da realidade escolar, embora não tenham ocorrido por meio de um programa municipal permanente.
2.Consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada.	Parcialmente realizada	O Município não dispõe de plataforma eletrônica própria para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação dos profissionais da educação. Entretanto, a SMED divulga cursos disponibilizados em plataformas como o AVAMEC e encaminha informações e convites por meio de grupos institucionais de WhatsApp. A participação nos cursos externos é facultativa. A Rede também realiza a Semana de Formação Pedagógica no início e no meio do ano, além de outras formações desenvolvidas durante o período letivo com instituições parceiras. Os certificados apresentados pelos professores são arquivados nas escolas

		e na SMED, permitindo o registro das formações realizadas. Apesar das ações desenvolvidas, a ausência de uma plataforma municipal específica impede que a estratégia seja considerada integralmente realizada.
3.Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a Educação Especial.	Realizada	O Município não possui escolas classificadas como escolas do campo, não havendo necessidade de programas específicos destinados a essa modalidade. Em relação à Educação Especial, a SMED promove regularmente formações sobre inclusão, Atendimento Educacional Especializado e atendimento aos estudantes com deficiência ou outras necessidades específicas. Participam dessas ações professores, profissionais do AEE, profissionais de apoio e demais integrantes das equipes escolares. As formações também são desenvolvidas em parceria com universidades e instituições especializadas, contribuindo para a qualificação das práticas inclusivas na Rede Municipal.
4. Garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da	Não se aplica à competência municipal	A avaliação, a regulação e a supervisão da Educação Superior são atribuições dos órgãos

Educação Superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares.		federais competentes e das instituições de Ensino Superior. O Município não mantém instituição municipal de Educação Superior e não participa diretamente da elaboração ou da supervisão dos currículos dos cursos. O Polo atua somente como estrutura de apoio presencial às ofertas das instituições públicas parceiras vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.
5.Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação.	Realizada	A Rede Municipal recebe estudantes de cursos de licenciatura, Curso Normal e outras formações relacionadas à educação para a realização de estágios e práticas de ensino. Os estágios são formalizados mediante documentação e termos de compromisso, com autorização da SMED e das equipes diretivas. Os acadêmicos são acompanhados por professores das escolas e por supervisores das instituições formadoras, podendo realizar observações, participar da rotina escolar e desenvolver atividades práticas com as turmas. Essas ações favorecem a articulação entre a formação acadêmica e as demandas concretas da Educação Básica.
6.Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e	Não realizada	Durante o período analisado, não foram

tecnológico de nível superior destinados aos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.		ofertados cursos técnicos do Profuncionário nem outros cursos técnicos ou tecnológicos destinados especificamente à formação de profissionais não docentes, como auxiliares, monitores, secretários de escola, servidores da alimentação e demais trabalhadores da educação. Também não foram identificadas ações municipais de incentivo ou liberação para a realização desses cursos. Entretanto, foram promovidas capacitações de curta duração, como formações para manipuladores de alimentos, primeiros socorros e atendimento aos estudantes. Embora relevantes para a qualificação do trabalho, essas ações não equivalem aos cursos técnicos ou tecnológicos previstos na estratégia.
--	--	--

DIAGNÓSTICO – META 16 – Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Avaliação das Estratégias da Meta 16-

Estratégia	Avaliação	Diagnóstico
1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento	Realizada	

estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a oferta pelas instituições públicas de Educação Superior.		A SMED realiza consultas, reuniões e levantamentos junto às escolas e aos professores para identificar as principais necessidades de formação da Rede Municipal. Os profissionais podem sugerir temas e áreas que necessitam de aprofundamento. Com base nessas informações, é elaborado o planejamento anual de formação continuada, contemplando a Semana de Formação Pedagógica no início e no meio do ano e outras ações realizadas durante o período letivo. As formações são promovidas pela própria Secretaria e em parceria com instituições públicas e privadas, com destaque para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Essas ações possibilitam articular as necessidades da Rede com o conhecimento produzido pelas instituições formadoras.
2.Consolidar política nacional de formação de professores da Educação Básica, com base	Realizada	O Município aderiu e participou de programas

nas diretrizes nacionais e nas áreas prioritárias de formação.		nacionais e estaduais de formação dos profissionais da Educação Básica, incluindo o PNAIC, as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a RENALFA e outras formações promovidas pelo MEC e pelos órgãos estaduais. A SMED define áreas prioritárias conforme as necessidades da Rede, contemplando temas como alfabetização, inclusão, currículo, avaliação, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas. Os professores são orientados e convidados a participar das formações, e essas ações integram o planejamento anual da Secretaria Municipal de Educação.
3.Manter programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias e materiais acessíveis.	Parcialmente realizada	As escolas municipais recebem regularmente livros didáticos e literários por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O Município também adquire, com

		recursos próprios, livros, jogos e outros materiais pedagógicos. As unidades escolares possuem salas de leitura, e os professores têm acesso a materiais e plataformas digitais para subsidiar o planejamento e as práticas pedagógicas. A Rede também desenvolve projetos de incentivo à leitura e de circulação de livros. Entretanto, não foram identificados acervos específicos em Libras, Braille, fonte ampliada ou outros formatos acessíveis, o que impede o cumprimento integral da estratégia.
4.Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares.	Realizada	O Município disponibiliza recursos e materiais pedagógicos por meio de portal e canais digitais próprios, além de divulgar e incentivar o uso de plataformas gratuitas do MEC, do AVAMEC e de outros repositórios educacionais. A SMED encaminha orientações, links, documentos e propostas pedagógicas por e-mail, grupos

		institucionais de WhatsApp, Drive e outros meios digitais. As escolas possuem acesso à internet e computadores, possibilitando aos professores consultar e utilizar esses materiais no planejamento e no desenvolvimento das atividades pedagógicas.
5.Ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores.	Não realizada	Durante o período analisado, o Município não ofereceu bolsas de estudo ou auxílio financeiro para especialização, mestrado ou doutorado. Também não foram identificados convênios com instituições privadas para concessão de descontos nem afastamentos ou reduções de carga horária destinados especificamente à realização desses cursos. Os professores que buscaram formação em nível de pós-graduação custearam seus próprios estudos.
6.Fortalecer a formação dos professores das escolas públicas da Educação Básica por meio do Plano Nacional do Livro e Leitura.	Realizada	As escolas municipais recebem livros literários por meio do PNLD, e os professores participam do processo de análise e escolha das obras.

		A SMED promove orientações e formações relacionadas à leitura, à literatura e à utilização pedagógica dos acervos. As unidades escolares desenvolvem projetos de contação de histórias, rodas de leitura, Mala da Leitura e outras atividades literárias. Também é realizado o empréstimo de livros aos estudantes e às famílias, ampliando o acesso à leitura e aproximando a comunidade das ações desenvolvidas pelas escolas.
--	--	---

DIAGNÓSTICO – META 17 – Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Avaliação das Estratégias da Meta 17-

1.Constituir uma comissão para acompanhar a atualização progressiva do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público.	Realizada	O Município constituiu formalmente, em anos anteriores, uma comissão para acompanhar a atualização do piso salarial profissional nacional do magistério. A comissão conta com participação de representantes do sindicato e dos setores municipais responsáveis, incluindo a SMED e o setor de
--	-------------------------	---

		Recursos Humanos. Embora o acompanhamento tenha ocorrido durante o período, a remuneração municipal permaneceu inferior ao valor nacional em determinados anos. A adequação ao piso foi aprovada em 2026, com pagamento a partir de setembro, representando um avanço posterior ao período de vigência do PME.
2.Implementar o Plano de Carreira para os profissionais do magistério, observando a Lei nº 11.738/2008 e o cumprimento da jornada em um único estabelecimento escolar.	Parcialmente realizada	O Município possui Plano de Carreira do Magistério regulamentado pela Lei Municipal nº 2.182/2013, efetivamente aplicado durante o período analisado. A legislação assegura progressões por classe, tempo de serviço e titulação, além de um terço da jornada destinado às atividades extraclasse. O ingresso na carreira ocorre prioritariamente por concurso público, e os professores com jornada de 20 horas atuam, em regra, em uma única unidade escolar, sem necessidade de completar a carga horária em diferentes escolas. Entretanto, durante parte do período, a remuneração permaneceu inferior ao piso salarial profissional nacional. A adequação ao piso foi aprovada em 2026, com pagamento a partir de setembro. Por esse motivo, a

		estratégia foi considerada parcialmente realizada no período avaliado.
3. Ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial profissional nacional.	Parcialmente realizada	O Município recebeu recursos do Fundeb, incluindo a complementação VAAR, os quais contribuíram para o financiamento e a valorização dos profissionais da educação. Entretanto, não foi identificada assistência financeira da União destinada especificamente ao pagamento do piso salarial do magistério. A adequação ao piso aprovada em 2026 foi custeada com recursos próprios do Município e recursos do Fundeb. Também não há informação disponível sobre eventual solicitação municipal de apoio financeiro específico à União. Ressalta-se que a ampliação dessa assistência constitui atribuição prioritária do Governo Federal.

DIAGNÓSTICO – META 18 – Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

A Meta 18 foi parcialmente alcançada durante o período de vigência do PME, com avanços significativos na estruturação e na valorização das carreiras dos profissionais da educação.

O Município possui Plano de Carreira do Magistério regulamentado pela Lei Municipal nº 2.182/2013. Todos os professores e demais profissionais da educação que integram o quadro municipal são concursados e ocupam cargos efetivos. As convocações existentes referem-se à ampliação temporária da carga

horária de professores que já possuem vínculo efetivo. Dessa forma, o Município superou os percentuais previstos, alcançando 100% de profissionais efetivos.

Os profissionais iniciantes são acompanhados durante o estágio probatório por comissão responsável, equipes diretivas, coordenação pedagógica e servidores experientes. As avaliações periódicas fundamentam a decisão sobre a efetivação no cargo. Entretanto, não existe um programa formal de acolhimento, mentoria e formação específica para os novos profissionais, razão pela qual essa estratégia foi considerada parcialmente realizada.

O Município também incentiva a qualificação profissional por meio de dispensas remuneradas nos dias de aula de cursos de mestrado, liberações para participação em cursos e eventos formativos e avanços de nível decorrentes da titulação. Além disso, mantém comissão permanente e representativa para acompanhar e propor alterações nos Planos de Carreira do magistério e dos demais trabalhadores da educação.

Embora o Plano de Carreira estivesse implementado, durante parte do período analisado a remuneração permaneceu inferior ao piso salarial profissional nacional. A adequação ao piso foi aprovada em 2026, com pagamento a partir de setembro. Assim, os aspectos relacionados à existência do Plano de Carreira, ao vínculo efetivo, à qualificação e à participação dos profissionais foram atendidos, enquanto a observância integral do piso ocorreu posteriormente à vigência do PME.

1.Estruturar a Rede Municipal para que 90% dos profissionais do magistério e 50% dos profissionais não docentes ocupem cargos efetivos.	Realizada	A Rede Municipal de Ensino é composta integralmente por profissionais efetivos. Os 52 professores são concursados, assim como os auxiliares, monitores, secretários de escola, serventes e demais profissionais não docentes. Em algumas situações, professores efetivos são convocados para ampliação temporária da carga horária, sem alteração do vínculo de origem. Dessa forma, o Município superou os percentuais estabelecidos na estratégia, alcançando 100% de profissionais efetivos tanto no magistério quanto nos demais segmentos da educação.
--	------------------	---

2.Fortalecer e o acompanhamento dos profissionais iniciantes durante o estágio probatório.	Parcialmente realizada	Os profissionais que ingressam na Rede Municipal passam por estágio probatório e são submetidos a avaliações periódicas realizadas por comissão responsável. Durante esse período, recebem acompanhamento da equipe diretiva, da coordenação pedagógica e de profissionais mais experientes. Quando são identificadas dificuldades, são oferecidas orientações e acompanhamento, e os resultados das avaliações são considerados para a efetivação no cargo. Entretanto, o Município ainda não possui um programa formal e específico de acolhimento, mentoria ou formação destinado aos profissionais iniciantes, o que impede o cumprimento integral da estratégia.
3.Fortalecer a qualificação profissional, concedendo licenças remuneradas e incentivos, inclusive para pós-graduação.	Realizada	O Município incentiva a qualificação dos profissionais da educação por meio da dispensa remunerada nos dias de aula dos cursos de mestrado e de outras formações. Também são concedidas liberações para participação em cursos, congressos e atividades formativas de curta duração. O Plano de Carreira assegura avanço de nível aos professores que

		concluem cursos de pós-graduação, valorizando a elevação da titulação acadêmica. Entretanto, o Município não realiza o pagamento de mensalidades, inscrições, transporte ou outras despesas relacionadas aos cursos. Ainda assim, as dispensas e os avanços funcionais constituem incentivos efetivos à qualificação profissional.
4. Manter comissão permanente de profissionais da educação para acompanhar e reestruturar os Planos de Carreira.	Realizada	O Município mantém uma comissão permanente responsável pelo acompanhamento e pela discussão dos Planos de Carreira dos profissionais da educação. A comissão possui representantes do magistério, do sindicato, da SMED, da Administração Municipal e dos demais segmentos envolvidos. São realizadas reuniões quando há necessidade de reajustes, adequações ou alterações na legislação. A comissão participa da elaboração de propostas e acompanha tanto as questões relacionadas ao magistério quanto as demandas dos demais trabalhadores da educação.

DIAGNÓSTICO – META 19 – Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Avaliação das Estratégias da Meta 19-

1.Fomentar a participação dos conselheiros em programas de formação e garantir condições para o desenvolvimento de suas atividades.	Realizada	O Município incentiva e possibilita a participação dos integrantes do Conselho Municipal de Educação, do CACS-Fundeb, do Conselho de Alimentação Escolar e dos conselhos escolares em cursos, encontros, seminários e formações presenciais e on-line. A SMED disponibiliza espaço físico, computadores, internet, materiais e apoio administrativo para o funcionamento dos colegiados. Quando necessário, também são fornecidos veículo e transporte para visitas às escolas e participação em atividades externas. Os conselhos realizam reuniões e visitas às unidades escolares, mantendo atas, listas de presença, certificados e outros registros de suas ações.
2.Manter a Comissão de Elaboração do PME em atividade contínua para acompanhar a execução das metas.	Não realizada	A comissão responsável pela elaboração do PME não permaneceu em atividade contínua durante o período de 2014 a 2024. Não foram realizadas reuniões periódicas, relatórios de monitoramento, avaliações, conferências ou audiências específicas para acompanhar sistematicamente a execução das metas e estratégias. Também não foi identificado outro órgão municipal que

		tivesse assumido formalmente esse acompanhamento durante a vigência do Plano. Em 2026, o Município instituiu o Fórum Municipal de Educação e organizou uma nova comissão, que passaram a atuar conjuntamente na avaliação do PME anterior e na elaboração do novo Plano Municipal de Educação
3. Estimular a manutenção das associações de pais e dos conselhos escolares, promovendo a participação democrática da comunidade.	Realizada	As escolas municipais possuem Conselhos Escolares e Círculos de Pais e Mestres ou associações equivalentes, que realizam reuniões regularmente. Esses colegiados contam com a participação de pais, professores, funcionários e representantes da comunidade escolar nas discussões e decisões relacionadas ao funcionamento das instituições. Também colaboram com projetos, aplicação de recursos, prestação de contas e melhorias nos espaços escolares. As atividades são formalizadas por meio de eleições, atas, registros de reuniões e documentos de prestação de contas, fortalecendo a gestão democrática.
4. Sensibilizar e comprometer profissionais, estudantes e familiares na	Parcialmente realizada	As escolas municipais asseguram a participação de professores, funcionários, estudantes

formulação dos documentos orientadores das escolas.		e famílias na elaboração e na revisão dos projetos político-pedagógicos, dos currículos, dos planos de gestão e de outros documentos orientadores. Essa participação ocorre por meio de reuniões, assembleias, questionários e consultas à comunidade. Os Conselhos Escolares analisam e aprovam os documentos, e as equipes diretivas consideram as necessidades apontadas pela comunidade em seus planos de gestão. Os projetos político-pedagógicos são revisados periodicamente; entretanto, os regimentos escolares não passam pelo mesmo processo regular de atualização, razão pela qual a estratégia foi considerada parcialmente realizada.
5.Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.	Realizada	As escolas municipais possuem autonomia para organizar projetos, ações e propostas pedagógicas de acordo com suas necessidades, observando as orientações da Rede Municipal. As equipes diretivas participam das decisões administrativas e da organização do trabalho escolar. As instituições recebem e administram recursos do

		PDDE e de outros programas, com a participação dos Conselhos Escolares e dos Círculos de Pais e Mestres na definição das prioridades, aplicação dos recursos e prestação de contas. O Município também fornece materiais escolares, computadores, acesso à internet, manutenção e reformas. Os planos de ação e as prioridades são definidos pelas escolas em conjunto com a SMED, fortalecendo a autonomia com acompanhamento da Secretaria.
6.Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares.	Realizada	Os diretores e gestores escolares participam regularmente de cursos, reuniões formativas e orientações promovidas pela SMED e por instituições parceiras. As ações contemplam gestão pedagógica, administrativa, financeira, democrática e de pessoas. Os gestores também participaram do curso de Mentoria de Diretores Escolares e de outros programas formativos promovidos pelo MEC, universidades e instituições parceiras. Essas formações contribuem para o aperfeiçoamento das práticas de gestão e para a organização do trabalho nas unidades escolares.

Diagnóstico geral da Meta 19

A Meta 19 foi alcançada quanto ao seu objetivo principal, pois o Município estabeleceu condições para a efetivação da gestão democrática nas escolas da Rede Municipal. A escolha dos diretores ocorre por meio de eleição, com consulta e participação da comunidade escolar. O processo observa critérios relacionados à formação, à experiência profissional, ao mérito e ao desempenho dos candidatos, além da apresentação de plano de gestão. A escolha está regulamentada por legislação municipal e os gestores exercem mandato por período determinado.

Os conselhos relacionados à educação recebem apoio da SMED para seu funcionamento e participam de cursos, encontros e formações. O Município disponibiliza espaço físico, materiais, equipamentos, apoio administrativo e transporte para reuniões, visitas e atividades externas. As escolas também mantêm Conselhos Escolares e Círculos de Pais e Mestres, com participação de professores, funcionários, estudantes, famílias e representantes da comunidade nas decisões, na realização de projetos e no acompanhamento da aplicação dos recursos.

As unidades escolares possuem autonomia para organizar suas propostas pedagógicas e seus planos de ação, em articulação com a SMED. Administram recursos do PDDE e de outros programas, com participação dos colegiados na definição das prioridades e na prestação de contas. O Município também assegura materiais escolares, computadores, internet, manutenção e reformas.

Os diretores e gestores participam regularmente de formações relacionadas à gestão pedagógica, administrativa, financeira, democrática e de pessoas. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se reuniões formativas promovidas pela SMED, parcerias com instituições de Ensino Superior e a participação em programas como o curso de Mentoria de Diretores Escolares.

Apesar dos avanços, a comissão responsável pela elaboração do PME não permaneceu em atividade contínua entre 2014 e 2024, e não houve monitoramento sistemático das metas durante a vigência do Plano. Essa organização foi retomada em 2026, com a atuação conjunta do Fórum Municipal de Educação e da comissão responsável pela avaliação do PME anterior e pela elaboração do novo Plano. Também foi identificado que os projetos político-pedagógicos são atualizados periodicamente, mas os regimentos escolares ainda não passam pelo mesmo processo regular de revisão.

Assim, embora duas estratégias não tenham sido integralmente cumpridas, o Município consolidou mecanismos importantes de participação, eleição de diretores, autonomia escolar, funcionamento dos colegiados e formação dos gestores, atendendo ao propósito central da gestão democrática.

DIAGNÓSTICO – META 20 - Ampliar o investimento mínimo com recursos próprios na educação pública municipal, passando de 25% para 35% com ampliação gradativa de 1% ao ano durante o período de vigência do PME.

Avaliação das Estratégias da Meta 20

1. Implementar o Custo Aluno-Qualidade como parâmetro para o	Realizada	O Município utiliza o Custo Aluno-Qualidade e o cálculo do investimento por
---	------------------	---

financiamento da educação municipal.		estudante como referências para o planejamento da educação municipal. A SMED acompanha os gastos com remuneração e formação dos profissionais, alimentação escolar, transporte, materiais didáticos, equipamentos, internet, manutenção, reformas e ampliação dos espaços escolares. As informações são registradas no orçamento municipal, no SIOPE, nos relatórios fiscais e em controles internos. A definição dos investimentos considera o número de matrículas e as necessidades apresentadas por cada unidade escolar. Também são realizados estudos e acompanhamentos para identificar os recursos necessários à garantia de condições adequadas de acesso, permanência, aprendizagem e qualidade do ensino.
2. Acompanhar continuamente o desenvolvimento da educação municipal e investir nas instâncias que apresentarem maior déficit.	Realizada	A SMED acompanha regularmente os resultados do IDEB, SAEB, SAERS, avaliações de fluência, avaliações municipais e outros indicadores relacionados à aprendizagem. Também monitora frequência, evasão, reprovação e distorção idade-ano. Os dados são analisados

		em reuniões com diretores, coordenadores pedagógicos e professores, subsidiando a elaboração de planos de ação. As escolas, turmas e estudantes que apresentam maiores dificuldades recebem acompanhamento pedagógico específico, materiais, formações, profissionais de apoio e outros recursos conforme as necessidades identificadas. Os registros são realizados por meio de relatórios, reuniões pedagógicas e documentos de acompanhamento.
3. Definir critérios anuais para distribuição dos recursos destinados à educação.	Realizada	A distribuição dos recursos educacionais considera o número de matrículas, as necessidades de cada unidade escolar e as especificidades da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação em Tempo Integral e da Educação Especial. Também são observadas as condições socioeconômicas dos estudantes e das famílias, buscando promover maior igualdade de oportunidades. As prioridades são estabelecidas nos instrumentos de planejamento e orçamento, incluindo o Plano Plurianual, a Lei

		de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. As equipes diretivas e os conselhos relacionados à educação participam ou acompanham a definição das prioridades, a aplicação dos recursos e as prestações de contas. Existem ainda critérios para aquisição de materiais e equipamentos, realização de reformas e distribuição de profissionais conforme as demandas das escolas.
4. Realizar estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da Educação Básica.	Realizada	O Município realiza o cálculo e o acompanhamento dos investimentos por aluno, considerando as diferentes etapas e modalidades de ensino, como Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação em Tempo Integral e Educação Especial. São analisadas as despesas com pessoal, alimentação escolar, transporte, materiais didáticos, equipamentos, tecnologia, manutenção e infraestrutura. Os dados são acompanhados pela SMED, pelo setor contábil e pelos conselhos responsáveis pelo controle social, especialmente o CACS-Fundeb. As informações integram relatórios,

		prestações de contas e demonstrativos anuais, sendo utilizadas no planejamento do orçamento e na definição das prioridades para o exercício seguinte.
5. Reivindicar junto à União a complementação de recursos financeiros para atingir o CAQi e, posteriormente, o CAQ.	Realizada	O Município encaminha projetos, solicitações e termos de compromisso por meio do PAR, FNDE, SIMEC e de outros programas federais, buscando ampliar os recursos destinados à educação. Também recebe complementações do Fundeb, incluindo o VAAR, e participa de reuniões e mobilizações voltadas à defesa de maior financiamento federal. Ao longo do período, foram obtidos recursos para equipamentos, transporte escolar, alimentação, infraestrutura e outras ações educacionais. Esses valores complementaram os investimentos realizados com recursos próprios e contribuíram para a manutenção das condições de atendimento e qualidade da Rede Municipal.
6. Melhorar a relação entre o número de alunos por professor, visando ampliar o retorno do Fundeb.	Realizada	A SMED acompanha anualmente o número de estudantes por turma e por professor, realizando a organização das classes de modo a evitar turmas excessivamente reduzidas, sem

		comprometer a qualidade do atendimento pedagógico. São observadas a capacidade física das salas, as características das etapas de ensino e as necessidades específicas dos estudantes. O Município também realiza e confere o Censo Escolar dentro dos prazos, verificando as matrículas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Tempo Integral, da Educação Especial e demais situações consideradas nas ponderações do Fundeb. A organização busca equilibrar a sustentabilidade financeira da Rede com a garantia de condições adequadas de ensino
7. Apoiar campanhas de ampliação da arrecadação de impostos por meio da exigência de emissão de notas fiscais.	Ações implementadas, com pendência específica	O Município divulga a Nota Fiscal Gaúcha e promove campanhas para incentivar a população a solicitar a emissão de notas fiscais e incluir o CPF. As escolas desenvolvem atividades de Educação Fiscal, orientando os estudantes e a comunidade sobre a função social dos tributos e sua aplicação nos serviços públicos. As ações são realizadas em parceria com setores municipais e divulgadas nas escolas, nas redes sociais, na rádio e nos canais oficiais da Prefeitura. Os relatórios

		das atividades escolares de Educação Fiscal também contribuem para a pontuação municipal no Programa de Integração Tributária (PIT). Entretanto, as escolas municipais ainda não estão cadastradas como entidades no programa Nota Fiscal Gaúcha. O portal oficial confirma que o programa permite a indicação de entidades participantes.
--	--	--

ARTICULAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DO PNE 2027–2037 E O DIAGNÓSTICO DO PME DE FAXINAL DO SOTURNO

A análise da realidade educacional de Faxinal do Soturno para a elaboração do Plano Municipal de Educação 2027–2037 parte da trajetória construída durante a vigência do PME anterior. O diagnóstico do plano anterior permite identificar políticas que foram consolidadas, metas alcançadas, estratégias parcialmente realizadas e desafios que permanecem ou assumem novas características.

Nesse sentido, a relação entre o PME anterior e o novo PNE não deve ser compreendida como uma simples substituição de metas. O novo Plano Municipal deverá considerar os avanços já obtidos, identificar os problemas que permanecem e analisar suas causas críticas, definindo prioridades de investimento e ações capazes de produzir mudanças concretas na realidade educacional do município.

A organização apresentada a seguir constitui, portanto, uma ponte entre o diagnóstico do PME anterior e os 19 objetivos do PNE 2027–2037, servindo de base para a posterior definição dos objetivos, metas e estratégias municipais.

ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO 1 – Ampliar a Oferta de Matrículas em creche e universalizar a pré-escola.

Relação com o PME anterior: corresponde diretamente à Meta 1 do PME 2015–2025, que previa a universalização da pré-escola e a ampliação da oferta de creche para, no mínimo, 35% das crianças de até 3 anos.

Problema identificado: embora o município tenha alcançado a universalização da pré-escola e o percentual previsto de atendimento em creche, houve redução da demanda por matrículas de 0 a 3 anos nos últimos anos. O desafio deixou de ser exclusivamente ampliar vagas e passou a envolver a compreensão das razões pelas quais algumas famílias não procuram a rede pública.

Causa crítica: redução da demanda efetiva, associada às escolhas familiares, especialmente em comunidades rurais, à permanência das crianças sob os cuidados da família e à procura por espaços privados de recreação infantil.

Implicação para o PME: manter a oferta existente, monitorar anualmente a demanda de 0 a 3 anos, fortalecer a busca ativa e desenvolver ações de sensibilização das famílias sobre a importância da Educação Infantil, articulando Educação, Saúde e Assistência Social.

Prioridade: MÉDIA – qualificação e manutenção da oferta. O município já alcançou a universalização da pré-escola e atingiu o percentual previsto para o atendimento em creche. Dessa forma, a prioridade não está na ampliação indiscriminada de vagas, mas na manutenção da oferta, no acompanhamento da demanda de 0 a 3 anos, na busca ativa quando necessária e na sensibilização das famílias sobre a importância da Educação Infantil. A possibilidade de avanço está na qualificação do atendimento e na capacidade de responder às mudanças da demanda ao longo da próxima década.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO 2 – Garantir a qualidade da oferta de educação infantil

Relação com o PME anterior: relaciona-se principalmente à Meta 1 do PME anterior, uma vez que esta contemplava não apenas acesso, mas também a organização da oferta e a garantia do atendimento às crianças.

Problema identificado: o acesso encontra-se consolidado, porém o novo desafio é assegurar que a expansão e manutenção da oferta sejam acompanhadas pela melhoria permanente das condições pedagógicas, estruturais e profissionais.

Causa crítica: necessidade permanente de qualificação dos espaços físicos, formação dos profissionais, fortalecimento das propostas pedagógicas e ampliação da inclusão. O próprio diagnóstico aponta que o novo PME deve priorizar esses aspectos.

Implicação para o PME: deslocar o foco da Educação Infantil exclusivamente da expansão de vagas para a qualidade da oferta, incluindo infraestrutura, formação continuada, materiais pedagógicos, inclusão, avaliação institucional e desenvolvimento integral.

Prioridade: ALTA – qualidade da primeira infância. Com o acesso consolidado, o principal desafio passa a ser garantir que as crianças tenham uma Educação Infantil de qualidade. Isso envolve investimentos permanentes em espaços físicos, materiais pedagógicos, formação dos profissionais, inclusão, avaliação institucional e práticas que favoreçam o desenvolvimento integral. Portanto, a prioridade está em transformar a garantia do acesso em garantia de uma experiência educativa cada vez mais qualificada.

ALFABETIZAÇÃO

OBJETIVO 3 – Assegurar a alfabetização e o nível adequado de aprendizagem em matemática, ao final do segundo ano do ensino fundamental, a todas as crianças, em todas as modalidades educacionais com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

Relação com o PME anterior: corresponde diretamente à Meta 5 do PME anterior, que estabelecia a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano.

Problema identificado: o município apresenta avanços importantes nas práticas de alfabetização, formação docente e acompanhamento da aprendizagem, mas a alfabetização permanece como uma política que exige acompanhamento permanente, especialmente diante da necessidade de recomposição das aprendizagens e melhoria dos indicadores.

Causa crítica: necessidade de identificação precoce dos estudantes com defasagens, continuidade da recomposição das aprendizagens e necessidade de acompanhamento sistemático dos resultados.

Implicação para o PME: continuar com a prioridade da alfabetização, incorporando explicitamente a aprendizagem matemática, a equidade e a redução das desigualdades. Manter, consolidar e aperfeiçoar a política municipal de alfabetização, garantindo continuidade das ações, acompanhamento sistemático dos estudantes, formação continuada e intervenções pedagógicas sempre que identificadas necessidades de aprendizagem.

Prioridade: PRIORIDADE MÁXIMA. A alfabetização permanece como uma das principais prioridades do município porque constitui uma etapa fundamental para toda a trajetória escolar. Faxinal já desenvolve formação docente, acompanhamento da aprendizagem, intervenções e recomposição das aprendizagens. O novo PME deverá, portanto, manter, consolidar e aperfeiçoar essa política, ampliando o acompanhamento dos estudantes, incluindo de forma mais explícita a aprendizagem matemática e fortalecendo ações para reduzir desigualdades.

ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

OBJETIVO 4 – Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o ensino fundamental e o ensino médio na idade regular, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução das desigualdades, visando à sua superação.

Relação com o PME anterior: articula-se diretamente às Metas 2 e 3 do PME anterior.

Problema identificado: o município apresenta 100% de escolarização entre 6 e 14 anos, redução da distorção idade-série e resultados positivos de aprovação. Entretanto, permanecem desafios nos anos finais, na recomposição das aprendizagens, na prevenção do abandono e na conclusão na idade adequada.

Causa crítica: defasagens acumuladas, dificuldades de aprendizagem, situações de vulnerabilidade, infrequência e necessidade de fortalecer a articulação com as famílias e a rede de proteção.

Implicação para o PME: manter a busca ativa e o acompanhamento da frequência, mas ampliar o foco para trajetória, aprendizagem e conclusão, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Prioridade: ALTA. Faxinal apresenta avanços importantes, como a universalização da escolarização de 6 a 14 anos, redução da distorção idade-série e resultados positivos de aprovação. A prioridade para o próximo período é garantir que esses avanços se traduzam em trajetórias escolares completas,

com atenção aos anos finais, à prevenção do abandono, à frequência e à conclusão na idade adequada.

APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

OBJETIVO 5 – Garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

Relação com o PME anterior: corresponde principalmente à Meta 7 do PME anterior, relacionada à qualidade da educação básica, fluxo escolar e aprendizagem.

Problema identificado: os indicadores educacionais apresentam evolução positiva, mas a melhoria do fluxo e da aprovação precisa estar acompanhada da efetiva consolidação das aprendizagens. O diagnóstico também aponta necessidade de recomposição, especialmente diante das defasagens acumuladas.

Causa crítica: necessidade de acompanhamento sistemático da aprendizagem, recomposição das habilidades não consolidadas, formação continuada e fortalecimento das práticas pedagógicas.

Implicação para o PME: estabelecer uma política municipal de acompanhamento da aprendizagem, articulando avaliação diagnóstica, intervenção pedagógica, recomposição, formação docente e análise dos resultados.

Prioridade: PRIORIDADE MÁXIMA. A melhoria dos indicadores de fluxo e aprovação precisa estar acompanhada da efetiva aprendizagem dos estudantes. Por isso, a prioridade é fortalecer o acompanhamento sistemático, a avaliação diagnóstica, a recomposição das aprendizagens, as intervenções pedagógicas e a formação continuada dos professores. O foco do novo PME deverá ser assegurar que o estudante não apenas permaneça e avance na escola, mas aprenda efetivamente.

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

OBJETIVO 6 – Ampliar a oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública, assegurando sua qualidade e a intencionalidade pedagógica das atividades.

Relação com o PME anterior: corresponde diretamente à Meta 6 do PME 2015–2025, que estabelecia a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo pelo menos 20% dos estudantes da Educação Básica.

Problema identificado: o Município de Faxinal do Soturno já alcançou e superou o percentual de atendimento previsto no PME anterior, apresentando aproximadamente 64% das matrículas em tempo integral. Dessa forma, o principal desafio para o novo decênio não está na ampliação quantitativa da oferta, mas na manutenção, consolidação e qualificação da política de educação integral.

Causa crítica: a manutenção da qualidade da educação integral exige a continuidade dos investimentos em infraestrutura, materiais pedagógicos, espaços adequados, atividades diversificadas e formação dos profissionais, além da garantia de recursos financeiros suficientes para sustentar a oferta já

consolidada. O diagnóstico aponta que essas condições permanecem importantes para a qualificação da política.

Implicação para o PME: manter o percentual de atendimento já alcançado pelo Município, garantindo a continuidade da oferta de educação em tempo integral e concentrando os esforços na sua qualificação. O novo PME deverá prever ações voltadas à melhoria dos espaços físicos, dos recursos pedagógicos, da organização curricular, da formação dos profissionais e da articulação com as áreas de Cultura, Esporte, Assistência Social e demais políticas públicas, assegurando que a ampliação do tempo escolar esteja efetivamente vinculada ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Prioridade: CONSOLIDAÇÃO – manter o atendimento já alcançado e investir na qualidade da educação integral. Essa área não deve ser tratada como uma prioridade de expansão quantitativa, pois o município já alcançou aproximadamente 64% das matrículas em tempo integral e cumpriu as estratégias previstas no PME anterior. O foco deverá ser manter o atendimento já conquistado e qualificar a política, garantindo espaços adequados, recursos, profissionais, atividades diversificadas, organização curricular e sustentabilidade financeira.

CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO DIGITAL E TDICs

OBJETIVO 7 – Promover a educação digital com a garantia de conectividade de alta velocidade para fins pedagógicos, inclusive com redes internas wi-fi, e dos conteúdos das 3 (três) dimensões estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital —, para aprendizagem das suas competências e habilidades de forma segura, responsável, ética, crítica e criativa, e a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação, para melhoria da aprendizagem, equidade e inclusão.

Relação com o PME anterior: possui relação principalmente com a Meta 7, que já contemplava tecnologias educacionais, práticas inovadoras e melhoria da qualidade.

Problema identificado: o diagnóstico anterior registra utilização de tecnologias e ações pedagógicas, mas o novo PNE amplia significativamente essa dimensão, exigindo conectividade, equipamentos, formação e uso pedagógico qualificado.

Causa crítica: necessidade de atualização permanente dos equipamentos, infraestrutura tecnológica e formação dos profissionais para utilização pedagógica das tecnologias.

Implicação para o PME: estabelecer uma política municipal de educação digital, contemplando infraestrutura, conectividade, equipamentos, formação docente, segurança digital e uso pedagógico das tecnologias.

Prioridade: MÉDIA/ALTA. O município já utiliza tecnologias educacionais, mas o novo PNE amplia essa agenda ao exigir conectividade, equipamentos, cultura digital, pensamento computacional e uso pedagógico qualificado das tecnologias. A prioridade está, portanto, em ampliar e atualizar gradualmente a infraestrutura tecnológica e, principalmente, qualificar os profissionais para utilizar esses recursos como instrumentos de aprendizagem, inclusão e inovação pedagógica.

O gráfico abaixo demonstra que Faxinal do Soturno apresenta avanços importantes na conectividade das escolas, com 85,71% das escolas municipais conectadas dentro dos parâmetros adequados para o uso pedagógico da tecnologia. O município apresenta 100% das escolas com energia adequada e 100% com Wi-Fi adequado, enquanto 85,71% possuem velocidade de internet adequada, indicando que a principal oportunidade de melhoria está na ampliação da qualidade da velocidade da conexão. Além disso, 3 escolas do município foram apoiadas pelas políticas da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, com R\$ 16.460 recebidos via PDDE-Piec entre 2023 e 2025. Os dados mostram que o município avança na universalização da conectividade e na criação de condições para o uso pedagógico das tecnologias, embora ainda seja necessário ampliar o percentual de escolas com velocidade de internet adequada para alcançar a conectividade plena. Fonte: SEB/MEC (2026).

Estratégia Nacional de Escolas Conectadas

Objetivo 7 – Conectividade
PNE 2026-2036

Clique aqui
e saiba mais!



O QUE É?

Iniciativa do Governo Federal que articula políticas e ações para universalizar o acesso à internet de qualidade e garantir o uso pedagógico da tecnologia em todas as escolas públicas de educação básica do país.

OBJETIVO

Garantir o acesso à internet de qualidade em escolas públicas da educação básica, promovendo a inclusão digital e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO

85,71%

das **escolas do município** estão conectadas
dentro dos parâmetros adequados

86,41%

das **escolas do estado** estão conectadas
dentro dos parâmetros adequados

As escolas nos parâmetros adequados são aquelas com energia, velocidade da internet e Wi-Fi que permitam o uso pedagógico das tecnologias por professores e estudantes dentro da escola.

7 - 100%

Escolas com energia
adequada

6 - 85,71%

Escolas com velocidade
de internet adequada

7 - 100%

Escolas com wi-fi
adequado

Confira todos os detalhes da conectividade da sua rede no
Painel de Monitoramento de Escolas Conectadas



ESCOLAS APOIADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

3

escolas do município são apoiadas pelas políticas
da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas.

R\$ 16.460

recebidos via PDDE PIEC em 2023-2025

Fonte: SEB/MEC (2026)

SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO
OBJETIVO 8 – Promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino.

Relação com o PME anterior: não possui correspondência direta com uma meta específica do PME anterior, embora temas ambientais estejam relacionados às ações pedagógicas e às características territoriais do município.

Problema identificado: o diagnóstico anterior não apresenta um indicador municipal consolidado específico sobre sustentabilidade socioambiental na educação.

Causa crítica: ausência de uma política municipal sistematizada, com indicadores e ações articuladas entre educação, meio ambiente, cultura e demais áreas.

Implicação para o PME: incorporar a sustentabilidade socioambiental como política transversal, considerando as características rurais e territoriais de Faxinal do Soturno, Geoparque Quarta Colônia Unesco e articulando educação ambiental, território, patrimônio e mudanças climáticas.

Prioridade: MÉDIA – nova agenda a ser estruturada e mantida ao longo dos anos. Trata-se de uma dimensão que ganha maior importância no novo PNE e que possui possibilidades de desenvolvimento no município. Faxinal já desenvolve ações relacionadas ao meio ambiente, território e patrimônio, mas o novo PME poderá ampliar a articulação dessas iniciativas, transformando-as em uma política mais sistemática, envolvendo educação ambiental, sustentabilidade, mudanças climáticas, patrimônio e território.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA

OBJETIVO 9 – Garantir o acesso, a oferta e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola, observados os padrões nacionais de qualidade, com redução das desigualdades regionais.

Relação com o PME anterior: relaciona-se principalmente às Metas 2, 5 e 8, que contemplavam estudantes do campo, alfabetização e redução das desigualdades.

Problema identificado: o município garante atendimento às comunidades rurais, mas o novo PNE exige maior atenção às especificidades territoriais, culturais e pedagógicas dessas populações.

Causa crítica: necessidade de fortalecer políticas específicas e materiais pedagógicos contextualizados, considerando as características das comunidades rurais.

Implicação para o PME: consolidar a Educação do Campo, articulando currículo, transporte, infraestrutura, formação docente e valorização dos conhecimentos e características do território.

Prioridade: MÉDIA. O município já garante atendimento às comunidades rurais. Assim, a prioridade não está simplesmente em ampliar o acesso, mas em qualificar a Educação do Campo, valorizando as especificidades das comunidades, fortalecendo materiais e práticas pedagógicas contextualizadas, formação dos profissionais, transporte, infraestrutura e relação entre escola e território.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

OBJETIVO 10 – Garantir, ao longo da vida, o acesso e a permanência na educação especial, assegurando a oferta de AEE de qualidade e a

aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial e o público da educação bilíngue de surdos, em todos os níveis, as etapas e as modalidades. Relação com o PME anterior: corresponde diretamente à Meta 4 do PME anterior.

Problema identificado: o município consolidou o AEE e o CAEE, mas podem ser ampliados acessibilidade, tecnologia assistiva, profissionais especializados, estrutura administrativa e articulação intersetorial.

Causa crítica: Necessidade de continuidade e aperfeiçoamento da estrutura de atendimento, com ampliação gradual dos recursos de tecnologia assistiva, qualificação dos profissionais especializados e aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e monitoramento da política de Educação Especial.

Implicação para o PME: transformar a Educação Especial Inclusiva em uma das principais áreas de investimento do próximo decênio, fortalecendo CAEE, acessibilidade física, comunicacional e tecnológica, formação dos profissionais, tecnologia assistiva e articulação com Saúde e Assistência Social.

Prioridade: PRIORIDADE MÁXIMA. Faxinal já possui uma estrutura consolidada de atendimento, com AEE e CAEE. A prioridade máxima está na continuidade e no aperfeiçoamento dessa política, garantindo acessibilidade, tecnologia assistiva, formação dos profissionais, recursos adequados, acompanhamento dos estudantes e articulação com Saúde e Assistência Social. Portanto, trata-se de qualificar e ampliar a efetividade de uma política já existente, e não de iniciá-la.

EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

OBJETIVO 11 – Assegurar a alfabetização e ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica de todos os jovens, adultos e idosos.

Relação com o PME anterior: relaciona-se diretamente às Metas 8, 9 e 10 do PME anterior.

Problema identificado: o município mantém oferta de EJA e apresenta procura inferior à capacidade de atendimento, porém ainda existem desafios para ampliar a escolarização e articular a EJA à formação profissional.

Causa crítica: dificuldade de articulação entre EJA e educação profissional, ausência de PROEJA no município, necessidade de infraestrutura específica e formação de profissionais para essa modalidade.

Implicação para o PME: fortalecer a EJA por meio da busca ativa, estratégias flexíveis de oferta, articulação com formação profissional e políticas intersetoriais.

Prioridade: ALTA. A EJA possui oferta no município, porém apresenta procura inferior à capacidade de atendimento. A prioridade está em alcançar aqueles que ainda não concluíram a Educação Básica, utilizando busca ativa, formas mais flexíveis de atendimento, articulação intersetorial e estratégias que favoreçam a permanência e conclusão. A ampliação deverá ocorrer principalmente na capacidade de identificar e alcançar a demanda existente.

ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

OBJETIVO 12 – Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na educação profissional e tecnológica, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação. Problema identificado: O município não apresenta, no momento, uma demanda ou necessidade específica de ampliação da oferta própria de Educação Profissional e Tecnológica, considerando a realidade e a organização da oferta educacional existente no território.

Causa crítica: Necessidade de acompanhamento permanente das demandas formativas dos jovens e trabalhadores e de articulação com instituições que ofertam Educação Profissional e Tecnológica na região.

Implicação para o PME: Acompanhar as demandas locais e regionais de formação profissional, promovendo, quando necessário, articulação e parcerias com instituições públicas e privadas para ampliar oportunidades de acesso à Educação Profissional e Tecnológica, especialmente em áreas relacionadas às características econômicas e territoriais da Quarta Colônia.

Prioridade: ACOMPANHAMENTO E ARTICULAÇÃO

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

OBJETIVO 13 – Garantir a qualidade e a adequação da formação às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das diversidades de populações e de seus territórios na educação profissional e tecnológica.

Relação com o PME anterior: relaciona-se à Meta 11.

Problema identificado: além da baixa oferta, há necessidade de infraestrutura, laboratórios e formação de profissionais para a educação técnica.

Causa crítica: insuficiência de estrutura física e pedagógica e ausência de oferta técnica consolidada no município.

Implicação para o PME: buscar parcerias com instituições de Educação Profissional e Tecnológica, considerando agricultura, turismo, comércio, serviços e demais potencialidades regionais.

Prioridade: ALTA.

ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

OBJETIVO 14 – Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com qualidade, inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

Relação com o PME anterior: corresponde à Meta 12 do PME anterior.

Problema identificado: o município possui Polo de Educação Superior e oferta privada, mas parte significativa das oportunidades depende das instituições parceiras e da oferta de cursos disponível.

Causa crítica: dependência da oferta das instituições de Ensino Superior e necessidade de ampliar oportunidades compatíveis com as demandas locais e regionais.

Implicação para o PME: fortalecer o Polo de Educação Superior, ampliar parcerias e cursos e garantir condições de acesso e permanência.

Prioridade: MÉDIA.

QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

OBJETIVO 15 – Garantir a qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior.

Relação com o PME anterior: relaciona-se à Meta 13 do PME anterior.

Problema identificado: o município oferece acesso à graduação por meio de diferentes instituições, mas possui pouca governabilidade sobre a qualidade acadêmica dos cursos, que depende das instituições ofertantes.

Causa crítica: dependência institucional externa e necessidade de maior articulação entre formação superior, demandas territoriais e desenvolvimento regional.

Implicação para o PME: fortalecer parcerias, extensão universitária, pesquisa e integração entre instituições de Ensino Superior e necessidades do município.

Prioridade: MÉDIA.

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

OBJETIVO 16 – Ampliar a formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com melhoria contínua da qualidade dos programas de pós-graduação e foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do País.

Relação com o PME anterior: corresponde à Meta 14 do PME anterior.

Problema identificado: não houve oferta de especializações pelo Polo de Educação Superior durante o período analisado, e a oferta de pós-graduação depende das instituições parceiras. Embora 49 dos 52 professores municipais possuíssem especialização, o percentual de 100% não foi alcançado.

Causa crítica: dependência da oferta das instituições de Ensino Superior e limitações de oferta de cursos avançados no território.

Implicação para o PME: fortalecer parcerias com universidades, ampliar oportunidades de pós-graduação e estimular a qualificação dos profissionais da educação.

Prioridade: MÉDIA.

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO 17 – Garantir formação, valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, de modo a elevar a qualidade da educação.

Relação com o PME anterior: articula-se às Metas 15, 16, 17 e 18 do PME anterior.

Problema identificado: o município possui quadro efetivo e elevado nível de formação, mas permanecem desafios relacionados à valorização, carreira, formação dos profissionais iniciantes e organização das funções educacionais. O diagnóstico registra, por exemplo, ausência de programa formal de acolhimento e mentoria para profissionais iniciantes.

Causa crítica: necessidade de aprimoramento da política de valorização profissional, organização dos cargos e funções, formação continuada e acompanhamento dos profissionais iniciantes.

Implicação para o PME: estabelecer política municipal de valorização dos profissionais, com formação continuada, carreira, condições de trabalho, acolhimento dos iniciantes e planejamento da força de trabalho.

Prioridade: PRIORIDADE MÁXIMA. Essa é uma prioridade transversal porque a qualidade das demais políticas educacionais depende diretamente dos profissionais que as executam. Faxinal possui quadro efetivo e elevado nível de formação, mas ainda existem possibilidades de aperfeiçoamento na formação continuada, valorização, condições de trabalho, acompanhamento dos profissionais iniciantes e organização das funções. O novo PME deverá fortalecer aquilo que já existe e ampliar políticas de desenvolvimento profissional.

PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

OBJETIVO 18 – Assegurar a participação e o controle social no planejamento, na gestão democrática na educação pública, no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Relação com o PME anterior: corresponde diretamente à Meta 19 do PME anterior.

Problema identificado: embora existam Conselhos Escolares, participação comunitária, eleição de diretores e mecanismos de gestão democrática, o PME anterior não contou com monitoramento sistemático durante sua vigência.

Causa crítica: ausência de uma estrutura permanente de acompanhamento e monitoramento do PME.

Implicação para o PME: criar uma governança permanente do PME, com responsabilidades definidas, indicadores, relatórios periódicos, participação do Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e comunidade.

Prioridade: ALTA – especialmente para garantir que o novo PME seja efetivamente monitorado. O município já possui mecanismos de participação, Conselhos Escolares e processos de gestão democrática. O principal avanço necessário está no monitoramento permanente do próprio PME. A experiência anterior mostrou a necessidade de estabelecer indicadores, responsabilidades, relatórios periódicos e participação contínua do Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, escolas e comunidade.

FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO 19 – Assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta e permanência da educação básica e da educação superior.

Relação com o PME anterior: corresponde diretamente à Meta 20 do PME anterior, que previa ampliação do investimento municipal em educação.

Problema identificado: a manutenção e ampliação das políticas educacionais dependem da capacidade financeira municipal, especialmente em áreas como educação integral, inclusão, infraestrutura, tecnologia e valorização profissional.

Causa crítica: limitações orçamentárias municipais e dependência de recursos e programas dos demais entes federativos. No diagnóstico da educação integral, por exemplo, a limitação financeira aparece como causa crítica que interfere diretamente na infraestrutura, materiais, espaços e formação.

Implicação para o PME: vincular o PME ao PPA, LDO e LOA, estabelecer prioridades de investimento, acompanhar o custo por aluno, buscar recursos

externos e utilizar o financiamento como instrumento de redução das desigualdades educacionais.

Prioridade: PRIORIDADE MÁXIMA E TRANSVERSAL. O município já possui mecanismos de participação, Conselhos Escolares e processos de gestão democrática. O principal avanço necessário está no monitoramento permanente do próprio PME. A experiência anterior mostrou a necessidade de estabelecer indicadores, responsabilidades, relatórios periódicos e participação contínua do Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, escolas e comunidade.

SÍNTESE DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA O PME 2027–2037 E CONCLUSÃO DIAGNÓSTICA

A análise da realidade educacional de Faxinal do Soturno e da execução do Plano Municipal de Educação 2015–2025 demonstra que o município apresenta importantes avanços na garantia do direito à educação e parte para a construção do novo Plano Municipal de Educação com diversas políticas já estruturadas e resultados consolidados. Ao longo da vigência do plano anterior, foram desenvolvidas ações que contribuíram para ampliar o acesso, fortalecer a permanência dos estudantes, qualificar as práticas pedagógicas e organizar diferentes políticas educacionais, sendo fundamental que o PME 2026–2036 reconheça essas conquistas e estabeleça estratégias para sua manutenção, aperfeiçoamento e ampliação, de acordo com as novas necessidades da população e com os objetivos do Plano Nacional de Educação.

Na Educação Infantil, o município alcançou a universalização do atendimento na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos e mantém a oferta de creche para as crianças de 0 a 3 anos. O diagnóstico também evidencia que a demanda por vagas nessa faixa etária apresentou redução, inclusive em razão das características demográficas e das escolhas das famílias. Nesse contexto, o desafio para o próximo decênio não está somente na ampliação quantitativa de vagas, mas na manutenção da oferta, no acompanhamento permanente da demanda, na busca ativa quando necessária e, principalmente, na qualificação da Educação Infantil, garantindo ambientes adequados, materiais pedagógicos, formação dos profissionais e práticas que promovam o desenvolvimento integral das crianças.

Na Educação em Tempo Integral, Faxinal do Soturno apresenta uma conquista significativa. A política foi ampliada e consolidada ao longo da vigência do PME anterior, alcançando aproximadamente 64% das matrículas em tempo integral, superando o percentual estabelecido na meta municipal. O município também desenvolveu atividades pedagógicas, culturais, esportivas, recreativas e de convivência, além de ações articuladas com diferentes espaços e políticas públicas. As oito estratégias previstas para a antiga Meta 6 foram consideradas realizadas. Dessa forma, o novo PME deverá priorizar a manutenção dessa oferta e o aperfeiçoamento da qualidade da Educação Integral, assegurando sua continuidade, infraestrutura adequada, recursos pedagógicos, profissionais, currículo integrado e sustentabilidade financeira, sem estabelecer como problema uma necessidade de expansão que já foi atendida.

No campo da alfabetização e da aprendizagem, o município também apresenta avanços importantes. Foram fortalecidas as ações de formação

continuada dos professores, diagnóstico e acompanhamento da aprendizagem, intervenções pedagógicas, recomposição das aprendizagens e monitoramento dos resultados. A alfabetização permanece como uma política prioritária e deverá ser mantida e aperfeiçoada durante a vigência do novo PME, com atenção especial ao acompanhamento individualizado dos estudantes, à identificação precoce das dificuldades, à intervenção pedagógica e à redução das desigualdades de aprendizagem. Assim, a possibilidade de ampliação está relacionada principalmente à qualificação e ao aperfeiçoamento das ações já existentes, garantindo que os avanços obtidos se traduzam na aprendizagem efetiva de todas as crianças.

Em relação ao Ensino Fundamental, o município apresenta cobertura educacional consolidada, acompanhamento da frequência, ações de busca ativa e avanços relacionados ao fluxo escolar e à redução da distorção idade-série. O novo PME poderá ampliar essas ações por meio do fortalecimento do acompanhamento das trajetórias escolares, da recomposição das aprendizagens, da recuperação contínua, do apoio aos estudantes que apresentem dificuldades e da articulação cada vez maior entre escola, família e comunidade. O desafio passa, portanto, da garantia do acesso para a garantia da permanência, da conclusão e da aprendizagem com qualidade.

A Educação Especial também apresenta uma trajetória de consolidação, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado, atuação do CAEE, profissionais de apoio quando necessários e recursos pedagógicos destinados aos estudantes público-alvo da Educação Especial. As estratégias desenvolvidas durante a vigência do plano anterior contribuíram para fortalecer a perspectiva inclusiva nas escolas. Para o período de 2027–2037, as possibilidades de avanço estão relacionadas ao aperfeiçoamento da acessibilidade física, comunicacional e pedagógica, à ampliação dos recursos de tecnologia assistiva, à formação continuada dos profissionais, ao fortalecimento dos serviços especializados e ao aprimoramento do acompanhamento dos estudantes, sempre considerando as necessidades identificadas na realidade municipal.

A Educação do Campo também deverá permanecer contemplada no planejamento municipal, considerando a presença de comunidades rurais e as características territoriais de Faxinal do Soturno. O município já assegura atendimento às escolas do campo e aos estudantes oriundos dessas comunidades, desenvolvendo ações compatíveis com as características locais. Para o novo PME, a possibilidade de ampliação está na qualificação das práticas pedagógicas, na valorização das especificidades das comunidades rurais, na garantia de transporte e condições adequadas de acesso e permanência e na articulação da educação com a realidade social, cultural e econômica do território.

Na Educação de Jovens e Adultos, o município mantém a oferta e desenvolve ações voltadas à identificação da demanda e à permanência dos estudantes. O diagnóstico demonstra, entretanto, que a procura é inferior à capacidade de atendimento. Dessa forma, o novo PME poderá fortalecer a busca ativa, a divulgação da modalidade, a flexibilização das formas de atendimento e a articulação com outras políticas públicas, buscando alcançar pessoas que ainda não concluíram sua escolarização. Da mesma forma, a Educação Profissional e Tecnológica não se apresenta como um problema central da realidade municipal, devendo o novo plano priorizar o acompanhamento das

demandas e a articulação com instituições e municípios da região quando houver necessidade de ampliar oportunidades de formação profissional para jovens e trabalhadores.

Outro aspecto importante refere-se à formação e valorização dos profissionais da educação. Faxinal do Soturno apresenta uma trajetória de investimento na formação continuada e conta com profissionais com diferentes níveis de qualificação, sendo necessário manter e aperfeiçoar as políticas de desenvolvimento profissional. O novo PME poderá ampliar ações de formação alinhadas às necessidades identificadas pela rede, fortalecer o acompanhamento dos profissionais iniciantes, incentivar a continuidade dos estudos, aperfeiçoar as condições de trabalho e assegurar a valorização profissional. A formação deverá estar diretamente relacionada aos desafios educacionais do município, especialmente alfabetização, inclusão, educação integral, tecnologias digitais, avaliação e recomposição das aprendizagens.

As condições de infraestrutura, acessibilidade, equipamentos, materiais pedagógicos e tecnologias também deverão permanecer entre as prioridades de investimento. O município realizou melhorias e adequações ao longo da vigência do PME anterior, mas a manutenção e atualização desses espaços e recursos constituem necessidades permanentes para assegurar qualidade à oferta educacional. No novo PME, será importante prever a continuidade dos investimentos, a melhoria dos ambientes escolares, a acessibilidade, a tecnologia assistiva, os equipamentos pedagógicos, a conectividade e a criação ou qualificação de espaços destinados às atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de convivência.

A educação digital e a integração das tecnologias às práticas pedagógicas constituem, igualmente, uma possibilidade de ampliação das políticas educacionais municipais. O desafio não está apenas na aquisição de equipamentos, mas na garantia de conectividade, formação dos profissionais e utilização pedagógica qualificada das tecnologias, incluindo o desenvolvimento de competências digitais e do pensamento computacional, em articulação com as orientações curriculares municipais e nacionais.

A sustentabilidade socioambiental, a educação patrimonial, a cultura, o esporte e a valorização do território também apresentam potencial de ampliação no novo PME. Considerando a inserção de Faxinal do Soturno na Quarta Colônia, as políticas educacionais podem fortalecer cada vez mais a relação entre escola, território, patrimônio cultural e natural, sustentabilidade e desenvolvimento local, valorizando os conhecimentos das comunidades e promovendo experiências educativas articuladas à realidade municipal.

No âmbito da gestão educacional, o município apresenta avanços na participação da comunidade escolar, no funcionamento dos conselhos e na organização dos mecanismos de participação social. Para o próximo decênio, será importante fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do próprio PME, garantindo participação social, transparência, avaliação periódica e articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, escolas, conselhos, Fórum Municipal de Educação e demais setores da sociedade. A gestão democrática deverá ser compreendida como processo permanente de participação e corresponsabilidade pela política educacional.

Diante desse conjunto de evidências, a principal conclusão diagnóstica é que Faxinal do Soturno inicia a construção do PME 2027–2037 a partir de uma trajetória de avanços e políticas públicas já consolidadas, não sendo adequado

estabelecer como prioridade a simples reprodução de ações ou metas já alcançadas. O novo Plano deverá reconhecer aquilo que foi construído, garantir sua continuidade e direcionar novos investimentos para o aperfeiçoamento das políticas existentes e para os desafios que permanecem ou que surgem diante das transformações sociais, demográficas, tecnológicas e educacionais.

Nesse sentido, as prioridades para o período de 2027–2037 deverão concentrar-se especialmente na garantia da aprendizagem e da alfabetização, na qualificação da Educação Infantil, na manutenção e qualificação da Educação em Tempo Integral, no fortalecimento da Educação Especial inclusiva, na permanência e conclusão das trajetórias escolares, na valorização e formação dos profissionais da educação, na melhoria contínua da infraestrutura e acessibilidade, na ampliação da conectividade e do uso pedagógico das tecnologias, na valorização da Educação do Campo, no fortalecimento da EJA, na sustentabilidade socioambiental, na gestão democrática e no financiamento adequado das políticas educacionais.

Assim, o novo PME deverá ser construído a partir de uma perspectiva de continuidade, qualificação e ampliação, respeitando as características e possibilidades do município. As políticas que já apresentam resultados positivos deverão ser mantidas e aperfeiçoadas; aquelas que ainda possuem possibilidades de ampliação deverão receber atenção e investimentos progressivos; e os desafios identificados no diagnóstico deverão orientar a definição das novas metas e estratégias. Dessa forma, o Plano Municipal de Educação 2026–2036 poderá constituir-se não apenas como um instrumento de planejamento, mas como uma referência permanente para a garantia do direito à educação, articulando acesso, permanência, aprendizagem, equidade, inclusão, qualidade, valorização profissional, participação social e sustentabilidade das políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Faxinal do Soturno.** Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/faxinal-do-soturno.html>. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica.** Brasília, DF: INEP, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **A educação no município de Faxinal do Soturno**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026.

REDE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO – RIO GRANDE DO SUL. **Material das oficinas presenciais para elaboração dos Planos Decenais de Educação**. Porto Alegre: Rede de Cooperação Técnica, 2026.